



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012



Rio de Janeiro
Março/2013



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, Portaria TCU nº 150/2012.

Fundação Biblioteca Nacional

Rio de Janeiro, março de 2013

MINISTÉRIO DA CULTURA
Marta Suplicy

Fundação BIBLIOTECA NACIONAL
Galeno Amorim

DIRETORIA EXECUTIVA
Loana Lagos Maia

GERENTE DE GABINETE
Jorge Teles

PROCURADOR JURÍDICO
Fernanda Mesquita Ferreira

AUDITOR INTERNO
Marcelo Cantuário

COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO
Gabriella Ferraz Leboutte

CENTRO DE PROCESSOS TÉCNICOS
Liana Gomes Amadeo

CENTRO DE REFERÊNCIA E DIFUSÃO
Mônica Rizzo Soares Pinto

COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA E EDITORAÇÃO
Aníbal Francisco Alves Bragança

COORDENAÇÃO GERAL DO CENTRO INTERNACIONAL DO LIVRO
Moema Sá Pereira Salgado

DIRETORIA DO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECA
Maria Antonieta Antunes Cunha

COORDENAÇÃO GERAL DE LEITURA
Cleide Cristina Soares

COORDENAÇÃO GERAL DA ECONOMIA DO LIVRO
Tuchaua Rodrigues

COORDENAÇÃO GERAL DO SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS
Elisa Campos Machado

SUMÁRIO

Apresentação	1
1. Identificação	4
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	4
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	5
1.3. Organograma Funcional.....	8
1.4. Macroprocessos Finalísticos.....	8
1.5. Macroprocessos de Apoio.....	34
1.5. Principais Parceiros.....	41
2. Parte A, Item 2, do Anexo II da DN TCU N.º 119, de 18/01/2012.....	43
2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	43
2.2. Estratégia de Atuação de Frente e Objetivos Estratégicos.....	46
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	56
2.4 Indicadores.....	65
3. Parte A Item 3, do Anexo II da DN TCU N.º 119, de 18/01/2012.....	67
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	67
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	67
3.4. Sistema de Correição.....	69
3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria N.º 1.043/2007 da CGU.....	70
4. Parte A, Item 4 do Anexo II da DN TCU N.º 119, de 18/01/2012.....	71
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	71
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	71
4.1.2. Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	71
4.1.3. Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	71
4.1.4. Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	72
4.1.5. Informações Sobre Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade UJ.....	79
4.1.6. Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão e Manutenção de Serviço ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	79
4.2. INFORMAÇÃO SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE DESPESA.....	81
4.2.1 Identificação da Unidades Orçamentárias da UJ.....	81
4.2.2 Programação de Despesas.....	83
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes.....	83
4.2.2.2. Programação de Despesas de Capital.....	83
4.2.2.3. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	84
4.2.2.4. Análise Crítica.....	84
4.2.3. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	87

4.2.4. Execução Orçamentária de Despesa.....	87
4.2.4.1 Execução de Despesas Com Créditos Originários.....	87
4.2.4.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	87
4.2.4.1.2. Despesas por Grupo e Elementos de Despesa – Créditos Originários.....	89
4.2.4.2.. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ pro Movimentação.....	90
4.2.4.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação...	90
4.2.4.2.2. Despesas Totais por Grupo e elemento de Despesa – Crédito de Movimentação.	92
4.2.4.2.3. Análise Crítica	94
5. Parte A, Item 5, do Anexo II da DN TCU N.º 119 de 18/01/2012.....	95
5.1. Reconhecimento de Passivos	95
5.1.1 Recolhimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	95
5.1.2. Análise Crítica.....	96
5.2. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	97
5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar Exercícios Anteriores.....	97
5.2.2. Análise Crítica.....	97
5.3. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS.....	99
5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	99
5.3.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	103
5.3.3. Informações Sobre o Conjunto o Conjunto de Instrumentos de Transferência que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes.....	104
5.3.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	105
5.3.5. Informações Sobre a Análise das Prestações de contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	106
5.3.6. Análise Crítica.....	107
5.4. SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	111
5.4.1.Despesas Realizadas por meio de Suprimentos de Fundos.....	111
5.4.1.1.Suprimento de Fundos – Visão Geral.....	111
5.4.1.2.Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”.....	111
5.4.1.3. Suprimento de Fundos –Cartão de Crédito Corporativo.....	111
5.4.1.4.Utilização da Conta tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ.....	111
5.4.1.5.Prestação de Conta de Suprimento de Fundos.....	111
5.4.1.6.Análise Crítica.....	111
5.5. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ.....	112
5.5.1. Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ.....	112
5.5.2. Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida.....	112
5.5.3.Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física.....	112
5.5.4. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoa Física e Jurídica.....	112
5.5.5. Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária.....	112
5.5.6. Prestação de Contas de Renúncias de Receitas.....	112
5.5.7. Comunicações à RFB.....	112
5.5.8.Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.....	112
5.5.9. Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal.....	112
5.5.10. Fiscalizações Realizadas pela RFB.....	112

5.6.GESTÃO DE PRECATÓRIOS.....	113
5.6.1.Requisições e Precatórios da Administração Direta.....	113
5.6.2.Requisições e Precatórios da Administração Indireta.....	113
5.6.3.Análise Crítica.....	113
6. Parte A, Item 6, do Anexo II da DN TCU N.º 119, de 18/01/2012.....	114
6.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	114
6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	114
6.1.1.1. Situações que Reduzem a roça de Trabalho Efetiva.....	115
6.1.2.Qualificação da Força de Trabalho.....	116
6.1.2.1. Qualificação da Força de Trabalho.....	117
6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	118
6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	119
6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	120
6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	121
6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas Pelas Unidades Jurisdicionadas.....	122
6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	123
6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	123
6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros Comunicação.....	124
6.1.7.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	125
6.1.7.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.....	126
6.1.7.3. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos.....	127
6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	128
6.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	128
6.2.1. Informação Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	129
6.2.2. Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público	130
6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	130
6.2.4. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	130
6.2.5. Informações sobre Locação de mão de Obra para Atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	131
6.2.6. Composição do quadro de Estagiários.....	132
7. Parte A, Item 7 do Anexo II da DN TCU N.º 119, de 18/01/2012.....	133
7.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	133
7.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	134
7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	134
7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	135
7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	136

8. Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU N.º 119, de 18/01/2012.....	137
8.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	137
8.2. Análise Crítica.....	139
9. Parte A, Item 9, Do Anexo II da DN TCU N.º 119, de 18/01/2012.....	140
9.1. GESTÃO AMBIENTAL E LIÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	140
9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	142
10. Parte A, Item 10, do anexo II da DN TCU N.º 119, de 18/01/2012.....	143
10.1. DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	143
10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	143
10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	161
10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	162
10.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	163
10.2. INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	165
10.3. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDA ESTABELECIDA NA LEI N.º 8.730/96.....	175
10.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93.....	175
10.3.1.1. Análise Crítica.....	175
10.4. MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	175
10.4.1. Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASDG e SICONV.....	175
11. Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU N.º 11, de 18/01/2012	176
11.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	176
11.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.....	176
11.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	177
11.2.1 Declaração Plena.....	177
11.2.2. Declaração com Ressalva.....	178
11.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI N.º 4.320/1964 E PELA NBCT 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC N.º 1.133/2008.....	179
11.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI N.º 6.404/1976.....	179
11.5. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS.....	179
11.5.1. Composição Acionária do Capital Social como Investida.....	179
11.5.2. Composição Acionária da UJ como Investidora.....	179
11.6 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE.....	179

Lista de Quadros

Quadro A.1.1 –	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	09
Quadro A.1.2 –	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado	Não se aplica
Quadro A.1.3 –	Identificação – Relatório de Gestão Agregado	Não se aplica
Quadro A.1.4 –	Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado	Não se aplica
Quadro A.2.1 –	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	35
Quadro A.2.2 –	Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	37
Quadro A.2.3 –	Identificação das Unidades Orçamentárias	55
Quadro A.2.4 –	Programação de Despesas Correntes	56
Quadro A.2.5 –	Programação de Despesas de Capital	57
Quadro A.2.6 –	Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	58
Quadro A.2.7 –	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	59
Quadro A.2.8 –	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ	61
Quadro A.2.9 –	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	62
Quadro A.2.10 –	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	63
Quadro A.2.11 –	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	64
Quadro A.2.12 –	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	65
Quadro A.2.13 –	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	66
Quadro A.3.1 –	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos ...	69
Quadro A.4.1 –	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	70
Quadro A.5.1 –	Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12	71
Quadro A.5.2 –	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	71
Quadro A.5.3 –	Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ – Situação em 31/12	72
Quadro A.5.4 –	Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação em 31/12	72
Quadro A.5.5 –	Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação em 31/12	73
Quadro A.5.6 –	Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação em 31/12	73
Quadro A.5.7 –	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação em 31/12	74
Quadro A.5.8 –	Composição do Quadro de Estagiários	74
Quadro A.5.9 –	Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores.....	75
Quadro A.5.9 –	Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada	77
Quadro A.5.10 –	Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados	77
Quadro A.5.11 –	Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados	77
Quadro A.5.12 –	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	78
Quadro A.5.13 –	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	79
Quadro A.6.1 –	Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	81
Quadro A.6.2 –	Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	84
Quadro A.6.3 –	Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes	84
Quadro A.6.4 –	Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse	85
Quadro A.6.5 –	Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse	86
Quadro A.7.1 –	Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV	89
Quadro A.8.1 –	Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	91
Quadro A.9.1 –	Estrutura de Controles Internos da UJ	92

Quadro A.10.1 –	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	94
Quadro A.11.1–	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	96
Quadro A.11.2 –	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	Não se aplica
Quadro A.11.3 –	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	97
Quadro A.12.1 –	Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	98
Quadro A.13.1 –	Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	99
Quadro A.13.2 –	Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	99
Quadro A.14.1 –	Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ	Não se aplica
Quadro A.14.2 –	Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	Não se aplica
Quadro A.14.3 –	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas	Não se aplica
Quadro A.14.4 –	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas	Não se aplica
Quadro A.14.5 –	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas	Não se aplica
Quadro A.14.6 –	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas	Não se aplica
Quadro A.14.7 –	Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ	Não se aplica
Quadro A.14.8 –	Prestações de Contas de Renúncia de Receitas	Não se aplica
Quadro A.14.9 –	Comunicações à RFB	Não se aplica
Quadro A.14.10 –	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas	Não se aplica
Quadro A.14.11 –	Ações da RFB	Não se aplica
Quadro A.15.1 –	Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	101
Quadro A.15.2 –	Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	102
Quadro A.15.3 –	Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	103
Quadro A.15.4 –	Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	112
Quadro A.16.1 –	Informações sobre Recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendida no Exercício	126
Quadro A.16.2 –	Informações sobre Recomendação de Unidade de Auditoria Interna Pendente de Atendimento no Final do Exercício de Referência	133
Quadro B.1.1 –	Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada	139
Quadro B.1.2 –	Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício NÃO REFLETEM Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada	139
Quadro B.4.1 –	Composição Acionária do Capital Social	Não se aplica
Quadro B.4.2 –	Investimentos Permanentes em Outras Sociedades	Não se aplica
Quadros Item C	Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins	Não se aplica

Apresentação

A Fundação Biblioteca Nacional encarou, em 2012, uma série de desafios, que foram superados apenas com a determinação e a garra daqueles que estão no dia a dia da instituição – servidores, terceirizados e estagiários. Ao olhar para trás, é reconfortante ver como a Casa lidou com as questões enfrentadas e que os desafios apenas fortaleceram e pavimentaram o caminho para a criação de uma nova e mais moderna Biblioteca Nacional.

Em 2012, a Biblioteca Nacional deu seu primeiro passo em direção ao futuro. Após um primeiro ano de análises e avaliações de necessidades, a direção da FBN iniciou em 2012 as primeiras intervenções no Prédio-Sede da Biblioteca Nacional, assegurando a preservação deste precioso acervo de mais de nove milhões de peças por mais duzentos anos. Nos últimos 21 meses, período que compreende a atual gestão, muito tem sido feito e é importante destacar o início do processo de modernização das instalações elétricas do Prédio-Sede, a recuperação do sistema II de ar condicionado, que estava desativado há mais de cinco anos e a instalação de um novo Sistema de Detecção de Alarme de Incêndio.

E estas ações são, comparativamente, pequenas frente ao que teremos pela frente! A Biblioteca será um verdadeiro canteiro de obras pelos próximos anos. Iniciaremos a reforma total do Prédio-Sede e a implantação de um novo Prédio da Biblioteca Nacional, na Zona Portuária. Recuperaremos o sistema de iluminação e águas pluviais nos Jardins da BN, vamos recuperar o sistema I de ar condicionado, enquanto um novo sistema de climatização, moderno e eficiente, esteja sendo implantado. Vamos também recuperar os elevadores (armazéns, social e serviço), reformar os telhados, claraboias, janelas e esquadrias. Será implantado um novo sistema de segurança eletrônica e todos os pisos cerâmicos refitados. Essas são apenas algumas ações que farão parte de um pacote para deixar a Biblioteca Nacional entre as mais modernas do mundo.

Mas tudo isso será possível porque durante o ano de 2012 trabalhamos para colocar em práticas as ações necessárias, preparando a Biblioteca Nacional para mais 200 anos. Importante destacar que em 2012 foi efetivamente assinado a parceria da FBN com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que assegurou o investimento de R\$ 32 milhões para reformas no Prédio-Sede e a do Novo Prédio da Biblioteca Nacional, que entre outros setores receberá a Hemeroteca Brasileira, o maior e mais moderno centro de pesquisa de periódicos na América Latina. Com o financiamento do BNDES foi possível, já em 2012, o começo da construção de um dos mais sofisticados *Data Center* do Brasil, com capacidade de armazenamento inicial de 150 TB de arquivos digitais. A obra será concluída no primeiro semestre de 2013.

Ante um cenário tão promissor, iniciamos a discussão com as chefias e coordenadorias da Casa para criação coletiva de um Plano Diretor. Este servirá como norte para os futuros planejamentos estratégico anuais da FBN. Não adianta modernizar o prédio, se as práticas continuam no passado. Com esta decisão, demos o pontapé para a modernização também da gestão, já imaginando os próximos 200 anos da instituição.

O ano de 2012 também estará marcado pela publicação do decreto da Presidenta da República, Dilma Rousseff, do dia 8 de junho, que oficialmente transferiu a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas para a estrutura da FBN, tornando a instituição a principal ferramenta do Ministério da Cultura na formulação das políticas públicas do livro e leitura no Brasil. Com a vinda dessa diretoria foi possível colocar em prática ações de fomento à leitura balizadas pelo Plano Nacional do Livro e da Leitura, O PNLL, uma instituição interministerial (MinC e MEC) que aponta os melhores caminhos para investimentos e ações na área. Neste âmbito destacamos projetos como o Agentes de Leitura, Caravana de Escritores e o Circuito Nacional de Feiras de Livro, que ao fim de 2012 já havia batido a meta estabelecida para 2014: 200 eventos cadastrados.

Destacamos em 2012 o andamento do Programa de Aquisição de Acervo, um projeto piloto que poderá se tornar o Programa do Livro Popular, entregando às bibliotecas públicas do Brasil livros de qualidade sem precisar pagar valores de mercado. Após um ano do lançamento do projeto, podemos destacar positivamente a formação do Cadastro Nacional de Bibliotecas de Acesso Público e o fomento e valorização das livrarias e pontos de venda regionais. O projeto mostrou ainda a necessidade de se ampliar a capilaridade da rede de distribuição de livros no Brasil.

Outro importante destaque do ano foi o lançamento do projeto Hemeroteca Digital brasileira, com financiamento da FINEP, e que disponibilizou cerca de 7 milhões de páginas digitalizadas de mais de 700 jornais e revistas desde o século XIX, em domínio público, do acervo da FBN para pesquisa digital no endereço <http://memoria.bn.br>. No ano, a BN Digital incluiu em seu acervo mais 235.319 páginas digitalizadas. O número de acessos remotos ao acervo digital chegou a mais de dois milhões. Ao fim de 2012, já eram contabilizadas 8,2 milhões de itens digitalizados. Com o aumento da base digitalizada, investimos em recursos e materiais para facilitar a consulta de informações em nosso acervo. As consultas às bases de dados referenciais e ao acervo digital têm crescido exponencialmente. Entre o atendimento presencial e a distância, somados ao acesso às bases referenciais e ao acervo digitalizado, foram 37 milhões de atendimentos.

Outro fato importante de 2012 foi o início de um dos mais importantes projetos para o setor do Livro no país: a homenagem que o Brasil receberá em 2013 na Feira de Frankfurt, a mais importante do mundo. Neste contexto, ampliamos nossos esforços para fomentar a literatura brasileira no exterior através do Programa de Internacionalização do Livro e da Literatura Brasileira. Foram lançados quatro editais para a internacionalização da literatura visando divulgação da tradução de obras intelectuais de autores brasileiros, intercâmbio de autores brasileiros no exterior, publicação de obras na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o Projeto Colégio de Tradutores. Apenas em 2012, distribuímos cerca de 140 bolsas do Programa de Apoio à Tradução, além de 20 bolsas de intercâmbio de autores brasileiros; oito bolsas para publicação na CPLP; e 15 bolsas para tradutores do Colégio de Tradutores.

De olho em Frankfurt, é importante destacar o calendário de homenagens que a FBN vem negociando para o país até 2020. O calendário iniciou em 2012 com a participação destacada na Feira de Bogotá, uma das mais importantes da América Latina. Foi a primeira homenagem recebida pelo Brasil nos próximos anos, que terá ainda Frankfurt, em 2013; Bolonha e Paris, em 2014, além de Londres e Nova Iorque, ainda em negociação.

A captação de acervos, em cumprimento as Leis de Depósito Legal de Publicações e de Obras Musicais, teve um expressivo aumento com a participação das equipes da FBN nos principais eventos do mercado editorial brasileiro. Ao todo, foram captados 125.497 itens.

A FBN entra, assim, em seu 202º ano de vida, com novas perspectivas e um horizonte infinito de possibilidades. Com seriedade, ética e compromisso público, continuaremos a trabalhar para cumprir nossos objetivos e, sobretudo, a missão histórica da nossa FBN, que é salvaguardar e divulgar a memória brasileira.

Galeno Amorim
Presidente da Fundação Biblioteca Nacional

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012
 Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Cultura			Código SIORG: 001926
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Fundação Biblioteca Nacional			
Denominação Abreviada: FBN			
Código SIORG: 000984	Código LOA: 42202	Código SIAFI: 34209	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundação		CNPJ: 40.176.679/0001-99	
Principal Atividade: Biblioteca			Código CNAE: 9101-5
Telefones/Fax de contato:	(021) 3095- 3879	(021) 3095- 3811	(021) 2262-9472
Endereço Eletrônico: diretoria@bn.br			
Página na Internet: http://www.bn.br			
Endereço Postal: Av. Rio Branco, 219 - Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-008			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei de criação nº 8.209, de 12/04/1990			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto - Decreto nº 7.748, de 06/06/2012			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não há.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
344042	Fundação Biblioteca Nacional		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
34209	Biblioteca Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
344042		34209	

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da uj

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
FBN	42202	344042

1.2. FINALIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) é o órgão vinculado ao Ministério da Cultura responsável pelas políticas públicas para o Livro, Leitura e Literatura e Bibliotecas, em consonância com o Plano Nacional de Cultura (PNC) e com o Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL), traduzidas por meio da coordenação de amplas ações voltadas à democratização do acesso à cultura, ao fomento à leitura e à formação de mediadores, à valorização institucional da leitura e ao desenvolvimento da economia do livro.

Para tal, a FBN apresenta dois braços institucionais com missões distintas, mas ao mesmo tempo complementares: o primeiro, a Biblioteca Nacional, que funciona como Casa Bicentenária, guardiã da produção intelectual do país e responsável pela difusão e preservação da memória bibliográfica nacional; o segundo, a área de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, responsável por promover a difusão do livro, da leitura e da literatura nacional e internacionalmente, assim como pela coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

É importante ressaltar que, em junho de 2012, foi publicado o Decreto Nº 7.748, aprovando o novo Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Biblioteca Nacional. O novo Estatuto incorporou a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) com o objetivo de transferir a Diretoria do Livro, Leitura e Literatura (DLLL) do Ministério da Cultura para a Fundação Biblioteca Nacional, dada a importância estratégica de se fortalecerem os segmentos do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, em particular a necessidade de integração da execução das ações desses setores, inclusive a integração de seus recursos orçamentários os quais só serão incorporados à LOA em 2013, sendo que, neste exercício, a maior parte dos recursos usados para a DLLLLB foram provenientes do FNC (Fundo Nacional de Cultura).

Verificou-se que, ao longo de seu funcionamento, a Diretoria do Livro, Leitura e Literatura da Secretaria de Articulação Institucional do MinC assumiu funções não apenas de formulação de políticas públicas inerentes às secretarias do Ministério, mas também, fundamentalmente, de execução dessas políticas, atividade própria das vinculadas do Sistema MinC. Essas atribuições geravam sobreposições e duplicidades de ações e recursos, considerando-se que a FBN já há muito assumia responsabilidades em torno das políticas públicas para o setor, sobretudo no que tange às bibliotecas públicas, por meio do SNBP (Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas) e do incentivo à leitura, através do PROLER (Programa Nacional de Incentivo à Leitura).

Nesse sentido, com o objetivo de buscar centralidade em um único órgão, tornou-se necessária a transferência da DLLL para a FBN, como forma de alcançar a unificação da formulação e execução das políticas públicas de livro, leitura, literatura e bibliotecas numa mesma unidade do Ministério da Cultura.

Oportunamente, no mesmo Decreto, foi criado o Centro Internacional do Livro (CIL) com o objetivo de ampliar, no contexto internacional, o papel estratégico na divulgação do livro e da literatura brasileira no exterior, em especial, no atual momento que o país vive, de grande projeção e reconhecimento, por meio das seguintes ações: presença reforçada do Brasil no calendário literário internacional, intensificação da divulgação do livro brasileiro, do intercâmbio na área do livro e da tradução e da promoção de bens e serviços da cadeia criativa e produtiva do livro brasileiro.

Diferente de algumas expressões artísticas brasileiras amplamente conhecidas e admiradas internacionalmente, em especial, a música popular, o livro e a literatura brasileira, apesar de sua

riqueza e produtividade e de serem poderosos instrumentos de divulgação de nossa cultura, ainda carecem de esforço maior para serem projetados no âmbito internacional. Os autores nacionais são pouco conhecidos no exterior, e a língua portuguesa, pouco lida e traduzida.

A incorporação da Diretoria do Livro, Leitura e Literatura e Bibliotecas à FBN e a criação do Centro Internacional do Livro foram o primeiro passo para a institucionalização de uma política pública robusta e permanente para os segmentos do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, garantindo uma política de Estado continuada, já que em médio prazo pensa-se na criação de uma instituição com estrutura administrativa própria e autonomia de gestão financeira. Tal transição constitui-se em estratégia importante para a solidificação de programas e ações fundamentais para a cultura e educação de nosso país.

Nessa transição, passa a estar sob a responsabilidade de coordenação do DLLL, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), instância interministerial MinC-MEC, cujo objetivo é exatamente o de estabelecer, juntamente com todas as instâncias de governo e com a sociedade civil, uma política nacional para o livro e leitura, de modo a reverter os dados decepcionantes relativos aos índices de leitura no país. Objetiva, também, incentivar, apoiar e colaborar para a formulação dos planos estaduais e municipais do livro e leitura.

A responsabilidade do PNLL será seguramente transferida para essa futura instituição. Provisoriamente ele integra a DLLL para garantir uma estrutura administrativa e verbas que possibilitem o cumprimento de sua importante agenda. Voltaremos às questões do PNLL e da DLLL mais adiante.

Mais uma vez, as competências institucionais da FBN podem ser sintetizadas em duas linhas de frente ou dois grandes objetivos estratégicos: o primeiro diz respeito à salvaguarda da memória cultural bibliográfica brasileira, constituída na FBN por um acervo de mais de oito milhões de itens, reconhecido mundialmente como um verdadeiro tesouro, englobando todas as ações referentes à preservação e à difusão de seu acervo. O segundo concerne à vida cultural do país, destacando-se as políticas públicas do livro e da leitura, da literatura e bibliotecas, em especial a implantação e modernização de bibliotecas pelo Brasil, o fomento à mediação de leitura, a coordenação de diversas ações com objetivo de projetar de forma duradoura a literatura brasileira não só no Brasil, como também nos principais mercados do mundo, além da coordenação de ações que estimulem a criação, produção e a venda de livros com preços acessíveis à população.

Dessa forma, um braço da Fundação Biblioteca Nacional tem como atribuições o recolhimento, a guarda, a preservação, a difusão da produção intelectual do país, e como objetivos: adquirir, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional; atuar como centro referencial de informações bibliográficas; registrar obras intelectuais e averbar a cessão dos direitos patrimoniais do autor; assegurar o cumprimento da legislação relativa ao Depósito Legal; e elaborar e divulgar a bibliografia nacional.

Já o braço do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas tem como atribuição promover a difusão do livro nacional e internacionalmente, incentivando a criação literária brasileira; apoiar e coordenar ações de mediação de leitura, nas quais se inserem coordenar o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e o projeto Agentes de Leitura; coordenar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas; e subsidiar a formulação de políticas voltadas para a produção e o amplo acesso ao livro. Esse trabalho é desenvolvido pela DLLL e está baseado no PNLL.

Instituído pelo decreto presidencial 7.559, de 1º. De setembro de 2011, o Plano concretiza uma longa trajetória de debates comandados pelo governo, sobretudo pelo MinC, com os mais diferentes

segmentos da sociedade brasileira envolvidos com as questões da leitura e do livro. Organiza-se em quatro eixos, que, engrenados, constituem todo o extenso e complexo campo do livro, da leitura, incluindo as ações em torno da literatura e das bibliotecas. O Eixo 1 trata de todas as formas de democratização do acesso à leitura e ao livro, privilegiando as ações de implantação, ampliação e modernização dos espaços de leitura, sobretudo as bibliotecas. O Eixo 2 envolve o fomento à leitura, com apoio às ações de mediação de leitura e de formação de mediadores de leitura. O Eixo 3 trata da valorização social da leitura e da escrita, procurando desenvolver ações que promovam a leitura no imaginário do povo brasileiro. O Eixo 4 traz o apoio à cadeia criativa e produtiva do livro.

Toda a atuação da FBN desenvolve algum aspecto desses eixos, mas a DLLL B é a principal executora das políticas formuladas pelo PNLL, a partir de suas três coordenações-gerais: a coordenação-geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, que articula e coordena a política em torno dos sistemas estaduais e municipais de bibliotecas públicas, mas também as comunitárias e as de acesso público; a coordenação-geral de leitura, que articula e coordena as políticas em torno da mediação da leitura; e a coordenação-geral da Economia do Livro, que articula e coordena apoios à criação, produção, distribuição e divulgação do livro.

Pela amplitude de suas ações, a DLLL B tem uma atuação tão transversal quanto a proposta do PNLL, como ficará claro neste relatório, com o envolvimento de suas ações nas de outros setores da FBN.

Convém ressaltar que, devido às mudanças de gestão do MINC e de sua secretaria-executiva, o PNLL teve dificuldades de institucionalização e execução de projetos em 2012, o que será resolvido em 2013, retomando-se as negociações com a UnB para a assinatura de termo de cooperação entre FBN-UnB para colaborar na gestão do Plano, de modo a ampliar sua atuação junto a estados e municípios, na criação de seus planos de livro e leitura e no desenvolvimento das ações de seus quatro eixos.

Em 2012, foi importante a atuação da FBN-MinC com relação ao prêmio Vivaleitura, dentro do PNLL, assumindo o protagonismo da ação e criando um edital que multiplicou seis vezes a premiação. O prêmio tem uma grande rede de parceiros, além do Ministério da Educação (MEC): Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), Fundação Santillana, Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), União Nacional dos Dirigentes de Educação (UNDIME) e Fundação Banco do Brasil, que colaboram decisivamente em todo o processo de avaliação dos projetos de mediação da leitura.

Para exercer as atribuições que lhe são pertinentes, a FBN desenvolve procedimentos associados a dezesseis ações distribuídas no Programa “Cultura – Preservação, Promoção e Acesso” definido no âmbito do Plano Plurianual do Governo Federal. O Programa será mais detalhadamente desenvolvido ao longo deste relatório.

Deste modo, o primeiro aspecto diz respeito ao *livro tombado*, classificado, guardado, tecnicamente preservado e oferecido à consulta e leitura a todos os cidadãos interessados; o segundo relaciona-se com o *livro vivo*, editado pela instituição diretamente e, através de chamada pública, em regime de parceria com editoras públicas e privadas, objeto de difusão, leitura e discussão, contribuindo para o inadiável processo global de desenvolvimento humano, econômico e cultural da sociedade brasileira.

1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL



1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

A FBN vem buscando garantir a democratização do acesso à cultura e ao livro e, para atingir essa finalidade, harmoniza ações desenvolvidas em três Objetivos Estratégicos previstos no **Programa** “Cultura - Preservação, Promoção e Acesso”, do PPA 2012-2015, do Ministério da Cultura:

- 1º) “Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade” – ampliação e preservação de acervos culturais, pela qual incorpora atividades de captação, conservação, higienização e restauração, ações de inventário e procedimentos de microfilmagem, a Biblioteca Nacional Digital, o Consórcio Eletrônico de Bibliotecas, gerenciado pela FBN, os catálogos *online*, a ampliação de acervos bibliográficos e documentais, a ampliação do portal institucional (<http://www.bn.br>), a edição e coedição de livros e periódicos; a promoção do acesso, ampliação, modernização, implantação e indução da gestão e do uso das instalações da Fundação Biblioteca Nacional;
- 2º) “Promover o acesso ao livro e à leitura e a formação de mediadores, no âmbito da implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura e do fomento à criação de planos correlatos nos estados e municípios – na qual se destacam o desenvolvimento de projetos de pesquisa na área da cultura letrada no Brasil, as ações de implantação e modernização de Bibliotecas Públicas, as ações de internacionalização da literatura brasileira no exterior, as ações de levantamento, organização e disponibilização de pesquisas socioeconômicas e informações sobre livro, leitura, literatura e bibliotecas, as ações de formação de mediadores, de valorização social da leitura, promoção e incentivo às práticas da leitura e do interesse pela literatura, o fomento à realização de pesquisas e eventos nas áreas do livro, leitura, literatura e bibliotecas, além de todas as outras ações referentes à essas áreas.
- 3º) “Promover a economia criativa contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável” – incorporando o Registro de obras intelectuais; a realização do Circuito Nacional de

Feiras do Livro e Caravana de Escritores, incluindo o apoio e a participação da FBN em feiras nacionais.

Para tal, são os seguintes os macroprocessos finalísticos envolvidos:

1.4.1. 1º Objetivo: “Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade”:

Macroprocessos e Principais Parceiros:

1.4.1.1 Macroprocesso “Captação de Acervos Bibliográficos e Documentais”

Instituído pela Lei Federal n. 10.994 de 2004, o Depósito Legal é a principal forma de captação de obras para composição do acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Em janeiro de 2010, o âmbito da lei foi reforçado pela promulgação da Lei 12.192, dispondo sobre o depósito legal de obras musicais. Através do cumprimento dessas leis, atende-se também à missão-fim da instituição: preservar a memória e retratar a cultura nacional.

Em 2012, foram adquiridas 128.637 peças através dessa modalidade, assegurando, assim, o controle e a difusão da produção intelectual corrente brasileira.

No total, foram captadas para o acervo da BN, através de depósito legal, intercâmbio e compra, um total de 135.727 obras.

Pontos Fortes

- Reconhecimento pelo mercado editorial da importância do depósito na Fundação Biblioteca Nacional das obras editadas no país, pois, dessa forma, podem garantir a salvaguarda dessas publicações.
- A captação de acervos, em cumprimento às Leis de Depósito Legal de Publicações e de Obras Musicais, teve em 2012 um incremento expressivo com a participação da FBN nos principais eventos do mercado editorial brasileiro.

Pontos Fracos

- A falta de regulamentação das Leis de Depósito Legal, dificultando a atuação da FBN como órgão responsável pelo acompanhamento do cumprimento das Leis.

Fatores Críticos

- O reduzido número de servidores na Divisão de Depósito Legal compromete o desempenho da captação da produção editorial, uma vez que se faz necessário contato direto com o mercado. A situação do quadro de pessoal dificultou a organização interna e reforça a urgência da realização de concurso público.
- Falta de espaço no prédio-sede da FBN para guarda e armazenamento das obras captadas por Depósito Legal.

1.4.1.2 Macroprocesso: “Processamento técnico do acervo bibliográfico da FBN”

A Fundação Biblioteca Nacional é a Agência Bibliográfica Nacional por ser a detentora do depósito legal de publicações e ser responsável pela elaboração da Bibliografia Brasileira. A excelência nestes procedimentos garante o cumprimento da função da FBN de órgão normalizador, em nível nacional, na área de processamento da informação. Em 2012, foram disponibilizados 22.553 novos títulos na Base Livros através da catalogação e indexação de obras recebidas por Depósito Legal, doação, permuta e compra.

Pontos Fortes

➤ Disponibilização de 22.553 novos títulos na Base Livros através da catalogação e indexação de obras recebidas por Depósito Legal, doação, permuta e compra.

Pontos Fracos

➤ Devido à falta de espaço nos armazéns de obras gerais mais de 22 mil obras ainda aguardam localização, o que prejudica o atendimento ao público, pois essas obras, já processadas, não estão disponíveis para consulta.

➤ Aguardam processamento técnico 16 mil obras guardadas em caixas nos corredores do quarto andar, e cerca de 20 mil se encontram estocadas no salão do 3º andar do prédio.

Fatores Críticos

➤ A carência de bibliotecários começa a tornar-se crítica, sendo urgente a necessidade de realização de novo concurso. Com as aposentadorias, exonerações e licenças ocorridas durante o ano de 2012, não há bibliotecários em número suficiente para processar o material recebido na sua totalidade, causando atraso na inserção de dados nas bases de dados e, conseqüentemente, atraso no retorno aos editores que cumprem o Depósito Legal, o que ocasiona perda na qualidade dos serviços prestados pela Instituição e prejudica sobremaneira o atendimento ao público local e/ou remoto.

1.4.1.3 Macroprocesso: Conservação e Restauração de Acervos Bibliográfico e Documental da FBN

Compreende a conservação, higienização, restauração e acondicionamento das peças do acervo bibliográfico/documental de forma a garantir sua salvaguarda para a atual e as futuras gerações. Em 2012, foram restaurados e conservados 510.095 itens pertencentes a acervos raros de importantes coleções.

Dentro do programa de preservação, desenvolvem-se também as atividades de proteção dos originais, através da transferência de suporte para microfilme que garante a perpetuidade dos originais e é internacionalmente reconhecido e adotado como suporte de segurança, principalmente para acervos em preto e branco e jornais.

Do total de bens preservados, 310.422 itens são referentes à microfilmagem.

Pontos Fortes:

- Realização do 16º Curso Informativo de Preservação de Acervos Bibliográficos e Documentais da Biblioteca Nacional. Em 2012, participaram do Curso 28 funcionários de diversas seções da FBN e 103 técnicos de outras Instituições. Participaram do curso técnicos conservadores da Argentina, Chile, Guatemala, Peru e Equador.
- Lançamento do livro “Plano de Gerenciamento de Riscos – Salvaguarda e Emergência da Biblioteca Nacional”. Durante o evento foram proferidas palestras dos autores do livro, Jayme Spinelli – Coordenador de Preservação da FBN e José Luiz Pedersoli Jr – Consultor na área de Preservação. O livro está disponibilizado no portal da Biblioteca Nacional Digital em <http://bndigital.bn.br> e no portal www.bn.br/preservacao;
- Realização no prédio-sede da FBN do primeiro Exercício de Escape com o apoio do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro/CBMERJ;
- “PLANO (Plano Nacional de Microfilmagem)” com as competências de administrar, reunir e resgatar grande parte da produção hemerográfica do país, disponibilizando atualmente aos pesquisadores 50.000 rolos de microfilme com mais de 9.500 títulos de periódicos de grande relevância para memória da imprensa brasileira. Os convênios do PLANO são destinados ao preparo e microfilmagem de periódicos originais, com vistas a completar a coleção hemerográfica nacional (coleção da FBN) e a coleção das empresas/instituições parceiras.

Pontos Fracos

- Necessidade de aprimoramento dos recursos de combate a incêndio no prédio-sede da FBN;
- Situação crítica na infraestrutura predial e de climatização nas áreas de microfilmagem e na sala cofre de matrizes de microfilmes, colocando em risco os microfilmes.

Fatores Críticos

- Recursos orçamentários insuficientes para o desdobramento das ações;
- Insuficiência de pessoal para formação de equipes, de forma a realizar-se mutirões de higienização nas áreas de guarda de acervo, e de pessoal de nível superior para ampliação das atividades de restauração e conservação dos acervos raros.

1.4.1.4 Macroprocesso: “Gerência e Manutenção do Sistema de Gestão da Biblioteca Digital”

Parceria externa nesta ação: FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos e Financiamento do Projeto Resgate da Memória Hemerográfica Brasileira

Para aumentar e democratizar o acesso ao acervo da FBN, a instituição vem investindo significativamente na Biblioteca Nacional Digital – BNDigital (<http://bndigital.bn.br>). O ambiente virtual da BNDigital, além do acervo digitalizado, que em 2012 atingiu a faixa de 26.857 itens e oito milhões setecentos e setenta e nove mil e novecentas e trinta e oito imagens, reúne também exposições virtuais, sites temáticos e projetos com parcerias nacionais e internacionais. No ano de 2012, a BNDigital atingiu a marca de 2.315.926 acessos.

Pontos Fortes

- Em 2012, com financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), foi concluído o projeto “Resgate da Memória Hemerográfica Brasileira”. Com prazo de execução de dois anos, o projeto digitalizou e disponibilizou através da BNDigital um total de 10 milhões de páginas de periódicos brasileiros em domínio público;
- Lançamento do site “Resgate da Memória Hemerográfica Brasileira”, (<http://hemerotecadigital.bn.br/>), que oferece artigos inéditos, contextualizando os periódicos digitalizados, além de links para consultá-los;
- Implantação do Centro de Processamento de Dados (Data Center) da FBN para salvaguardar, preservar e dar acesso seguro e confiável ao acervo digital da instituição.

Pontos Fracos

- Dotação orçamentária muito baixa. Necessidade de maiores investimentos no programa de digitalização;
- Dificuldade operacional/administrativa para contratação de serviços para a digitalização em alta escala dos acervos microfilmados.

Fatores Críticos

- Infraestrutura no Laboratório de Digitalização - são necessárias obras de alvenaria para ampliação e manutenção da área.
- Situação crítica de climatização no Laboratório de Digitalização - No ano de 2012 foram perdidas 25.000 imagens digitais com a pane de um Hard Disk devido à alta temperatura do ambiente de trabalho. Os equipamentos do Laboratório de Digitalização entre escâners, computadores e periféricos devem permanecer, segundo os fabricantes, em temperaturas inferiores a 21 graus célsius.

1.4.1.5 Macroprocesso: “Funcionamento de Bibliotecas da União – Biblioteca Nacional”

A Biblioteca Nacional tem como uma das principais missões o atendimento ao usuário remoto e local. O atendimento remoto é realizado por meio do site da Fundação Biblioteca Nacional contabilizando em 2012 para a Biblioteca Digital (BNDigital) 2.315.926 visitantes e para os catálogos online 34.131.048 visitantes, totalizando 36.446.974 acessos. O atendimento local é realizado nas salas de consulta de Obras Gerais, Periódicos, Música e Arquivo Sonoro, Referência, Cartografia, Iconografia, Manuscritos e Obras Raras, por profissionais do quadro efetivo da FBN, encarregados do atendimento ao público e da movimentação do acervo consultado. Em 2012, foram contabilizados 39.933 atendimentos presenciais e mais 7.013 atendimentos de pesquisa.

Pontos fortes:

- Apesar das condições adversas de climatização, a execução foi superior à meta visto que a FBN é referência nacional e internacional na qualidade e abrangência de sua Coleção Memória Nacional.
- Realização de vinte e uma mostras e uma grande exposição, que permitiram ampliar o papel da FBN de difusora dos registros da memória bibliográfica e documental nacional, além de

proporcionar ao visitante a oportunidade de conhecer uma parcela do enorme acervo da instituição. Acrescente-se que a FBN participou em seis exposições externas com peças dos diversos acervos.

Pontos Fracos

- O atendimento ao público fica prejudicado já que, para evitar sobrecarga da rede elétrica, não é permitido aos leitores utilizar carregadores para equipamentos como computadores, gravadores e assemelhados. A rede elétrica do prédio-sede precisa ser avaliada e ampliada. Não é necessário informar que tipo de transtornos essa situação acarreta. Também é preciso verificar as condições reais de instalação de novos e necessários equipamentos para as atividades das diversas unidades da FBN.
- O sistema de segurança do novo prédio, no que se refere à identificação do usuário que deve conter informações para arquivamento pelo tempo necessário ao cumprimento das boas práticas de controle e atendimento ao público.
- Desde a segunda metade do ano de 2011, a pesquisa para preparação de mostras e exposições internas tem sido realizada exclusivamente pelas equipes do Centro de Referência e Difusão (CRD) com apoio da Coordenação de Promoção Cultural. Dessa forma, têm ficado mais sobrecarregadas as equipes com o acúmulo de mais essa incumbência.
- Deficiência no processo de compras de suprimentos para a realização de atividades cotidianas, problemas com a manutenção de elevadores e monta-cargas ineficientes.

Fatores Críticos

- Desde maio de 2012, quando ocorreu a pane no Sistema 1 de refrigeração, a situação de climatização em todas as áreas de atendimento ao público e de guarda de acervos está crítica. Há casos de peças que começam a se deteriorar como os microfimes, negativos fotográficos e outros suportes especiais. Além disso, como as janelas e portas precisam permanecer abertas para permitir a circulação de ar, todo o acervo da FBN está em condições totalmente adversas de higienização. São menos prejudicados os acervos que ficam acondicionados em arcazes, mapotecas e outros móveis fechados.
- Foi encaminhada ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) a revisão da perda das gratificações das chefias das áreas correspondentes aos acervos especializados. Os cargos foram retirados em 2004, quando o novo estatuto extinguiu as antigas divisões de curadoria de acervo (Obras Gerais, Referência, Periódicos, Livros Raros, Manuscritos, Iconografia, Cartografia, Música e Arquivo Sonoro, além da Divisão de Informação Documental e do Plano Nacional de Recuperação de Acervo Raro - PLANOR). Em dezembro, todas as chefias da Coordenação de Acervo Especial entregaram seu pedido de demissão da responsabilidade pelas Divisões (Obras Raras, Manuscritos, Iconografia, Cartografia, Música e Arquivo Sonoro e Plano Nacional de Recuperação de Acervo Raro – PLANOR). Atendendo a pedido da Presidência da FBN, essas chefes permaneceram nos cargos, mas por tempo limitado. É necessário que o MPOG acelere o processo de revisão, já que sem os responsáveis pelas áreas, várias atividades precisarão necessariamente ser interrompidas.
- A FBN está com seu quadro de pessoal extremamente defasado, e será necessário realizar concurso público para a contratação de pessoal de nível superior e nível médio.

1.4.1.6 Macroprocesso: “Identificação e Inventário do Acervo Físico da FBN”

Principal Parceiro:

CONVÊNIO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS-CONARQ / UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ

Por meio deste convênio, firmado inicialmente em 1996, objetivou-se a cooperação técnica entre o CONARQ e a UERJ, mediante a concessão de 50 bolsas de estágio, por ano, a alunos de História daquela Universidade, para participarem do desenvolvimento de projetos de organização e descrição e/ou indexação de fundos documentais existentes em instituições públicas e privadas sediadas no Rio de Janeiro, integrantes do Programa de Trabalho aprovado pela Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental - COLUSO. Esse convênio tem sido renovado, sendo a última renovação em 2006. A FBN, em sua qualidade de membro da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental – COLUSO, tem-se beneficiado dessa parceria com quatro estagiários de história, que, no momento, estão inventariando o conjunto intitulado: Documentos biográficos: um retrato da vida cotidiana do Império, do acervo da Divisão de Manuscritos.

O inventário é o cotejo das peças existentes nos diversos acervos com os catálogos. Além de gerar um dado valioso para a Instituição, por relacionar, com precisão, a quantidade de volumes existentes no acervo, o inventário tem também a vantagem de mostrar a situação em que se acham as publicações; se há danos e se houve extravios.

A equipe da Coordenadoria de Publicações Seriadas continua inventariando coleções de periódicos brasileiros que estavam estocados em condições adversas nos armazéns de guarda de acervo no prédio-sede e no novo prédio com o intuito de acondicioná-los adequadamente e permitir o acesso público mais ágil.

No total, foram identificadas e inventariadas 232.993 peças do acervo da BN.

Pontos fortes

➤ O percentual de execução está acima do programado, visto que foi incrementado o inventário de publicações seriadas, em caráter de mutirão, visando controle para a futura transferência desta coleção para o novo prédio da FBN.

Pontos Fracos

➤ Existem ainda milhões de peças sem número de tomo¹. E uma das tarefas do inventário é justamente a de atribuir número de patrimônio às peças inventariadas, a fim de melhor controlar o acervo. Como não é possível interromper outras atividades continuadas, esse processo torna-se lento.

➤ A dotação orçamentária, e principalmente a execução financeira, estão ainda muito aquém das reais necessidades para o adequado desempenho das atividades de identificação e inventário.

Fatores Críticos

➤ O número de servidores nas diversas unidades de curadoria de acervos está muito reduzido. A carência de bibliotecários e auxiliares de documentação também é crítica, sendo urgente a necessidade de realização de novo concurso. Com as aposentadorias, exonerações e licenças

¹ Inventários sistemáticos começaram a ocorrer em 2006, portanto não se pode estipular com precisão o número de bens a inventariar.

ocorridas durante o ano de 2012, não há bibliotecários em número suficiente à realização das atividades de identificação e inventário. Os funcionários precisam acumular outras atividades como atendimento ao público e apoio na preparação de mostras e exposições, Acrescenta-se o fato da ausência de auxiliares de documentação para apoiar a realização das atividades, A situação do quadro de pessoal dificultou a organização interna e reforça a urgência da realização de concurso público.

➤ Falta de espaço e sobrecarga da estrutura no prédio-sede da FBN para guarda e armazenamento adequado das peças do acervo, das obras captadas por Depósito Legal e recebidas por doação e permuta.

➤ Desde o mês de maio, quando a Coordenadoria de Publicações Seriadadas sofreu inundação no armazém, devido ao vazamento de um duto de ar condicionado, foi desligado o Sistema 1 de refrigeração fazendo com que todas as áreas de guarda de acervos ficassem sem refrigeração, comprometendo a preservação da Coleção Memória Nacional que vem sofrendo com as altas temperaturas e falta de higienização.

1.4.2.º) Objetivo: “Promover o acesso ao livro e à leitura e a formação de mediadores, no âmbito da implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura e do fomento à criação de planos correlatos nos estados e municípios

MACROPROCESSOS

1.4.2.1 Macroprocesso: Gestão do Plano Nacional de Livro e Leitura

Diante da dificuldade enfrentada pela ausência de rubrica e pela falta de institucionalização, o PNLL fez menos do que se esperaria do Plano.

Entretanto, realizou:

- a. Seminários de discussão de metas e oficinas de orientação para implantação de planos estaduais e municipais em várias capitais e outras cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Palmas, Natal, Brasília, Salvador, Florianópolis, Joinville, Blumenau, Patos de Minas, Betim, Contagem, etc;
- b. Atualizou o seu portal, defasado desde 2010;
- c. Revisou todas as suas publicações, estando prontas para nova edição;
- d. Orientou via portal ou presencialmente grupos interessados na formulação de planos;
- e. Desenvolveu o prêmio Vivaleitura, antes totalmente financiado e planejado por instituição particular, multiplicando em seis vezes seu valor, assumindo a FBN seu planejamento, sua organização, sua avaliação e premiação;
- f. Desenvolveu negociação com a UnB, com vistas a uma parceria, por termo de cooperação, que se efetivará em 2013.

Ponto Forte

- Desenvolveu a revisão e análise de documentos em torno do PNLL.

Pontos Fracos

- Falta de institucionalização, que acaba por permitir poucos avanços;
- Falta de verba, para investir mais fortemente no apoio aos Estados e Municípios na construção de seus planos;

- Falta de pessoal, reduzindo os possíveis desdobramentos de ações exitosas nos seminários e debates.

1.4.2.2 Macroprocesso “Concessão de Bolsas de Pesquisa”

O Centro de Pesquisa e Editoração (CPE) faz anualmente uma seleção de projetos de pesquisa, através do Conselho Interdisciplinar de Pesquisa e Editoração (CIPE), apresentados via Edital de chamada pública, para concessão de bolsas a pesquisadores nacionais e estrangeiros, pelo período seis ou doze meses, com o objetivo de incentivar a produção de trabalhos originais a partir de pesquisas nos acervos especiais da Fundação Biblioteca Nacional, contribuindo para a valorização e o conhecimento público desse patrimônio nacional. Ação vinculada ao Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP).

Em 2012, foram previstas 21 bolsas de pesquisas via Edital de Chamada Pública, publicado em agosto de 2012. Entretanto, foram concedidas 23 bolsas, assim distribuídas: 05 (cinco) para projetos de doutores, 7 (sete) para projetos de doutorandos, 1 (um) para projeto de doutorando estrangeiro, 5 (cinco) para projetos de mestres, 4 (quatro) para projetos de mestrandos e 1 (um) para projeto de graduando ou recém-graduado. Houve necessidade de complementação de recursos para atender a todos os projetos aprovados pelo Conselho Interdisciplinar de Pesquisa e Editoração (CIPE), que avaliou os 172 (cento e setenta e dois) projetos apresentados e selecionou os 23 (vinte e três) contemplados.

Pontos fortes

- O Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da FBN, criado em 2004, vem tendo a cada ano maior demanda de bolsas por parte de pesquisadores brasileiros.

Pontos Fracos

- Recursos limitados para atender a todos os bons projetos apresentados.

1.4.2.3 Macroprocesso: “Edição e Coedição de Obras Literárias”

Cabe ao Centro de Pesquisa e Editoração (CPE) publicar, através de edições ou coedições, livros e periódicos de grande relevância para a cultura brasileira. As coedições, a partir do exercício de 2012, passaram a ser feitas através da avaliação e seleção, pelo Conselho Interdisciplinar de Pesquisa e Editoração (CIPE), dos projetos apresentados por editoras que atenderam ao Edital de chamada pública para coedições de livros. Tem como finalidade dar maior acessibilidade e difusão a livros e revistas que contribuam para maior conhecimento do acervo da FBN e da cultura letrada brasileira, em geral.

Durante o exercício de 2012, foram publicadas as seguintes obras:

- **Revista Poesia Sempre.** O número 36 inicia uma nova fase da revista, editada sob a responsabilidade de Afonso Henrique Neto. Este número é dedicado à poesia mineira, clássica, moderna e contemporânea. Entrevista com Affonso Romano de Sant’Anna;
- **Biblioteca Nacional – Plano de Gerenciamento de Riscos**, de Jayme Spinelli, José Luiz Pedersoli Jr;
- **Teatro Eclesiástico** – Frei Domingos do Rosário (2 volumes) – fac-simile da 9ª. Edição, de 1817, uma das raridades do acervo da Biblioteca Nacional

Ainda sobre Produção de Obras Científicas, Artísticas e Literárias, foram selecionados pelo CIPE dez projetos editoriais para estabelecimento de parcerias para coedição de livros, através de Edital de Chamada Pública nº 01/CPE, de 23 de agosto de 2012. Nessa ação, temos como parceiros externos, as editoras que estão participando e colaborando na consecução dos objetivos das atividades envolvidas.

Pontos Fortes

➤ O projeto de criação de uma editora institucional, com política editorial própria, que deverá apresentar resultados em 2013, além do estabelecimento de parcerias para coedição a partir de edital de chamada pública, implantado em 2012.

Pontos Fracos

➤ Precária infraestrutura de instalações e equipamentos (além de pessoal insuficiente) para o desenvolvimento do projeto da editora, tanto na área de produção gráfica quanto na área de comercialização, divulgação, entrega e armazenamento de publicações.

1.4.2.4 Macroprocesso: “Internacionalização da Literatura Brasileira”

Principais parceiros: importantes instituições e entidades públicas e privadas, como o Ministério das Relações Exteriores, a Universidade Federal Fluminense, o Instituto Goethe e a Câmara Brasileira do Livro, entre outras.

Gestão do Programa de Apoio à Tradução

O “Programa de apoio à tradução e publicação de autores brasileiros no exterior”, criado no início dos anos 1990 com o objetivo de ampliar e consolidar a presença do livro e da literatura brasileira no exterior, é uma ação fundamental da FBN na construção da internacionalização da literatura. O Edital do Programa, revisto e publicado em julho de 2011, permanece em vigor. No entanto, foi ampliado com novos programas, que buscam, além de apoiar a tradução e a publicação de autores brasileiros no exterior, incentivar a internacionalização da literatura brasileira a partir de novos caminhos:

- Apoio à publicação de literatura brasileira na Comunidade de Países de Língua Portuguesa;
- Incentivo a autores brasileiros convidados por editores estrangeiros a viajar ao exterior para divulgar sua obra ou participar de um evento literário;
- Apoio ao programa de residência de tradutores estrangeiros no Brasil durante cinco semanas para conhecer e pesquisar sobre a cultura brasileira.

A divulgação dos editais foi realizada em um trabalho reforçado junto às mídias impressas e digitais, bem como com a parceria do Itamaraty e dos seus postos fora do Brasil e junto a editoras, agentes literários, tradutores, escritores e profissionais do livro, com vistas a ampliar as inscrições. Em 2012, foram concedidas 129 bolsas de tradução, sendo 69 com recursos da FBN (LOA) e 60 com recursos do FNC, e 11 de intercâmbio de autores brasileiros no exterior, 10 de apoio à publicação em países de língua portuguesa e 15 de residência de tradutores estrangeiros no Brasil.

Desde 1991, foram concedidas 400 bolsas para traduzir obras brasileiras no exterior. Enquanto a média de bolsas concedidas nos anos 1990 oscilava em torno de 12,8 por ano e 15,8 na década seguinte, a partir de 2011, quando foi anunciada uma ampla política de internacionalização do livro e da literatura brasileira, esse número subiu para 88,5/ano. Em 2012, foram aprovados 130 projetos

para bolsas de apoio à tradução; 10 bolsas de publicação para CPLP; 14 bolsas para autores brasileiros e 15 bolsas para residência de tradutores.

Publicação da Revista Machado de Assis – outubro de 2012 nº 1

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN), em parceria com o Itaú Cultural, a Imprensa Oficial de São Paulo e o Itamaraty, lançou no primeiro dia da Feira do Livro de Frankfurt o primeiro número da *Revista Machado de Assis - Literatura Brasileira em Tradução*. A publicação homenageia o escritor Machado de Assis (1839-1909), um dos mais importantes da língua portuguesa, e conta com edições impressas semestrais e edições virtuais trimestrais. Criada a partir do edital de coedições da FBN, a revista apresentou ao mercado editorial internacional os autores que vêm se destacando no país, tanto escritores experientes quanto os novos talentos. Para a primeira edição, e como forma de passar um cenário vibrante e contemporâneo da literatura brasileira, deu-se preferência à produção atual dos escritores, levando em conta uma diversidade de idades, estilos e temáticas. No entanto, para atender as necessidades específicas do setor, algumas edições serão organizadas por temas, mostrando a literatura brasileira em gêneros como a literatura infantil, infanto-juvenil e a poesia.

A Revista integra as ações do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior. Seu objetivo é promover o acesso a textos traduzidos de escritores brasileiros pelo mercado editorial internacional ampliando, assim, a visibilidade das obras brasileiras e as oportunidades de venda de seus direitos autorais no exterior.

Pontos Fortes:

- O aumento dos recursos destinados à bolsa de tradução se deu através do FNC (Fundo Nacional de Cultura). A previsão de 10 anos de investimento permanece um fator decisivo para atrair a atenção de editoras estrangeiras e mostrar a perenidade do projeto.
- O novo edital confere segurança ao editor estrangeiro porque permite compreender a permanência do Programa de Tradução para além de um prazo curto de vigência, visto que está aberto permanentemente.
- A ampliação e o aperfeiçoamento dos projetos de tradução, bem como a manutenção de reuniões mensais com a Comissão Julgadora, permitem manter o ritmo de avaliação e dinamismo nas aprovações de novos projetos.
- O processo de divulgação do novo edital permitiu maior visibilidade ao Centro Internacional do Livro.

Pontos Fracos:

- A equipe responsável pelo Programa de Tradução está sobrecarregada, pois não se dedica exclusivamente a atingir apenas as metas deste programa.
- A demanda crescente do CIL vem sobrecarregando também a área administrativa e financeira da FBN que trabalha com número reduzido de pessoal.

Oportunidades para o Setor

- O interesse pela cultura e literatura brasileira cresce exponencialmente no cenário internacional, o que cria as condições propícias para maior inserção de autores brasileiros no mercado editorial internacional;
- A criação de uma área exclusivamente dedicada à internacionalização da literatura brasileira dentro da FBN confere objetividade a esse trabalho e oportunidades ímpares para promover a literatura brasileira no exterior.

Fatores Críticos

- A construção de uma equipe especializada para o Centro Internacional do Livro é indispensável reforçando a necessidade de concurso público para a FBN.

Prêmio Luís de Camões

Instituído em 1989 pelos governos do Brasil e de Portugal, o prêmio foi realizado em 2012, no mês de maio, em Lisboa, Portugal, e teve como vencedor da 25ª edição o escritor brasileiro Dalton Trevisan. O júri foi composto por nomes de notoriedade internacional: Júri brasileiro: Alcir Pécora e Silviano Santiago (brasileiros); júri português: Rosa Maria Martelo e Abel Barros Baptista e júri de países africanos: João Paulo Borges Coelho (moçambicano) e Ana Paula Tavares (angolana). O montante total deste prêmio binacional é de 100.000 euros, sendo que cada país é responsável por 50% dele.

Pontos Fortes

- Instrumento de divulgação e fortalecimento da língua portuguesa, reconhecido como o mais importante prêmio literário binacional brasileiro.

Pontos Fracos

- A divulgação do prêmio no Brasil ainda não é suficiente e merece ser ampliada e aperfeiçoada.

Oportunidades para o Setor

- Trata-se de outro meio de promoção da literatura brasileira e de fortalecimento da língua portuguesa e dos laços culturais entre os dois países.

Feira de Livros Internacionais

A participação da FBN nas feiras literárias internacionais tem por objetivo difundir a literatura brasileira, promover a produção editorial da Instituição, além de divulgar as políticas governamentais de incentivo à leitura. Nas feiras e salões literários em outros países, a FBN participa divulgando a produção literária brasileira, difundindo a língua falada no Brasil, promovendo o livro, a literatura e a cultura brasileira, especialmente no que se refere ao Programa de Apoio à Tradução de Autores Brasileiros no Exterior.

Em 2012, a FBN participou de seis feiras e salões internacionais (Londres, Paris, Bolonha, Bogotá, Frankfurt e Guadalajara), sendo que em Bogotá, na Colômbia, teve uma participação como país homenageado.

Pontos Fortes

➤ A presença da FBN nas feiras internacionais é essencial para promover o programa de apoio à tradução e à publicação de autores brasileiros no exterior, a fim de garantir a edição de novos títulos e a reedição de outros, visando as homenagens ao Brasil, especialmente na Feira do Livro de Frankfurt de 2013, a maior feira do mundo editorial, bem como, outras estratégias de divulgação da cultura brasileira a partir do livro e da literatura.

Calendário de homenagens ao Brasil:

- 2013: Feira do Livro de Frankfurt
- 2014: Feira do Livro de Bolonha
- 2015: Salão do Livro de Paris
- 2016: Feira de Londres

➤ A importância na inclusão de uma programação literária com escritores, tradutores, editores e agentes literários tem sido o ponto alto destes eventos que passam a somar conteúdo e agenda cultural a estas participações do Brasil.

Pontos Fracos

- Equipe reduzida para atuar em diversas ações;
- Dificuldades operacionais para contratação e execução no exterior;
- O procedimento e a logística para a participação nas feiras internacionais são muito trabalhosos e burocráticos, o que demanda uma equipe voltada apenas para esta ação, ao longo do ano. A equipe do Centro Internacional do Livro é muito reduzida para o volume de trabalho que desempenha.

Oportunidades para o Setor

- Devemos buscar ampliar o desenvolvimento das ações iniciadas nas feiras internacionais em conjunto com outros parceiros, na tentativa de aumentar o interesse pela literatura brasileira, especialmente com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil.
- Feiras internacionais representam uma oportunidade essencial para encontros entre leitores, editores, autores, tradutores e agentes literários. O objetivo da FBN é promover a divulgação da literatura e do livro brasileiro e estar presente nos eventos mais importantes do setor, para mostrar a pluralidade e a força criativa da literatura brasileira.
- Nos próximos anos, o Brasil organizará importantes participações para divulgar a literatura brasileira no exterior. As participações como convidado de honra em eventos literários internacionais deverão ocorrer até 2020. Estas feiras representarão um marco para a divulgação da produção literária brasileira no exterior.
- O interesse pelo Brasil vem assegurando a divulgação da literatura brasileira no exterior. O objetivo é estimular que eventos internacionais com autores brasileiros, tradutores estrangeiros de literatura brasileira, editores, e agentes literários, possam marcar a excelência dessa participação com conteúdo. Os livros brasileiros também são ricamente ilustrados e finalizados.

1.4.2.5 Macroprocesso: “Difusão Cultural”

Promover ações culturais na área do livro, da leitura e da biblioteca, por meio da realização de exposições, mostras especiais de acervo, participação em feiras literárias nacionais, debates, seminários, encontros temáticos, cursos, etc. As ações realizadas abrangem diversas áreas do conhecimento representadas no acervo bibliográfico e documental que compõe a coleção de memória sob a guarda da FBN, ampliando o acesso e promovendo esse valioso patrimônio como uma oferta à nossa população.

Resultados alcançados em 2012: público total de 100.317 pessoas que participaram dos eventos e estiveram em visita guiada à Instituição.

Visita Guiada - Ao longo dos últimos dois anos houve um expressivo crescimento no número de visitantes, totalizando 73.969 visitantes, em 2012. Dessa forma, buscamos atender uma antiga demanda do nosso público, aumentando cada vez mais o número de visitas guiadas na Biblioteca Nacional.

Pontos Fracos

- Número insuficiente de pessoal qualificado para a tarefa;
- Limitação do acesso dos visitantes às áreas de pesquisa e acervo. Especialmente nos domingos e feriados, a visitação ao prédio é parcial, disponibilizando apenas três salas para acesso. Outro problema é a segurança no entorno do prédio, pois há pouco movimento, pouco policiamento e uma grande população de rua que se concentra nas proximidades da FBN.
- Condições da infraestrutura da FBN para absorver esse novo público.
- Burocracia para o acesso. Falta de tecnologia adequada para cadastramento de visitantes e leitores.

Pontos Fortes

- Divulgação institucional do papel estratégico da FBN enquanto guardiã da produção intelectual brasileira, fortalecendo a marca FBN;
- Permitir ao cidadão a apropriação e o compartilhamento deste patrimônio nacional.

Exposições Comemorativas e Mostras Especiais de Acervo: Em 2012, a FBN realizou 03 (três) grandes exposições, integradas pelo acervo memória, do qual é a legítima depositária. Tal iniciativa promove o acervo, permite o franco acesso do público a obras raras e especiais, traduzidas por meio de roteiros temáticos e expografias especiais. Nesse ano, 6.535 pessoas visitaram as exposições da FBN. Destacam-se as exposições realizadas no Espaço Cultural Eliseu Visconti da FBN, área especialmente equipada para a preservação e segurança de acervos especiais exibidas:

- Exposição **Giorgio Vasari e a invenção do artista moderno**, comemorativa aos 500 anos de artista italiano, primeiro historiador da arte e fundador da primeira academia de belas artes (1563);
- Exposição **Rio Cidade-Paisagem**, uma homenagem à cidade maravilhosa. Para homenagear o Rio de Janeiro, a FBN inaugurou a exposição *Rio Cidade-Paisagem*, que retratou, através dos séculos, a beleza cultural e paisagística da cidade;
- Exposição **O Barão e a caricatura: Rio Branco no traço dos caricaturistas** foi exibida no âmbito das comemorações do centenário de morte do Barão do Rio Branco e abordou um aspecto pouco conhecido do patrono da diplomacia brasileira: seu gosto pela arte do desenho humorístico.

As **mostras** especiais de acervo foram desenvolvidas com o objetivo de democratizar o acesso do público ao acervo da FBN, em especial para brindar o público visitante assistido pela visita guiada. Em exibição no 2º e 3º andares do prédio-sede, qualificam ainda mais nossas Visitas Guiadas, contribuindo para o aumento no número de visitantes. Em 2012 foram realizadas 18 mostras setoriais, visitadas por 14.587 pessoas.

Pontos Fracos

- Recursos humanos insuficientes para as várias etapas de produção e pós produção;
- Inadequação da infraestrutura da FBN para corresponder à demanda presencial do público;
- Burocracia para o acesso. Falta de tecnologia adequada para cadastramento de visitantes e leitores;
- A falta de efetivação do edital para contratação de empresa voltada à organização e produção de eventos em geral tornou-se um empecilho para realização integral da meta de eventos programados em 2012.

Pontos Fortes

- Fortalecimento do papel da FBN enquanto guardiã da produção intelectual brasileira, fortalecendo a marca FBN;
- Permitir ao cidadão a apropriação e o compartilhamento deste patrimônio nacional.

Eventos, Palestras, Debates, Cursos, Seminários e Outros: Em 2012, a FBN realizou dezenas de ações voltadas ao público, trazendo para o debate temas e abordagens que somam a “investigação” acadêmica ao olhar do indivíduo que vive a realidade debatida, contando com a participação de diversos especialistas convidados, assim como promovendo debates técnicos de capacitação. Os conteúdos das ações foram transmitidos em tempo real pelo Instituto Embratel, com cobertura pelo site do Twitter (twitter.com/fbn), como forma de atingir comunidades externas não presenciais;

Pontos Fracos

- Recursos humanos insuficientes para as várias etapas de produção e pós produção;
- Condições da infraestrutura da FBN para corresponder à demanda presencial do público;
- A falta de efetivação do edital para contratação de empresa voltada à organização e produção de eventos em geral tornou-se um empecilho para realização integral da meta de eventos programados em 2012.

Pontos Fortes

- Fortalecimento do papel da FBN enquanto guardiã da produção intelectual brasileira, fortalecendo a marca FBN;
- Atenção junto à comunidade com oferta de produtos culturais de qualidade;
- Fortalecimento da atuação da Instituição como espaço democrático de exposição, mostras e debates públicos;
- Ampliação das parcerias com instituições públicas e privadas, outros produtores e instituições culturais, como forma de otimizar recursos financeiros e realizar projetos, programas e ações correlatas.

1.4.2.6 Macroprocesso: "Instalação e modernização de bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura e fortalecimento de Sistemas e Redes de Bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura".

O SNBP (Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas) focou-se, em 2012, em sete ações principais, descritas a seguir:

- a. Instalação e modernização de bibliotecas:
 - Com recursos da LOA-FBN, foram investidos R\$1.350.000,00, em seis Estados, com atendimento de 82 bibliotecas;
 - Com recursos de emendas parlamentares, foram beneficiadas 11 bibliotecas, com uma verba de R\$6.240.000,00;
 - Distribuição de 250 kits, com acervo, mobiliário e equipamentos de informática. Estão armazenados 79 kits.
- b. Monitoramento de novas bibliotecas: por meio de edital, foram criadas ferramentas para gestão da informação e de logística.
- c. Qualificação de acervo

Os livros vindos das leis de incentivo (PRONAC) com muita frequência têm pouco a ver, por suas características, com as demandas das bibliotecas públicas. Em 2012, chegaram 132.608 livros, que, depois de demorada análise, foram distribuídos a 43 bibliotecas, com a entrega de 43.401 livros, restando ainda um número significativo para distribuição.

Pretendemos propor alteração nesse esquema, criando uma listagem de bibliotecas para tais doações, que seriam feitas diretamente pelos beneficiados da lei.

- d. Gestão da informação

Foram desenvolvidos quatro eixos, para aperfeiçoar o fluxo e armazenamento de informações:

- Inventário de processos e reorganização dos fundos de implantação e modernização de bibliotecas;
 - Fluxos de documentos e manuais técnicos: foram criados dois manuais;
 - Sistema de gerenciamento da informação;
 - Cadastro Nacional de Bibliotecas (necessita ainda de um módulo de gerenciamento que permita ao SNBP o acesso direto ao Cadastro).
- e. Desenvolvido ao longo do ano, o site do SNBP, que entrou em funcionamento em 2013.
 - f. Realizado um grande trabalho de assessoria técnica, envolvendo as demandas via telefone, site, ouvidoria do MinC e do Cadastro Nacional de Bibliotecas.
 - g. Formação de pessoal: se fez de vários modos e em vários momentos:
 - Encontro Nacional dos Sistemas de Bibliotecas Públicas: reuniu os sistemas estaduais e municipais, com o objetivo de traçar um grande painel de avanços e demandas da área, discutindo com grandes especialistas da Ciência da Informação os caminhos da biblioteca no mundo atual e o que isso significa nas políticas públicas. Estiveram presentes 26 Estados, possibilitando uma discussão abrangente sobre a situação da área no Brasil.
 - Ambiente virtual: elaborada proposta para um curso na modalidade Educação a Distância, que contará com a participação do CERLALC. O curso deve acontecer em 2013;

- Intercâmbio Brasil-Colômbia: na Feira de Bogotá, Colômbia, que reuniu um grande contingente de bibliotecários. Uma comissão brasileira de coordenadores de sistemas, com equipe do SNBP, se fez presente, possibilitando uma nova discussão em torno das questões da área;
- Os integrantes da equipe da Coordenação Geral do SNBP participaram ativamente em 19 eventos e 49 palestras e oficinas.

h. Pontos de Leitura da Ancestralidade

Em 2011, foi estabelecida uma parceria entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPP/PR) e a Secretaria de Cidadania Cultural (SCC) para a realização do Projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil com o objetivo de registrar a memória de comunidades quilombolas, formar mediadores de leitura e produzir um livro para ser incorporado ao acervo temático.

Cada uma dessas instituições ficou responsável por uma parte do projeto. A FBN coube a distribuição de 10 kits de Pontos de Leitura e a aquisição de 10 acervos temáticos, compostos por aproximadamente 300 obras.

Em decorrência de problemas administrativos, a licitação das obras só foi realizada no final de 2012 inviabilizando assim a entrega conjunta do Ponto de Leitura e do acervo temático. Nesse contexto, o conjunto de livros sobre a temática negra deverá ser recebido pela FBN das editoras no início de 2013 e, somente após a conferência e mixagem os mesmos os mesmos poderão ser enviados as comunidades participantes do projeto.

Pontos Fortes

- Houve, em 2012, o estreitamento das relações entre os integrantes dos sistemas de bibliotecas públicas, reacendendo a confiança do setor nas ações da Coordenação Nacional;
- Houve, ainda, apesar das dificuldades, a estruturação do trabalho da equipe.

Pontos Fracos

- Número insuficiente de servidores e de técnicos qualificados na área;
- Alto grau de dificuldades tecnológicas e insalubridade do ambiente de trabalho;
- Número insuficiente de passagens e diárias para atender as demandas de articulação e monitoramento.

4.2.2.7. Macroprocesso: “Promoção, formação e incentivo ao hábito e às práticas da leitura e da literatura”.

a. Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER

O Programa tem uma coordenação nacional, que apoia, orienta e congrega as ações de 80 comitês, nas várias regiões brasileiras e cujas ações atingem mais de 500 cidades.

A Coordenação Nacional não só se faz presente, para monitoramento, em todos os eventos dos comitês, como apoia financeiramente algumas das atividades programadas. Tais eventos são constituídos de seminários, palestras e oficinas, envolvendo escritores em debates, bate-papos e lançamentos. Dessa forma, a DLLLB se faz presente, promovendo discussões e oficinas em torno do PNLL e seus desdobramentos estaduais e municipais, do PROLER e das demais ações da Diretoria, segundo as características e demandas de cada local. Em Fortaleza, por exemplo, foi feita a entrega de certificados dos cordelistas do Estado, contemplados no Edital de bolsas de apoio ao cordel.

Em 2012 começou a ser executado, em conjunto com comitês, o projeto Cidadania e Leitura, em parceria com a SCDC, para a formação de mediadores, para atuarem especificamente em bibliotecas comunitárias.

Em março de 2012, aconteceu o encontro, com a duração de quatro dias, de todos os comitês, para planejamento e discussão de metas.

Por sua vez, a Casa da Leitura, sede da coordenação nacional do Programa, é uma referência em atividades de mediação da leitura, desenvolvendo inúmeras atividades para crianças, em sua biblioteca e no seu auditório. Sem esquecer que a mediação de leitura não pode circunscrever-se aos mais jovens, a Casa da Leitura promove também atividades semanais para adultos, podendo envolver literatura, música, teatro e cinema. E, para os profissionais da mediação da leitura, oferece cursos e debates sobre o tema, oferecidos por especialistas selecionados por edital de chamamento público.

Pontos Fortes:

- O diálogo constante entre especialistas do Brasil inteiro, promovendo o intercâmbio de projetos e de soluções de problemas;
- A gestão compartilhada, uma vez que os comitês têm uma autonomia, contando com a aprovação e apoio da coordenação central;
- A adoção de projetos diversos e múltiplos, em função das características de cada cidade ou região.

Pontos Fracos

- Verba muito reduzida, exigindo com frequência a diminuição de ofertas da Casa da Leitura e dos comitês;
- A política de cotas de passagens e diárias, que impede o melhor monitoramento das atividades dos comitês;
- No caso da Casa da Leitura, as condições físicas da edificação comprometem enormemente uma atuação que poderia ser exemplar, em termos de Brasil e de América do Sul.

b. Agentes de Leitura

Ligado à Coordenação Geral de Leitura, o projeto Agentes de Leitura, iniciado efetivamente em 2010, ainda ligado à SAI, forma jovens de 18 a 29 anos para serem agentes de leitura, nos moldes dos agentes de saúde: vão às casas, às bibliotecas e às escolas, promovendo atividades de leitura. O projeto, de grande alcance social, apresentou muitos problemas de execução, ao longo desses anos, sobretudo por problemas de adesão das prefeituras municipais. Em 2012, promovemos um melhor acompanhamento e aproximação dos núcleos em campo e foram assinados pela FBN quatro novos convênios.

Pontos Fortes

- O projeto tem extraordinário alcance social, sobretudo nas regiões desfavorecidas, seja pelo ganho representado pela bolsa oferecida aos agentes, seja pela forma de abordagem familiar e social da leitura;
- O projeto dá oportunidade a que os agentes se tornem, eles próprios, grandes leitores.

Pontos Fracos

- A parceria com as prefeituras mostrou-se muito frágil, seja pelas contrapartidas consideradas inviáveis, seja pela falta de continuidade dos gestores e formadores;
- A bolsa, que parece razoável em determinadas regiões brasileiras, não consegue atrair os jovens em muitas regiões (sobretudo no sudeste e no sul) onde se tentou implantar o projeto;
- O acompanhamento tornou-se difícil, visto que a equipe do MinC era muito pequena, agravada pela dificuldade de se enviarem especialistas aos locais onde se executava o projeto, dada a impossibilidade ou restrição de passagens e diárias.

1.4.3º) “Promover a economia criativa contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável”

1.4.3.1 Macroprocesso: Apoio ao Desenvolvimento da Economia do Livro e Fomento à realização de eventos na área do Livro, da Leitura e da Literatura

A Coordenação Geral da Economia do Livro (CGEL) desenvolveu projetos de apoio à criação e à produção de livros, o que abrangem editais de premiação, concessão de bolsas, eventos e o projeto do livro de baixo preço, sendo esse último, realizado com recursos provenientes do FNC (Fundo Nacional de Cultura).

a. Prêmio Fundação Biblioteca Nacional

Em 2012, após a revisão e abertura do edital, foram inscritas mais de 1000 obras, nas oito categorias do prêmio, atribuídos a livros editados no período dos últimos 12 meses. O resultado já é conhecido, e a cerimônia de premiação está prevista para abril de 2013.

Pontos Fortes

- A exigência de inscrição no ISBN e depósito legal está conscientizando editoras da importância desses procedimentos;
- O prêmio contribui para o conhecimento da diversidade produção literária brasileira;

Pontos Fracos

- O valor da premiação está aquém do porte que se deseja dar ao Prêmio, sendo desejável que seja revisto.
- Neste ano, em virtude de várias mudanças de equipe, os prazos se encurtaram muito, o que dificultou enormemente o trabalho da equipe da área. Além disso, a inexistência de espaço adequado para manipulação e registro das obras inscritas prejudicou o trabalho;
- A equipe, apesar de motivada e disposta, é numericamente insuficiente. Além não tinham experiência pregressa neste tipo de edital.

a. Concessão de bolsas

- Bolsa de Criação

Essa bolsa é oferecida para apoiar escritores iniciantes (aqueles que têm, no máximo, dois livros publicados) na criação de nova obra. Foram outorgadas 30 bolsas, no valor de R\$ 15.000,00 cada. Foram mais de dois mil inscritos.

- Bolsa de Circulação Literária

Foram oferecidas 20 bolsas a projetos apresentados por autores e mediadores de leitura, que tivessem como objetivo fazer circular seu projeto por mais de uma região geográfica, incluindo atividades em Territórios da Cidadania, visando a melhoria dos índices de leitura. Cada bolsa tem o valor de R\$ 40.000,00 e foram apresentados cerca de 500 projetos.

b. Realização de eventos literários

- Circuito Nacional de Feiras do Livro e Festivais Literários

Calendário Nacional de Feiras, Festivais e demais Eventos Literários: tem como objetivo não apenas estimular, promover e divulgar as ações literárias que já ocorrem nos Estados e Municípios, como também incentivar a criação de novos eventos, sobretudo em cidades de menor porte, além de auxiliar no seu planejamento e execução, através de um site criado para esse fim. A criação e ampla divulgação, em 2012, de um Calendário Nacional de Feiras e Eventos Literários contribuiu para um crescimento muito significativo no cadastro de eventos, passando dos 75 iniciais cadastrados para 204. Para incentivar novas feiras e colaborar com as que já ocorrem, foi lançado um Edital contemplando 27 eventos de entidades públicas e privadas. Houve o impedimento de repasse de recursos por conta do período eleitoral, o que impossibilitou atender a um número maior de municípios. Os recursos destinados ao Circuito foi proveniente do FNC (Fundo Nacional de Cultura).

Pontos Fortes

- As feiras e eventos aumentam o contato com o livro e a literatura, aproximando o livro e população e contribuindo para a valorização da leitura;
- Eventos desse tipo ajudam a população a perceber o livro e a leitura fora do âmbito escolar, possibilitando o surgimento do sentimento, em cada indivíduo, de que a leitura é para a vida inteira;
- Difundidas em tantas cidades, as feiras colaboram também para a economia do lugar.

Pontos Fracos

- O período eleitoral, em 2012, dificultou a ampliação do projeto;
- A equipe responsável pelo projeto é muito pequena;
- O espaço que abrigou o projeto é inadequado, além dos equipamentos obsoletos.

- Caravana de Escritores

A Caravana de Escritores, colocada em ação em 2012, é realizada através de parceria com os municípios, e pode beneficiar todo o território nacional. Consiste na ida de pelo menos três escritores, sendo um local, para desenvolver, ao longo de alguns dias, atividades nos mais variados espaços da cidade - bibliotecas, praças, escolas – com o objetivo de estabelecer um diálogo entre autores e leitores, ao mesmo tempo em que valoriza a produção local. Os autores são cadastrados, e os municípios os escolhem consultando tal cadastro. Foram realizadas 35 Caravanas, acionando

mais de 90 autores. Devido às eleições municipais em 2012, o projeto ficou em parte comprometido.

Pontos Fortes

- O real envolvimento da população que recebe a Caravana;
- O apoio ao escritor local, frequentemente pouco conhecido ou valorizado, fazendo intercâmbio com autores de outros centros, em geral mais conhecidos;
- A escolha feita pelo próprio município, consultados seus leitores locais.

Pontos Fracos

- Houve dificuldade inicial de entendimento do edital, por parte dos possíveis beneficiários, mesmo depois da realização de videoconferência a respeito, o que dificultou o deslançamento do projeto.
- Pequena equipe para dar conta de todas as tarefas que envolvem um projeto como esse.
- Espaço inadequado para o funcionamento da equipe, ainda que pequena.

- Feiras de Livros Nacionais

A Fundação Biblioteca Nacional tem, entre outras responsabilidades, o compromisso de divulgar e promover o livro e a literatura brasileira em eventos literários nacionais. Com um expressivo número de visitantes, as feiras literárias mobilizam as comunidades em torno da importância do livro e do papel social da leitura. A participação da FBN nesses eventos se insere nas políticas públicas de promoção da leitura e literatura no imaginário da população brasileira e no fomento das cadeias criativa e produtiva do livro.

Assim, cumprindo as metas institucionais, a FBN teve importante papel na participação em grandes feiras literárias nacionais, ampliando a sua forma de participação através de ações culturais importantes, destacando exposição de acervo, encontro com autores, seminários e debates com a cadeia produtiva do livro, bem como com o público em geral. Em 2012, a FBN participou de 6 (seis) feiras nacionais (Minas Gerais, Paraty, São Paulo, Porto Alegre, Brasília e Ceará).

Pontos Fracos

- O procedimento e a logística para a participação nas feiras nacionais são muito trabalhosos e burocráticos, o que demanda uma equipe voltada apenas para esta ação, ao longo do ano. A insuficiência de recursos humanos torna-se um impeditivo para um desempenho mais adequado à nossa representação nas feiras literárias;
- A falta de efetivação do edital para contratação de empresa voltada à organização e produção de eventos em geral tornou-se um empecilho para realização integral da meta de eventos programados em 2012.

Pontos Fortes

- Nas feiras nacionais, onde há grande concentração de leitores e profissionais da cadeia criativa e produtiva do livro, a presença da FBN é muito importante para promover e divulgar os serviços, publicações e ações da instituição;

➤ Fortalecer a “marca institucional” da Fundação Biblioteca Nacional. Tais eventos têm sido usados sobretudo para possibilitar à população a discussão com as equipes da Diretoria, seus editais e ações, ouvindo da comunidade suas críticas e demandas, o que tem sido importante para aperfeiçoar suas estratégias.

c. Projeto “Livro de Baixo Preço”

A Rede Popular do Livro Acessível, criada em 2011, permitiu que as próprias bibliotecas escolhessem uma média de 745 exemplares, em uma lista que contou com mais de 10.000 títulos, habilitados por mais de 300 editoras, ao preço máximo de R\$10,00. Cerca de 2.500 bibliotecas de todas as regiões do Brasil foram atendidas, através de compra em Pontos de Venda, e não diretamente das editoras, o que alimenta a cadeia de livrarias. Foram selecionados 1.899.402 exemplares de livros pelas bibliotecas.

O Portal do Livro FBN, criado para atender a Rede, e que permite acesso ao Cadastro Nacional de Bibliotecas de Acesso Público (bibliotecas públicas, comunitárias, rurais) facilitou essa ação bastante complexa.

Em 2012, foi produzido um curso na modalidade EAD, especificamente para livrarias, preparando-as para o novo edital de aquisição do livro de baixo preço, a ser lançado no primeiro trimestre de 2013.

Pontos Fortes

- A tentativa de envolver todos os elos da cadeia produtiva do livro, incluindo a compra por meio de livrarias;
- A escolha de livros, feita por cada uma das bibliotecas;
- A efetiva diminuição do preço do livro: enquanto a média de preço de livros adquiridos girava em torno de R\$40,00, o preço médio nesse programa foi de R\$9,08.

Pontos Fracos

- A própria compreensão do processo, pelos bibliotecários, mesmo com equipe de atendimento por telefone e *online*;
- O uso de ferramentas desconhecidas ou mal conhecidas por grande quantidade de bibliotecas;
- A falta de um conhecimento mais amplo de critérios de formação de acervo, por parte dos responsáveis pelas bibliotecas;
- O não cumprimento de entrega de livros pelas editoras, em função de edições que se esgotaram e por dificuldade na negociação com os pontos de venda.

Conforme se viu em muitos itens deste relatório, a DLLLB tem uma atuação que pode e tem procurado dialogar com os demais setores da FBN. Tem feito interface não somente com o CIL, com o setor de eventos e promoções culturais, com o setor editorial da instituição, como tem ampla rede de parceiros do MINC ou externos, entre as quais estão a SCDC, a SEPPIR, a FUNARTE, a UNIRIO, a OEI, as Câmaras Brasileira e estaduais do Livro, o SNEL, a ABRELIBRE, o Instituto Pró-livro, um número muito grande de governos estaduais e municipais, para a realização de seus programas, como os de implantação, ampliação e modernização de bibliotecas, os agentes de leitura, as ações dos comitês do PROLER, instituições estrangeiras como UNESCO, Melinda & Bill Gates Foundation, CERLALC.

Vale informar, que os macroprocessos “Apoio ao Desenvolvimento da Economia do Livro e Fomento à realização de eventos na área do Livro, da Leitura e da Literatura” e “Promoção, formação e incentivo ao hábito e às práticas da leitura e da literatura” tiveram sua atuação comprometida, em decorrência da recente incorporação da DLLLB, transferida em junho de 2012 para o organograma da FBN, para atuação no Rio de Janeiro, enfrentando problemas recorrentes da FBN:

a) Instalações e equipamentos

Pouca qualidade de nossos espaços e dos equipamentos. A Casa da Leitura, situada em edificação de interesse histórico, já passou por algumas pequenas reformas, que não resolvem seus problemas estruturais e impedem o funcionamento adequado ou ideal da casa. Ainda não foi realizada uma reforma estrutural de maior porte, que dará oportunidade a uma mudança de qualidade de atendimento ao público. O telhado recém-reformado continua com volumosas goteiras a qualquer chuva na cidade. Os sistemas de ar condicionado e os computadores são absolutamente precários. Problemas parecidos são insistentemente relatados pela equipe do SNBP, instalados no Palácio Capanema, onde os sistemas elétrico, de refrigeração e hidráulico são precários.

b) Pessoal

Há poucos servidores, dos quais parte significativa está em vias de se aposentar. A isso acrescenta-se um ponto crucial para a DLLLB: a escassez de especialistas e técnicos no seu quadro, o que torna precária a discussão qualificada das linhas de atuação de cada setor, para uma participação efetiva na decisão de políticas para a leitura, no âmbito institucional e no mais amplo, o nacional.

c) Política de cotas de passagens e diárias do Governo

A maioria dos programas, projetos e ações da DLLLB cobrem e têm a obrigação de cobrir o território nacional. A política restritiva de passagens e diárias dificulta, quando não impossibilita o monitoramento e a avaliação de sua ação em campo. Mesmo procurando otimizar cada viagem de diretora, coordenadores e técnicos, na qual procuram ter uma atuação mais abrangente, a oferta de passagens não é suficiente para cobrir todas as necessidades.

Muitas outras ações da DLLLB ficaram inviabilizadas por essa política: a Economia do Livro viu-se obrigada a contar exclusivamente, nas comissões de jurados de seus vários editais (bolsa de criação, bolsa de circulação literária, Prêmio Literário Fundação Biblioteca Nacional), com especialistas do Rio de Janeiro, o que, obviamente não condiz com a tentativa de contemplar olhares mais regionais para todas as questões da leitura e da literatura.

d) Instalações Físicas

Problema muito grave e específico enfrentado pela DLLLB foi à impossibilidade de atuar no Edifício Capanema, como espaço definido ainda em junho de 2012 para a instalação da Diretoria. Não obstante a constante cobrança da FBN, que dependia de ações do MinC, esse problema ainda não se resolveu, e espera-se para março de 2013 a entrega do 15º andar do prédio, com a mudança das três coordenações-gerais e suas equipes. O que ocorreu foi o grande desgaste e maior comprometimento da atuação da DLLLB, agravado ainda mais pela ausência de uma adequada estrutura de cargos.

e) Convênios

A Migração para a FBN-DLLL B dos mais de trezentos processos relativos ao livro, leitura, literatura e bibliotecas antes geridos pela SAI ocorreu com grande demora na definição de competências e procedimentos a serem adotados na transição, o que criou um sem número de desencontros e duplicidade de informações e orientações, que dificultaram a atuação dos próprios convenientes. Ademais, a atual equipe da FBN precisaria de uma readequação para a gestão dos novos convênios, uma vez que só possui três funcionários.

1.4.3.2 Macroprocesso: “Registros de obras intelectuais e averbação de direitos patrimoniais”.

O Escritório de Direitos Autorais (EDA) executa a política pública de registro de Direitos Autorais, outorgada à FBN desde 1896 – sendo uma atividade finalística. Para isso, planeja e executa as atividades decorrentes da *função de registro*, observando as normas jurídicas e as recomendações para a boa gestão pública no que diz respeito ao registro e à preservação do conteúdo registrado.

Procedimentos executados no âmbito do registro autoral no ano de 2012:

Em 2012, foram processadas 47.562 solicitações de registros de obras intelectuais, dos quais 6.180 caíram em exigência de registro e 517 foram indeferidas e aguardam recursos para processos de obras indeferidas, o que resultou em 40.865 obras registradas. As ações oriundas dessas solicitações resultam em emissão de certificados de registros, correspondências, pareceres técnicos, atualização da base de dados, dentre outras. É importante salientar e registrar que no ano de 2012 o EDA/FBN alcançou os melhores números dentre todos os de seu funcionamento, mas não apenas no que tange ao registro de obras ou direitos patrimoniais. Em outras atividades e funções, os números resultantes também são os maiores e melhores já registrados na unidade de trabalho – fala-se em melhores porque a qualidade do processo de registro vem sendo tratada e melhorada, de modo que os registros sejam processados concomitantemente no âmbito dos fundamentos jurídicos, que pedem que os atos jurídicos sejam perfeitos vislumbrando a segurança jurídica, e no âmbito da gestão arquivística de documentos e informações, que recomenda que os processos preservem a originalidade, autenticidade e organicidade. Todas essas são qualidades necessárias à função registral.

Procedimentos no âmbito do atendimento ao público no ano de 2012:

Em 2012, foram 66.119 os usuários atendidos presencialmente – entre Sede (Rio de Janeiro) e Postos Avançados (unidades regionais) –, 16.856 atendimentos procedentes dos correios, 14.852 atendimentos procedentes do universo digital (internet) e 11.671 atendimentos por telefone realizados, perfazendo um total de 111.507 atendimentos relacionados ao serviço de registro autoral do EDA/FBN. Também nesse quesito – atendimento ao público - é importante salientar e registrar que no ano de 2012 o EDA/FBN atingiu melhores números, novamente referenciando que a qualidade dos serviços melhorou, de modo que o trabalho resulta em números com mais qualidade e satisfação do cidadão/usuário dos serviços EDA/FBN.

Receita EDA em 2012

Arrecadação (em R\$):

- 885.283,41(oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e oitenta e três reais e quarenta e um centavos) arrecadados/resultantes dos serviços relacionados ao registro autoral;
- 3.401,40 (três mil, quatrocentos e um reais e quarenta centavos) arrecadados/resultantes dos pedidos de reprodução de obras registradas.

Pontos Fortes

- A consolidação do EDA dentro da nova estrutura organizacional voltada à racionalização do processo de trabalho conseguiu cumprir o prazo pré-determinado de 90 dias, conforme a Norma EDA. Contudo, os pedidos de serviços de registro e correlatos são executados com prazo máximo de 15 dias, a contar da data de protocolo. Enfatiza-se que o êxito do processo de trabalho transcorre com precisão, mas a fragilidade tecnológica é evidente no Sistema de Registro que hoje é usado para realizar e registrar as atividades e informações em meio eletrônico/digital – trata-se de um sistema baseada em DOS, que opera em plataforma fixa e usa a linguagem Clipper (bastante desatualizada no universo da TI atual);
- A evolução do trabalho consolidou-se com a qualificação da equipe através da participação em reuniões setoriais promovidas internamente, mas é entendido ser necessária uma política institucional para a questão, que envolva todos os agentes públicos que atuam na instituição;
- Em 2012 houve uma grande conquista no EDA, que é a consolidação do espírito de equipe, que foi o grande responsável pelos números alcançados pela Unidade neste ano;
- Outro ponto positivo da unidade é sua capacidade de gerar e alimentar uma economia saudável para a FBN, agindo com responsabilidade e economicidade em todos os níveis, desde a tecnologia aos gastos institucionais que são realizados;
- Dadas às condições, ainda assim o EDA superou todos os números já alcançados pela unidade de trabalho, bateu todas as metas e superou as expectativas que se tinha para 2012 em termos de objetivos concretos em relação ao registro de obras e serviços correlatos;
- O nível de arrecadação e qualidade do registro melhorou muito.

Pontos Fracos

- Considera-se significativo o crescimento em quantidade de pedido de serviços de registros, o que justifica investimentos em recursos tecnológicos no sentido de superar dificuldades e limitações de infraestrutura, tais como: falta de computadores (com a substituição de computadores obsoletos); rede de internet com pouca capacidade; ausência de Sistema de gerenciamento de documento e de registro;
- Ressaltamos que os colaboradores (terceirizados) permanecem sem participar de ações de capacitação pela empresa contratada, a não ser aquelas ações produzidas internamente e dirigidas a todos, indistintamente. Tal fato dificulta o melhor desempenho nas funções executadas.

Ameaças para o desempenho

- A não aquisição de um novo sistema de gerenciamento e registro do Serviço de Registro de Obras Intelectuais em 2013 ameaça o atingimento da meta do EDA – em 2012 havia uma proposta de aquisição de um novo sistema de registro de obras intelectuais, com a destinação de recursos orçamentários no valor total de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais) que foram retornados à União em razão da não execução do processo de licitação, que não foi concluído com êxito e dentro do período apropriado;
- Problemas vigentes em infraestrutura podem dificultar ou impedir o contínuo do processo de trabalho – a fragilidade do sistema de registro e a infraestrutura tecnológica (computadores) obsoleta são ameaças constantes à execução da função de registro do EDA;
- Insuficiência de materiais (capas, carimbos, clipes) para a implementação do processo administrativo;
- Falta de recursos orçamentários (incluindo cota de passagens e diárias) para realizar a fiscalização dos Postos Avançados que atuam em regime de conveniados, encaminhando ao EDA/FBN Sede (RJ) as solicitações de pedidos de registro e/ou averbação, podendo, também, intermediar os seguintes serviços: Busca de Anterioridade, Certidão de Inteiro Teor; via avulsa de Certificado de Registro, Carta de Indeferimento e Carta de Dependência, Retificação de dados do Registro, Averbações de Contrato de Cessão de Direitos Patrimoniais, averbação de contratos de Edição e Licença; Reprodução (cópia reprográfica) de Obras depositadas para registro, Resposta de Dependência e Análise de Recurso de Indeferimento. A função de registro é centralizada e só pode ser realizada no Rio de Janeiro, na Sede, sendo necessário que a gerência regularmente visite os Postos conveniados para averiguar se os serviços e competências são realizados de acordo com o que está estabelecido no termo de convênio de cada instituição parceira;
- Falta de recursos financeiros (orçamentários) para a qualificação dos servidores do EDA – a especificidade da função registral pede uma formação muito própria aos servidores que atuam no EDA e não se tem conseguido qualificá-los adequadamente;
- Falta de recursos financeiros para manutenção contínua do Sistema Informático atual que pode causar danos irreversíveis à constituição do processo de registro de obra intelectual;
- O Sistema Informático atual está no limite da sua capacidade. A não concretização da aquisição do novo sistema de registro para o EDA causou grande frustração, uma vez que o Diagnóstico EDA (2010) aponta para o esgotamento do atual sistema. Continuar a usá-lo significa assumir riscos enormes com relação à segurança dos registros e das informações armazenados na base de dados EDA.

1.4.3.3 Macroprocesso: “Cadastro do PRONAC”

A FBN emite parecer sobre projetos culturais apresentados ao MinC no âmbito do Programa, que versam sobre temas relacionados ao Livro, Leitura e Literatura, inclusive obras de referência.

Movimentação de processo no âmbito do Pronac/FBN

Movimento	2012
Entrada de processos de mecenato	1.392
Entrada de processos de prestação de contas	45
Entrada de processos do FNC	02
Saída de processos com parecer (FBN)	1.439

Pontos Fortes:

- O PRONAC/FBN desenvolveu suas atividades durante o ano de 2012 normalmente a despeito das inúmeras dificuldades inerentes a esse tipo de trabalho, assim como a adaptação às novas normas de funcionamento da SEFIC/MinC.
- Atualmente estamos atualizando o software validado em 2011, com a finalidade de controlar a tramitação dos processos no PRONAC-FBN, que permite a possibilidade de controle à distância via web.
- A área de humanidades (atuação do PRONAC/FBN) conta com mais de 100 pareceristas distribuídos por todo território nacional, exigindo atualmente uma infraestrutura em constante aprimoramento, a fim de se proporcionar uma perfeita comunicação virtual do sistema como um todo.

1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO

Os Macroprocessos de Apoio administram os recursos da organização. Geralmente, produzem resultados imperceptíveis ao cliente externo, mas são essenciais para a gestão efetiva da instituição. Esses processos viabilizam o funcionamento coordenado dos vários subsistemas da organização em busca do melhor desempenho, garantindo o suporte adequado aos processos finalísticos. Estão diretamente relacionados à gestão dos recursos necessários ao desenvolvimento de todos os processos da instituição. Os seus produtos e serviços tem como clientes, principalmente, elementos pertinentes ao próprio sistema (ambiente) da organização. A FBN executa os seguintes

Descrição dos Macroprocesso de apoio da FBN no exercício de 2012:

1.5.1. Macroprocesso Gestão de Pessoas:

A Divisão de Recursos Humanos compete planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas à administração de pessoal e de desenvolvimento de recursos humano da Fundação Biblioteca Nacional, seguindo diretrizes emanadas da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

As principais atividades desempenhadas, em 2012, foram:

- Preparar a folha de pagamento;
- Cadastrar e manter atualizados os registros funcionais e de frequência dos servidores ativos;
- Executar as atividades operacionais previstas no Sistema Integrado de Administração de recursos Humanos (SIAPE) e de Pessoal;
- Acompanhar a aplicação das normas e da legislação de recursos humanos;
- Acompanhar, orientar e controlar o fornecimento de informações e subsídios para a defesa da união nas ações judiciais em que a FBN seja parte;
- Coordenar e avaliar as atividades relativas à concessão e revisão de aposentadoria e pensão e analisar, instruir e propor a concessão ou revisão de aposentadoria e pensão;
- Executar as atividades relacionadas com a saúde dos servidores ativos, aposentados e pensionistas da FBN e aos seus dependentes.
- Planejar, coordenar, elaborar e avaliar programas de capacitação para os servidores da FBN e identificar, executar, avaliar e acompanhar os procedimentos e as ações de capacitação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de recursos humanos.

Em 2012, as ações de capacitação aconteceram com algum atraso decorrente de problemas administrativos, mas, ainda assim, o Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos promoveu cursos gerenciais, de especializações, congressos, simpósios nacionais e internacionais para os gestores e técnicos da FBN, totalizando 59 servidores beneficiados. Para 2013, será necessária a revisão das diretrizes do Plano que poderá ser construído com a participação decisiva de todas as áreas da FBN, visando atingir novos patamares de valorização dos servidores e, conseqüentemente, de eficácia de serviço público de qualidade.

Pontos Fortes

- Mapeamento das competências das unidades administrativas da Divisão de Recursos Humanos;
- Comprometimento da equipe que possui larga experiência na área de atuação de RH.

Pontos Fracos

- Força de trabalho inadequada;
- Equipe com média de idade acima de 50 anos;
- Espaço físico e mobiliário inadequado;
- Estrutura organizacional inadequada;
- Ausência de sistemas de gerenciamento de dados de servidores e de acompanhamento de processos;
- Ausência de Regimento Interno.

1.5.2. Macroprocesso Gestão de Logística, Aquisição e Bens e Serviços: Gerir recursos materiais e serviços necessários ao funcionamento da FBN.

a. Divisão de Compras, Patrimônio e Almoxarifado

Desempenhou, em 2012, as seguintes atividades:

- Definição do perfil dos fornecedores;
- Realização de pesquisa de preços, incluindo a montagem do mapa comparativo de preços;
- Atualização do cadastro de bens patrimoniais;

- Cadastramento e atualização de fornecedores no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF);
- Controle do estoque no almoxarifado.

Pontos Fortes

➤ Grande comprometimento da força de trabalho existente no momento, sendo em sua maioria terceirizados.

Pontos Fracos

➤ Escassez de servidores no quadro funcional da FBN;

Fatores Críticos

➤ Estrutura organizacional deficiente para as atividades/ações da FBN.

b. O Núcleo de Contratos e Licitações

O Núcleo de Contratos e Licitações possui duas funções precípua: 1ª) realizar licitações visando aquisição de bens de consumo e permanentes, assim como, a contratação de serviços comuns e continuados; 2ª) Gerenciamento e acompanhamento de todos os contratos vigentes, sendo que, atualmente, há 40 contratos celebrados com a FBN.

Além das funções, descritas acima, este setor desenvolve outras atividades, tais como: Publicação no Diário Oficial e em jornais de grande circulação de convênios, termos de parcerias, contratos e termos aditivos, bolsas e editais; reequilíbrio econômico e financeiro de contratos continuados; confecção dos boletins administrativos; fiscalização de contratos administrativos; conferência das notas fiscais.

Pontos Fortes

➤ Bom atendimento ao público interno e externo e espírito de equipe no desempenho das atividades diárias.

➤ As Licitações e os Contratos celebrados são realizados em conformidade com a Lei Nº 8.666/93 (Licitações e Contratos);

➤ As publicações dos documentos citados acima e do Boletim Administrativo, dentro do possível, são realizadas de imediato após a solicitação;

➤ O arquivamento dos processos e dos documentos é realizado visando facilitar e agilizar a pesquisa e a conservação dos mesmos.

Pontos Fracos

➤ Número reduzido de pregoeiros, o que acarreta a morosidade do processo de Licitação;

➤ Fragilidade do processo de comunicação interna;

➤ Alta rotatividade de terceirizados qualificados, em decorrência da remuneração na FBN ser mais baixa do que em outros órgãos, incluindo órgãos do Sistema MinC, e inferior ao praticado no

mercado formal. Observa-se que a licitação para contratação de apoio administrativo foi realizada em 2009 e está em processo de revisão o qual será concluído em 2013.

Fatores Críticos

- Quadro reduzido de pessoal qualificado.

1.5.3. Macroprocesso de Execução Orçamentária e Financeira: Realizar a gestão orçamentária e financeira de forma alinhada ao planejamento estratégico da FBN, em conformidade com a LOA e o Plano Plurianual do Governo Federal.

A Coordenação de Planejamento (COPLAN) e a Divisão de Contabilidade e Finanças (DCF) desempenharam, em 2012, as seguintes atividades:

Execução Orçamentária

- Controlar e acompanhar a disponibilidade orçamentária e financeira da Instituição;
- Programação e execução orçamentária incluindo ajustes e solicitação de créditos adicionais;
- Analisar os processos e classificá-los quanto à programação orçamentária;
- Controlar e acompanhar as atividades desenvolvidas nos programas e ações de responsabilidade da FBN, dando suporte as Unidades, permitindo que as mesmas executem os orçamentos programados no exercício.

Execução Financeira:

- Análise de processos;
- Emissão de nota de empenho;
- Emissão de ordens bancárias e guias de recolhimento;
- Execução e pagamento dos contratos de Câmbio;
- Acompanhamento e controle das despesas fixas;
- Controle e pagamento das despesas de diárias;
- Execução financeira da folha de pagamento de pessoal;
- Pagamento dos Autônomos;
- Arquivamento e controle de processos de pagamento.

Contabilidade:

- Análise contábil de processos;
- Classificação de despesas;
- Análise dos balanços e balancetes financeiros;
- Encaminhamento mensal de Informações à Previdência Social (GFIP);
- Controle de ressarcimento de servidores cedidos a outros órgãos;
- Controle da arrecadação da receita própria;
- Controle e acompanhamento dos mapas de almoxarifado e patrimônio.
- Apropriação contábil da folha de pessoal no sistema;
- Acompanhamento do Rool de responsáveis;
- Controle e encaminhamento da DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte) à Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- Acompanhamento das despesas de Restos a Pagar;
- Regularização das Contas Contábeis;

- Registro de Contratos;
- Registro de depósito em garantia (caução, fiança).

1.5.3. Macroprocesso Gestão do Patrimônio Físico da FBN

Engloba as ações voltadas à gestão do patrimônio físico da Instituição e suas condições de utilização por funcionários e público. Essas ações se constituem em planejamento das ações de manutenção e realização de obras de engenharia e reformas do patrimônio predial da FBN, que engloba o prédio-sede, o novo prédio da região portuária, algumas instalações do Palácio Capanema, o prédio que abriga a Biblioteca Demonstrativa de Brasília – Maria da Conceição Moreira Salles e as instalações do prédio situado na Rua Debret.

Pontos Fortes

- Elaboração de diagnóstico inicial para modernização da infraestrutura e conservação do prédio-sede e do novo prédio da FBN;
- Condução, durante todo o segundo semestre de 2012, do processo de contratação de instituição especializada com o objetivo, dentre outros, de potencializar os projetos de reforma de seu patrimônio predial;
- Contratação de consultora *ad hoc* para identificar todas as edificações e mapear os espaços da FBN; levantar a situação física dos espaços; analisar a situação dos equipamentos; avaliar o estado da infraestrutura da FBN e propor sugestões para sua melhoria. Contratação efetuada no âmbito do PRODOC / UNESCO - PROCESSO SELETIVO / PROJETO 914BRZ4013 - PERFIL PNLL 03.

Pontos Fracos

- Recursos humanos insuficientes para a realização das atividades técnicas e desenvolvimento dos projetos de arquitetura e engenharia, incluindo a falta de vaga para engenheiro.

Fatores Críticos

- Dificuldades para a instrução processual adequada às normas da AGU para a licitação e a execução orçamentário-financeira.

1.5.5. Macroprocesso: Apoio Administrativo nas Transferências de Recursos através da Modalidade de Convênios

O ano de 2012 foi um ano de muitas mudanças na administração dos recursos financeiros da UJ mediante novo foco, a partir do final de 2011, que implicou em acréscimo expressivo no quantitativo de convênios firmados através dos Editais de Chamamento Público nas diferentes áreas finalísticas.

A UJ atingiu o percentual de 75,56% de recursos repassados até o final do exercício de 2012, referente aos convênios firmados no período.

A gestão das transferências financeiras, mediante a modalidade de convênios, realizadas por esta UJ, no exercício de referência, efetivou-se calcada nas diretrizes do pertinente normativo régio que disciplina a matéria – Portaria Interministerial (MP/MF/CGU) nº 507, de 24/11/2011, materializada através do acompanhamento pelo Partícipe Concedente dos ajustes relativo às fases de Execução e Prestação de Contas pelos Convenientes, com a precípua finalidade de certificação do integral cumprimento dos objetos das avenças.

Pontos Fracos

- Dificuldades no processo de gestão face alto grau de criticidade por que passa o grupo de trabalho hoje responsável por essa ação, com apenas 03 servidores, para o acompanhamento/gerenciamento de um total de 87 convênios;
- Reflexos negativos como o tardio/intempestivo atendimento de determinadas demandas em virtude da explícita sobrecarga de trabalho existente na área;
- A gestão a médio e longo prazo apresentará dificuldades para a consolidação e atingimento das finalidades a que os instrumentos se propõem;
- As estruturas de controle para o gerenciamento da ação, no que concerne à capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho, são consideradas insuficientes face o número reduzido de servidores e as dificuldades orçamentárias com diárias e passagens;
- Ausência na equipe de técnicos com qualificação específica (contador e engenheiro, apenas um arquiteto) para o acompanhamento dos convênios;
- Dificuldades tecnológicas no ambiente de trabalho.

Pontos Fortes

- A gestão das transferências financeiras ocorridas em 2012 se deu com eficiência, do ponto de vista do atingimento das finalidades a que os instrumentos convencionais se propuseram, tendo os respectivos convênios sido firmados nos prazos estabelecidos.
- Apesar das dificuldades de infraestrutura logística, de deficiência no número de recursos humanos e de gestão enfrentadas pelo Grupo de Trabalho, responsável pelas ações de convênios, a UJ não possui transferências financeiras em situação de inadimplência.

Fatores Críticos X Oportunidades para a Área responsável pela Ação de Convênios

Visando o alcance da eficácia para a ação, faz-se necessário a adoção de medidas urgentes como a disponibilidade de um maior quantitativo de recursos humanos, focado em algumas especificidades, como por exemplo, engenheiros e/ou arquitetos para o acompanhamento in loco, dos convênios que tem por objeto obras de engenharia, visando verificar se a execução vem atendendo ao proposto nos Planos de Trabalho, contador ou técnico em contabilidade para efetivação de adequadas e tempestivas avaliações das Prestações de Contas, e ainda servidores que possam atuar no acompanhamento da gestão administrativa, via sistema SICONV, dos convênios em execução.

A efetividade desse processo que traz como marco uma mudança da gestão das políticas públicas a cargo da UJ/FBN, com foco na execução mediante Editais Públicos e com transferências

financeiras, mediante Convênio, só poderá ser adequadamente avaliada como instrumento efetivo de gestão, se corrigidas e sanadas as deficiências de estrutura organizacional, logística, de recursos humanos e materiais.

1.5.6. Macroprocesso Gestão da Tecnologia de Informação e Comunicação

O ano de 2012, foi um ano de muitas mudanças na área de Tecnologia da Informação da Fundação Biblioteca Nacional, quando as parcerias com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) possibilitaram, finalmente, a instalação do Data Center (Centro de Processamento de Dados) da Instituição, dotando-a de uma estrutura de TIC mais robusta e adequada.

O novo parque tecnológico permitiu, inclusive, a implementação de novas medidas de segurança e prestação de serviços. Para tal, foi fundamental a atuação do Comitê Gestor de TI – FBN que, dentre outros, fez a revisão do Plano Diretor de Tecnologia (PDTI) alinhando novas diretrizes e áreas de negócios ao setor.

Os processos de contratação de serviços de TI também evoluíram, adaptando-se à Instrução Normativa 04/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o que permitiu melhor seleção do fornecedor e melhor gestão contratual, por meio de indicadores de desempenho e mensuração por níveis de serviços.

Dentre os serviços melhorados ou inovados podemos destacar:

- Interligação por meio de VPN (*Virtual Private Network* ou Rede Privada Virtual) do prédio-sede com as outras unidades administrativas;
- Monitoração e operação do ambiente de infraestrutura com instalação de proteções às estações e servidores;
- Políticas de *backup*, armazenamento de dados e virtualização de ambientes;
- Melhoria do processo de atendimento a usuários;
- Serviço de *outsourcing* de Impressão atendendo a mais de 80% dos setores da Instituição, possibilitando o máximo aproveitamento de insumos, redução de custos, alta disponibilidade dos equipamentos e consequentemente aumento da produtividade e da qualidade das áreas atendidas. Esperamos, em 2013, ampliar o serviço para outros setores.

Pontos Fortes

- Gestores qualificados no entendimento do negócio e bom nível técnico da equipe disponível;
- Comprometimento individual e coletivo com o negócio da instituição;
- Conhecimento dos processos relacionados à atividade fim da FBN;
- Credibilidade da TI junto às áreas finalísticas.

Pontos Fracos

- A área não está contemplada na estrutura regimental vigente;
- Inexistência de um plano de carreira;

- Quantidade insuficiente de profissionais de TI para atender às demandas institucionais;
- Espaço físico limitado;
- Processos e metodologias de trabalho não formalizados;
- Desatualização tecnológica: apesar dos avanços conquistados em 2012, a área ainda está em processo de evolução e melhorias contínuas;

- Falta de maturidade da instituição para aplicação de processos de Governança de TI;

- Ausência de Plano de Continuidade de Negócio;

- Fragilidade da política de segurança da informação: apesar dos avanços conquistados em 2012, a área ainda está em processo de evolução e melhorias contínuas que demandam tempo e recursos;

Obs: O Plano Diretor de Tecnologia (PDTI) 2013/2015 possui ações planejadas para que os pontos fracos apontados possam ser sanados no futuro.

Oportunidades

- Melhoria do planejamento com a elaboração do PDTI;
- Maior comprometimento da alta gestão com a TI;
- Novos serviços estratégicos (Voip, *WiFi*, web conferência);
- Automação de processos e serviços utilizando a TI;
- Sistema integrado para agilizar a tomada de decisão;
- Possibilidades de parcerias e acordos de cooperação com universidades e organismos internacionais;
- Disponibilidade de padrões e melhores práticas de mercado em Governança de TI;
- Recomendações de aprimoramento da TI por parte dos órgãos de controle.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

PARCEIRO	ATIVIDADE
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos	Financiamento do Projeto Resgate da Memória Hemerográfica Brasileira
Convênio com o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Convênio firmado, inicialmente, em 1996 visando a cooperação técnica entre o CONARQ e a UERJ, mediante a concessão de 50 bolsas de estágio, por ano, a alunos de História daquela Universidade, para o desenvolvimento de tratamento de fundos documentais de instituições públicas e privadas sediadas no Rio de Janeiro, integrantes do Programa de Trabalho aprovado pela Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental - COLUSO.
Ministério das Relações Exteriores, Universidade Federal Fluminense, Instituto Goethe e a Câmara Brasileira do Livro	Internacionalização da Literatura Brasileira

Instituto Embratel e Câmara Brasileira do Livro	Difusão Cultural
Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)	Instalação do Data Center (Centro de Processamento de Dados) da FBN
Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)	Obras de Engenharia do novo prédio
Câmaras do Livro (Brasileira e Estaduais) e SNEL	Apoio de divulgação e espaço cedido para realização de eventos como a realização do Seminário do PNLL e da DLLL, em Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Fortaleza, durante as Bienais do Livro.
FUNARTE	Bolsas de Criação e Circulação
CONSED e UNDIME	Divulgação dos eventos do PNLL e apoio na construção, organização e avaliação de projetos do prêmio Vivaleitura.
Fundação Santillana e OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos)	Apoio de divulgação, de manutenção do site do Vivaleitura, impressão de catálogo e certificado do prêmio e participação na organização do prêmio.
Cátedra Unesco de Leitura da PUC-Rio e Secretarias de Educação e Cultura de Estado e de Municípios	Projeto formadores de leitura, responsável pela formação de agentes de leitura
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	Apoio na divulgação dos editais do Programa de Tradução; apoio na participação da FBN nas feiras literárias internacionais e na Revista de Tradução Machado de Assis Magazine
Universidade Federal Fluminense (UFF)	– Apoio nas ações do Programa de Tradução, especialmente no Edital de Residência de Tradutores e nas Reuniões da comissão Julgadora do Programa de Tradução
Instituto Goethe	Apoio nas ações do Programa de Tradução e na participação do Brasil em Frankfurt
Câmara Brasileira do Livro	Convênio com a FBN para a realização das feiras literárias de Bogotá 2012; de Frankfurt 2012 e de Guadalajara 2012 (vigência até fevereiro de 2013). Em 2013 também temos um Convênio com a CBL para a realização da Feira de Frankfurt 2013 (vigência até dez/2013)
Casa Guilherme de Almeida (SP)	Apoio nas ações do Programa de Tradução, especialmente no Edital de Residência de Tradutores
Universidade Federal de Santa Catarina -	Apoio nas ações do Programa de Tradução, especialmente no Edital de Residência de Tradutores
Itaú Cultural	Revista de Tradução Machado de Assis Magazine
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	Revista de Tradução Machado de Assis Magazine

2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Planejamento Estratégico da Unidade Jurisdicionada

a) Período de abrangência do plano estratégico (se houver);

Em 2012, não foi realizado planejamento estratégico pela Fundação Biblioteca Nacional, no entanto, a Fundação organizou sua atuação em consonância com os objetivos estratégicos estabelecidos pelo PPA 2012-2015, assim como pelas metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Cultura (PNC), sancionado pela Lei nº 12.343, permitindo a avaliação pelo Governo Federal dos compromissos assumidos por essa Instituição.

b) Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas;

Em conformidade com as competências institucionais descritas no item “1.2 FINALIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE” deste Relatório, o Decreto Nº 7.748 de 6 de Junho de 2012, aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Biblioteca Nacional. Sendo assim, seus objetivos estratégicos estão espelhados em seu Estatuto, conforme descrito a seguir:

(...)

**“ESTATUTO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL
CAPÍTULO I
DA NATUREZA, SEDE E FINALIDADE**

Art. 1º A Fundação Biblioteca Nacional - FBN, fundação pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída por meio de autorização contida na Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990, tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º A Fundação Biblioteca Nacional, órgão responsável pela execução da política governamental de recolhimento, guarda e preservação da produção intelectual do País, tem por finalidades:

I - adquirir, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional;

II - promover a difusão do livro, incentivando a criação literária nacional, no País e no exterior, em colaboração com as instituições com esta finalidade;

III - atuar como centro referencial de informações bibliográficas;

IV - registrar obras intelectuais e averbar a cessão dos direitos patrimoniais do autor;

V - assegurar o cumprimento da legislação relativa ao Depósito Legal;

VI - coordenar, orientar e apoiar o Programa Nacional de Incentivo à Leitura de que trata o Decreto no 519, de 13 de maio de 1992;

VII - coordenar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas de que trata o Decreto no 520, de 13 de maio de 1992;

VIII - elaborar e divulgar a bibliografia nacional;

IX - subsidiar a formulação de políticas e diretrizes voltadas para a produção e o amplo acesso ao livro; e
X - implementar o Plano Nacional de Livro e Leitura, em articulação com o Ministério da Cultura, promovendo a efetivação da democratização do acesso ao livro, a formação leitora, a valorização da leitura e da literatura brasileira e o fomento das cadeias criativa e produtiva do livro. (...)

Entretanto, a FBN não possui, ainda, Regimento Interno que regule claramente o funcionamento de suas unidades. Durante o segundo semestre de 2012, tivemos o processo de contratação de instituição com *expertise* adequada para, dentre outros objetos, o de elaboração de nova estrutura organizacional da FBN, novo organograma, com as atribuições das áreas o que será o ponto de partida para a elaboração do regimento. O processo resultou na seleção da Fundação Getúlio Vargas, ficando sua concretização para ser realizada no início de 2013.

Em compensação, a Decisão Executiva nº 130, de quatro de setembro de 2012 foi publicada com o intuito de regularizar as funções de chefias dos acervos especializados, designando os servidores a assumirem as responsabilidades de gestão inerente às suas áreas de atuação no Centro de Referência e Difusão (CRD), sem ônus para a FBN.

c) Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, identificando os Programas Temáticos, os Objetivos, as Iniciativas e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Plano Plurianual vigente em que estejam inseridas ações de responsabilidade da unidade;

Conforme mencionado anteriormente, não foi realizado o planejamento estratégico das unidades. No entanto, a Fundação Biblioteca Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, em consonância com o “*Programa Temático 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso*” desse Ministério, “órgão 42000”, respondeu em 2012 pelos compromissos assumidos, ou metas alcançadas nos seguintes Objetivos e Iniciativas estabelecidas no PPA 2012-2015 do Ministério da Cultura:

PPA 2012-2015

Programa Temático 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso do Ministério da Cultura, órgão 42000:

Objetivo: 0781 - Promover a economia criativa contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável.

- Iniciativa: 04DU - Promoção, valorização, fortalecimento e fomento às culturas populares circenses e de tradição oral.
- Iniciativa: 0346 - Registro de obras intelectuais.

Objetivo: 0782 - Promover o acesso ao livro e à leitura e a formação de mediadores, no âmbito da implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura e do fomento à criação de planos correlatos nos estados e municípios.

- Iniciativa: 034A - Incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário.

- Iniciativa: 034C - Instalação e modernização de bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura e fortalecimento de Sistemas e Redes de Bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura.
- Iniciativa: 034D - Levantamento, organização e disponibilização de pesquisas socioeconômicas e informações sobre livro, leitura, literatura e bibliotecas.
- Iniciativa: 034F - Promoção, formação e incentivo ao hábito e às práticas da leitura e da literatura. Fomento à realização de eventos na área do Livro, da Leitura e da Literatura.

Objetivo: 0783 - Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

- Iniciativa: 034M - Ampliação do acervo da Biblioteca Nacional Digital.
- Iniciativa: 034O - Captação, identificação e preservação de acervos, documentos e arquivos.
- Iniciativa: 034Q - Instalação e funcionamento da Hemeroteca Nacional.
- Iniciativa: 034R - Promoção do acesso e difusão aos acervos bibliográficos e Arquivísticos.
- Iniciativa: 035H - Promoção do acesso, ampliação, modernização, implantação e indução da gestão e do uso dos Equipamentos e Espaços Mais Cultura e de outros equipamentos e espaços com acesso público para a prática cultural.

d) Se a unidade jurisdicionada estiver inserida no contexto de planejamento estratégico maior (de um órgão ou ministério, por exemplo), demonstração dos objetivos estratégicos, dos processos e dos produtos desse planejamento estratégico aos quais se vincula;

O Ministério da Cultura também não realizou o planejamento estratégico global de todo o Sistema MinC, incluindo aqui suas vinculadas, que é o caso da Fundação Biblioteca Nacional. Conforme descrito anteriormente no item “c” deste Relatório, a FBN responde às metas estabelecidas pelos Objetivos Estratégicos e Iniciativas do PPA 2012-2015 deste Ministério.

e) Principais objetivos estratégicos traçados para a unidade para o exercício de referência do relatório de gestão.

Não houve Planejamento Estratégico, sendo assim não foram traçados os objetivos estratégicos, que não sejam aqueles estipulados pelo PPA 2012-2015 e descritos no item “c” acima.

f) Principais ações planejadas para que a unidade pudesse atingir, no exercício de referência, os objetivos estratégicos estabelecidos.

Conforme mencionado anteriormente, não foi realizado o planejamento estratégico das unidades, sendo assim, não foram planejadas as ações estratégicas da FBN, que não sejam aquelas estipuladas pelo PPA 2012-2015.

2.2 Informações sobre as estratégias adotadas pela unidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício de referência do relatório de gestão, especialmente sobre:

Foram realizadas pela Presidência da FBN reuniões periódicas e constantes com todos os dirigentes das unidades da FBN, visando o acompanhamento dos projetos e serviços previstos para o exercício de 2012. Durante as reuniões eram decididas as prioridades de execução das ações, as melhores estratégias e ações para o atingimento dos objetivos de cada unidade da FBN, assim como, era analisada e planejada a execução do orçamento em curso.

- a) Avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas;

Podemos resumir em três frentes os riscos que prejudicaram o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de 2012, sendo os três igualmente importantes:

1º) Força de Trabalho:

Insuficiente, sem capacitação e sem quadro de cargos adequado.

Mediante o quadro demonstrativo da força de trabalho da Fundação Biblioteca Nacional, que se segue, podemos constatar a necessidade de realização de concurso público. O número de vagas autorizadas no último concurso, realizado em 2006, não foi suficiente para a demanda demonstrada e ressalta-se que a previsão de aposentadorias até o ano de 2016 representa aproximadamente 50% da força de trabalho dos cargos efetivos da Fundação.

Com a expansão de suas atividades a Fundação foi levada a se utilizar do mecanismo de terceirização de serviços apenas para as áreas administrativas, sendo que, mesmo para essas áreas, não se chegou a preencher todas as necessidades da Biblioteca. A carência de pessoal nas áreas finalísticas foi bastante crítica, já que a Lei não permite a terceirização desses quadros.

Para além do aspecto quantitativo, a atual estrutura do plano de carreira do Ministério da Cultura e de suas vinculadas como um todo é fraca e com baixa remuneração.

SOLICITAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - 2013 ÓRGÃO: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL - (24205)

Cargo	Quantitativo de Cargos
Analista de Administração I	10
Analista de Economia e Finanças I	5
Analista de Recursos Humanos I	6
Analista de Sistemas I	10
Bibliotecário	101
Restaurador I	10
Técnico em Documentação I	37
Técnico em Pesquisa I	46
Técnico em Promoção e Div. Cultural I	24
Assistente Administrativo I	22
Assistente de Secretaria I	18
Auxiliar em Documentação I	84
Auxiliar em Conservação e Restauração I	19
Programador I	15
TOTAL	407

PREVISÃO DE APOSENTADORIAS - PERÍODO - 2013 a 2017

Cargo Nível Superior	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Analista III (442173)	-	1	-	-	-	1
Analista de Administração II (442007)	1	-	1	-	-	2
Analista de Material e Patrimônio III (442245)	-	-	-	-	-	0
Analista de Material e Patrimônio IV (442008)	-	-	-	-	-	0
Analista de Administração III (442165)	1	-	-	-	1	2
Analista de Administração IV (442166)	-	-	1	-	-	1
Analista Consultor-Administração (442004)	-	-	-	-	-	0
Analista de Organiz.e Métodos III (442009)	-	-	-	-	-	0
Analista De Recursos Humanos I (442244)	-	-	-	-	-	0
Analista de Recursos Humanos II (442012)	-	-	-	-	1	1
Analista Consultor - Sistemas (442006)	1	-	-	-	-	1
Analista de Sistemas (442013)	-	-	-	-	1	1
Analista de Sistemas III (442167)	-	-	-	-	-	0
Analista de Sistemas IV (442168)	-	-	-	-	1	1
Analista Consultor - Econ e Finan (442005)	1	-	-	-	-	1
Analista de Economia e Finanças I (442014)	-	-	-	1	-	1
Analista de Economia e Finanças II (442243)	1	-	-	-	-	1
Analista de Economia e Finanças III (442169)	-	-	-	-	-	0
Assistente em Documentação I (442021)	6	-	-	-	-	6
Assistente em Documentação II (442176)	-	-	-	2	-	2
Assistente em Documentação III (442177)	-	-	-	-	-	0
Assistente em Pesquisa I (442022)	-	-	-	-	-	0
Assistente Social (442024)	-	-	-	-	1	1
Assistenet Téc Administrativo I (442025)	3	-	-	1	-	4
Assistente Téc Administrativo II (442180)	3	-	-	-	-	3
Assistente Téc Administrativo III (442181)	2	1	1	1	-	5
Assistente Téc. Prom e Div Cultural I (442026)	-	-	-	-	-	0
Bibliotecário (442027)	1	1	-	-	4	6
Bibliotecário-Documentalista (442028)	-	-	-	-	-	0
Pesquisador Cinematográfico (442048)	-	-	-	-	-	0
Programador Visual (442053)	-	-	1	-	-	1
Profissional Técnico Superior IV (442191)	-	-	-	-	-	0
Restaurador (442055)	-	-	-	1	-	1
Restaurador I (442192)	-	-	-	1	-	1
Técnico II (442205)	-	-	-	1	-	1
Técnico III (442206)	1	-	-	-	-	1
Técnico Consultor-Documentação (442062)	-	-	-	-	-	0
Técnico Consultor-Pesquisa (442063)	-	-	-	-	-	0
Técnic Consultor-Prom Div Cultural	-	-	-	-	-	0

(442064)						
Técnico em Assuntos Educacionais (442069)	-	-	-	-	-	0
Técnico em Comunicação (442059)	1	-	-	-	-	1
Téc em Conserv e Restauração II (442070)	-	-	-	1	-	1
Téc em Conserv e Restauração III (442196)	2	-	-	-	1	3
Técnico em Documentação (480248) *	-	-	-	1	-	1
Técnico em Documentação I (442071)	1	-	-	1	-	2
Técnico em Documentação II (442197)	17	-	1	9	13	40
Técnico em Documentação III (442198)	15	-	-	3	2	20
Técnico em Documentação IV (442199)	1	-	-	-	-	1
Técnico Nível Superior (442078)	-	-	-	-	1	1
Técnico em Pesquisa I (442072)	-	-	-	-	-	0
Técnico em Pesquisa II (442200)	-	-	-	2	-	2
Técnico em Pesquisa III (442201)	-	-	-	2	-	2
Técnico em Pesquisa IV (442202)	1	1	-	-	-	2
Técnico em Preserv Arquitetônica II (442073)	-	-	1	-	-	1
Técnico em Programação Visual II (442248)	-	-	-	-	1	1
Técnico em Programação Visual III (442074)	-	-	-	-	1	1
Técnico em Promoção e Div Cult II (442075)	-	-	-	-	1	1
Técnico em Promoção e Div Cult III (442203)	1	-	-	1	-	2
Técnico em Promoção e Div Cult IV (442204)	1	-	-	-	-	1
SUB-TOTAL NS	61	4	6	28	29	128

Cargo Nível Médio	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Ajudante de Manutenção (442149)	-	-	-	-	-	0
Auxiliar Administrativo (442151)	-	-	-	-	-	0
Auxiliar de Serviços Gerais (442152)	-	-	-	-	2	2
Agente Administrativo (442080)	-	-	-	8	-	8
Auxiliar Administrativo (442106)	-	-	1	-	-	1
Agente de Serviços Gerais (442086)	-	-	-	-	-	0
Artífice de Manutenção (442093)	-	-	-	-	1	1
Assistente Administrativo (442095)	-	-	-	-	-	0
Assistente Administrativo I (442211)	2	-	-	1	2	5
Assistente Administrativo II (442212)	2	-	-	-	-	2
Assistente Administrativo III (442213)	7	-	-	-	4	11
Assistente de Secretaria I (442099)	-	-	-	-	-	0
Assistente de Secretaria II (442216)	1	-	-	-	-	1
Assistente de Secretaria III (442217)	2	-	-	-	1	3
Assistente Técnico Administrativo (442102)	1	-	-	-	-	1
Auxiliar de Administração (442222)	-	-	-	-	-	0

Auxiliar em Assuntos Educacionais (442111)	-	-	-	-	-	0
Auxiliar em Conserv e Restauração III (442112)	-	-	-	-	1	1
Auxiliar em Documentação II (442113)	2	1	-	-	2	5
Auxiliarem Documentação III (442223)	-	-	-	1	1	2
Auxiliar em Programação Visual I (442115)	-	-	-	-	-	0
Auxiliar em Programação Visual III (442224)	1	-	-	-	-	1
Assistente Administrativo III (481403) *	-	-	-	-	-	0
Digitador (442121)	-	-	-	-	-	0
Encarregado de Manutenção (442122)	1	-	-	-	-	1
Motorista (442127)	-	-	-	-	-	0
Operador de Computador II (442234)	-	-	-	-	1	1
Programador (481309) *	-	-	-	-	-	0
Programador (442135)	1	-	-	-	-	1
Programador I (442236)	-	-	-	-	-	0
Programador II (442237)	-	-	-	-	1	1
Programador III (442238)	-	-	-	-	-	0
Secretaria I (442136)	-	-	-	-	-	0
Telefonista (442146)	-	2	-	-	1	3
Técnico em Mark e Propaganda (442142)	-	-	-	1	-	1
Téc em Pesq e Desenvolvimento II (442145)	-	-	-	-	-	0
Técnico Nível Médio (442143)	3	-	-	-	2	5
SUB-TOTAL NA e NM	23	3	1	11	19	57
TOTAL GERAL	84	7	7	39	48	185

Em maio de 2012, foi enviado ao Ministério da Cultura proposta de novo Estatuto para a Fundação Biblioteca Nacional. A proposta foi elaborada a partir de entrevistas realizadas entre a Diretoria Executiva da FBN e todos os seus dirigentes. A FBN não teve, ainda, retorno do MinC sobre o andamento da proposta junto ao MPOG.

Em 21 de maio de 2012, através do Ofício nº 070/2012/PRESI-FBN, foi encaminhado ao MinC as demandas da FBN referente a concurso público, contendo justificativa; identificação sucinta dos macroprocessos; resultados esperados, e quadro com quantitativo e cargos da demanda para realização de concurso público da FBN em 2013, com o total de 407 vagas solicitadas.

Em 22 de maio de 2012, através do Ofício nº 074/2012/PRESI-FBN, foi encaminhado ao Secretário Executivo do MinC o histórico de solicitações e encaminhamentos da FBN, conforme descrito a seguir:

CONCURSO PÚBLICO

Histórico dos encaminhamentos de informações ao MinC de acordo com o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009:

- Exercício 2010 - solicitação de concurso para provimento de 575 cargos no exercício de 2011;

- Exercício 2011 - solicitação de concurso para provimento de 573 cargos no exercício de 2012;
- Exercício 2012 - solicitação de concurso para provimento de 407 cargos no exercício de 2013 (Encaminhado em 21 de maio de 2012).

GSISTE

- Foram distribuídas para FBN 9 (nove) GSISTES – 7 (sete) de NS, 1 (uma) de NI e 1 (uma) NA;
- Solicitado em Abril/2012 através do Ofício 050/12 mais 20 (vinte) GSISTES – 14 (catorze) de NS e 6 (seis) de NI.

Além do histórico acima foi informado ao MinC que, no período de 2007 a 2011, houve redução no quadro de pessoal de 81 (oitenta e um) servidores, desses 42 (quarenta e dois) se aposentaram e existe a expectativa de 185 aposentadorias nos próximos 5 (cinco) anos. De acordo com estudo realizado pelas unidades administrativas, o quadro ideal, naquela data, seria de aproximadamente 600 (seiscentos) servidores.

Em quatro de setembro de 2012, o Presidente da FBN através da Decisão Executiva nº 130, publicada no DOU em 11 de dezembro de 2012, designou 13 (treze) servidores para assumirem a responsabilidade transitória de gestão inerente às áreas de atuação, no âmbito do Centro de Referência e Difusão, mesmo sem os cargos de DAS, FGS e GSISTES para nomeá-los.

2º) Necessidade de modernização administrativa da CGPA:

Em 2012, com a incorporação à Fundação Biblioteca Nacional da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, oriunda do Ministério da Cultura, a área meio da Instituição, já demasiadamente tímida, foi mais ainda sobrecarregada com novas demandas de projetos e serviços. Isto ocasionou perda importante de agilidade e qualidade na realização de seus processos administrativos e na necessidade de reavaliá-los e, conseqüentemente, não só aperfeiçoá-los, bem como redefinir as competências organizacionais e essenciais da Instituição.

Como a Instituição não dispunha de pessoal com a qualificação adequada para fazê-lo, iniciou-se, em julho de 2012, o processo de contratação de instituição com *expertise* adequada para, dentre outros objetos, o de promover a revisão dos processos e modernização da estrutura administrativa da Instituição. O processo resultou na seleção da Fundação Getúlio Vargas ficando sua concretização para ser realizada no início de 2013.

3º) Condições das instalações físicas de todos os prédios da FBN:

A FBN também conta com problemas em suas instalações físicas, que além de insuficientes, não estão adequadas ao desenvolvimento de suas atividades. Diante desta realidade, foi constatada a necessidade de elaboração de um Diagnóstico para modernização da infraestrutura e conservação do prédio-sede e do novo prédio da FBN, que desde 1980, com exceção da fachada, não é objeto de uma grande reforma.

O prédio vem passando por vários problemas de conservação, alguns acontecidos em 2012, como a precariedade dos sistemas elétrico, de refrigeração e hidráulico que acarretou inundação em um de seus setores e provocou a desativação do Sistema I de refrigeração. A fachada, também vem

apresentando há alguns anos sinais de deterioração. Além disso, são críticas as condições para a guarda do acervo, principalmente devida a falta de espaço no prédio-sede.

É importante ressaltar que, quando de sua visita à Fundação Biblioteca Nacional, a Ministra da Cultura anunciou a decisão de destinar um montante considerável de recursos para que fossem realizadas obras de engenharia, modernização e restauração no prédio-sede e no novo prédio na área portuária. A FBN conta com uma equipe reduzida em seu Núcleo de Arquitetura, responsável pela coordenação dos principais projetos, necessitando, portanto, de apoio para a elaboração dos termos de referência exigidos para dar início ao processo de execução das obras.

Em respostas às diversas demandas urgentes nas condições físicas, a administração da FBN realizou as seguintes ações em 2012:

- Contratação de empresa especializada para a realização de serviços de recuperação do Sistema II de refrigeração, viabilizando a reativação de dois *chillers*, equipamentos responsáveis pela refrigeração, com capacidade de 72 TR, no sentido de complementar a refrigeração do Sistema I. Verificou-se que os sistemas I e II são complementares e devem funcionar simultaneamente. Para 2013, o funcionamento, em conjunto, dos dois sistemas, diminuirá a temperatura, melhorando o conforto ambiental nas áreas de armazéns, salas de leitura, 3º e 4º pavimentos;
- Contratação de empresa para elaboração do laudo sobre a situação atual da rede elétrica da Biblioteca Nacional, e para a confecção do projeto de reestruturação total da rede elétrica;
- Instalação, no mês de agosto de 2012, de novo sistema de detecção e alarme contra incêndio com avançada tecnologia;
- Aquisição de 121 (cento e vinte e um) novos extintores, sendo 115 (cento e quinze) de água (AP), conforme recomendado no parecer do Corpo de Bombeiros e 6 (seis) de Co2;
- Elaboração do Manual de segurança Contra Incêndio e Pânico e o Plano de Escape;
- Desenvolvimento de sinalização específica afixada nos diversos ambientes do prédio-sede como determina a legislação em vigor;
- Realização, em novembro de 2012, do primeiro exercício de escape da história da FBN, com a indicação de brigadas por andar. Esse exercício mobilizou todos os colaboradores lotados no prédio-sede;
- Início do processo de contratação da FGV, com duração de seis meses, para, em 2013, elaborar 25 termos de referência e apoiar a Instituição na preparação das licitações necessárias. Para tal, criaram-se grupos de trabalhos específicos que discutiram, ao longo de 2012, questões e ações necessárias para extinguir os problemas de infraestrutura física e guarda de acervos existentes.

A contratação da FGV também tem em seu escopo a elaboração de Diagnóstico para modernização da infraestrutura e conservação do prédio-sede e do novo prédio da FBN, com o objetivo de modernizar sua estrutura organizacional e potencializar os projetos de reforma de seu patrimônio predial.

Dentre as prioridades já identificadas, podemos citar:

- Recuperação do sistema de ar condicionado;
- Recuperação do sistema de segurança eletrônica;
- Diagnóstico da fachada e posterior obra de restauração, envolvendo argamassas e esquadrias de madeira;
- Obras de atualização das instalações elétricas dos prédio-sede e do prédio da BDB;
- Recuperação e modernização dos elevadores;
- Projeto de Combate à Incêndio e Pânico nos Edifícios Sede e Anexo;
- Modernização do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas nos Edifícios Sede e Anexo;
- Contratação de serviços de manutenção predial para todos os prédios da FBN.

Em relação aos outros espaços ocupados pela FBN, temos as seguintes questões:

Palácio Gustavo Capanema

As áreas ocupadas encontram-se em estado razoável de conservação nas áreas internas, porém nas partes externas, fachadas, cobertura e elevadores apresentam uma série de problemas.

Na Divisão de Música e Arquivo Sonoro, identifica-se que o espaço não está adaptado as necessidades apresentadas pelo acervo, em termos de adequação, volume de material e conforto ambiental.

A Biblioteca Euclides da Cunha (BEC) necessita de alguns reparos pontuais.

Nos outros andares do Capanema faz-se necessário um diálogo com o Ministério da Cultura e a Administração do prédio, alguns serviços pontuais e melhores condições para as instalações de equipamentos eletrônicos e de informática.

O 15º. Andar do Capanema ainda não está efetivamente ocupado pela FBN, pois é necessário que sejam finalizadas as instalações relativas à elétrica, lógica e telefone, de acordo com as necessidades dos setores e *layout* a ser instalado na área do pavimento a ser ocupada pela instituição.

O Palácio Gustavo Capanema deverá sofrer nos próximos dois anos um processo de restauração. O projeto está sendo desenvolvido sob a fiscalização do IPHAN – 6ª. SR. As obras tem como objetivo o restauro de todas as áreas e a modernização das instalações.

Ed. Comercial – Rua Debret

Os espaços ocupados no Edifício Comercial, não apresentam problemas em sua estrutura física, especialmente nas instalações.

Casa da Leitura

A Casa da Leitura apresenta uma série de problemas de conservação, relativos à manutenção, envelhecimento dos materiais e uso do espaço. No ano de 2012, foi desenvolvido um projeto de reforma, que contempla todos os problemas existentes na infraestrutura física das edificações da Casa da Leitura, e deverá ser licitado no ano de 2013.

Biblioteca Demonstrativa de Brasília – Maria da Conceição Moreira Salles (BDB)

A BDB apresenta uma série de problemas em sua infraestrutura física, a saber:

- Estanqueidade no telhado;
- Escoamento de águas pluviais;
- Deterioração dos banheiros e problemas de exaustão mecânica;
- Caixa d'água mal dimensionada;
- Quantidade insuficiente de câmeras no Circuito Fechado de TV interno;
- Portão de entrada danificado;
- Acessibilidade insuficiente para receber os portadores de necessidades especiais;
- Instalações de elétrica e lógica insuficientes à demanda.

A equipe do Núcleo de Arquitetura deverá desenvolver um termo de referência para a contratação de todos os projetos necessários, que contemplem as necessidades, e possibilitem a execução das obras.

Novo Prédio – Zona Portuária

O novo prédio foi adquirido pela FBN, no final da década de 1980. No decorrer dos últimos anos, sofreu uma série de reformas, mas encontrar-se em mal estado de conservação.

As fachadas apresentam uma deterioração acelerada, devido à localização do prédio, em uma via de muita circulação, e também em função das obras no entorno. As esquadrias de fachada são báculos em ferro, e apresentam problemas de conservação sérios, como falta de vidros, mau funcionamento das alavancas e deterioração do ferro.

Em sua área externa, na fachada posterior, irá sofrer com a perda do muro e integração da área não edificada, as calçadas da via pública que fazem parte do Projeto Porto Maravilha.

Porém, o prédio é objeto de trabalho do patrocínio do BNDS, e sofrerá intervenções em três pavimentos, cobertura e instalações.

O Projeto BNDS / Fundação Miguel de Cervantes tem como objeto as obras de engenharia e restaurações no prédio-sede da Fundação Biblioteca Nacional e no novo prédio onde será implantada a futura Hemeroteca Brasileira, na Zona Portuária, no Rio de Janeiro. São obras de engenharia e arquitetura para manutenção, conservação e recuperação, visam às necessidades de conservação, restauro e modernização das edificações pertencentes à FBN, bem como, de seu acervo.

Ações no Prédio-Sede

Tratam-se obras que irão abranger os quatro conjuntos de claraboias e vitrais na cobertura do prédio-sede da FBN. A infraestrutura para estas obras deverá contar com elevador externo de pessoas e carga de apoio ao canteiro de obras a ser montado no exterior do edifício, sendo que também deverá ser montada uma rede de proteção interna para cada um dos conjuntos de vitrais. Na cúpula do vão central, também será feita a recuperação do revestimento em cobre da cobertura e recuperação do revestimento das paredes em alvenaria de concreto do tambor.

Nesta ação também será feita intervenção de modernização dos dois elevadores nos armazéns de obras gerais e de periódicos, com a demolição das casas de máquinas existentes e substituição de motores e cabines.

Ações no Novo Prédio

Tratam-se das obras de preparação do espaço físico interno do 2º, 3º e 4º pavimentos do novo prédio para instalação dos armazéns da futura Hemeroteca Brasileira. Cada pavimento será composto por seis armazéns delimitados por paredes em alvenaria de tijolos de concreto com estanteria metálica projetada para o armazenamento de volumes de periódicos, divida por piso em mezanino, aproveitando altura do pé-direito de 4.40 m. Está projetada a construção de um sanitário masculino e um sanitário feminino por pavimento, ambos para portadores de necessidades especiais.

Para o pleno funcionamento da Hemeroteca será executado o aumento da capacidade da subestação de média tensão de 300 para 1000 KWAs.

Está incluída a instalação de um sistema de detecção e alarme de incêndios e um sistema de segurança eletrônica, já projetados, ambos abrangendo a totalidade do edifício.

Estão incluídas obras de intervenção na cobertura, abrangendo recuperação e modernização de telhamento e madeiramento e execução de preparação da laje para criação de área verde.

Finalmente, com a presente dotação deverá ser desenvolvido e detalhado o projeto arquitetônico para a fachada do edifício, abrangendo revestimentos, esquadrias e acabamentos, a fim de que se possa dispor de material técnico para futuras intervenções na mesma.

Deste contrato entre o BNDS e a Fundação Miguel de Cervantes, uma primeira parcela de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões) foi disponibilizada, em dezembro de 2012, e o início dos serviços encontra-se em processo de mobilização.

Dentre os problemas já identificados, podemos citar:

- Recuperação do sistema de ar condicionado;
- Recuperação do sistema de segurança eletrônica;
- Diagnóstico da recuperação da Fachada;
- Atualização das instalações elétricas do prédio-sede e da BDB;
- Recuperação e modernização dos elevadores.

b) Revisão de macroprocessos internos da unidade, caso tenha sido necessária;

Conforme mencionado acima, é urgente a necessidade de revisão dos macroprocessos meio da Fundação Biblioteca Nacional, não sendo possível a sua realização ao longo do exercício de 2012, já que o processo de seleção e contratação de instituição para, dentre outras questões, a modernização do setor administrativo da FBN, se prolongou durante todo o segundo semestre de 2012, ficando a sua concretização para o início de 2013.

c) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, etc., caso tenham sido necessárias ao desenvolvimento dos objetivos estratégicos;

É inadiável a adequação de várias estruturas totalmente obsoletas, diante das exigências de Governo Federal e das responsabilidades da FBN. A estrutura de pessoal, além de estar muito aquém das necessidades, também esbarra com outro problema: a atual estrutura do plano de carreira do Ministério da Cultura e de suas vinculadas como um todo é inadequada, além dos recursos insuficientes destinados à capacitação dos servidores. Todos esses fatores contribuem para a evasão de servidores, a realização de greves e as paralizações, o que prejudicam sobremaneira a execução dos trabalhos na Fundação Biblioteca Nacional.

A estrutura imobiliária também se encontra defasada. Os espaços destinados aos acervos estão estrangulados em algumas áreas e totalmente extrapolados em outras. Já não há mais espaço no prédio-sede para o armazenamento dos exemplares de periódicos que chegam diariamente, bem como para os trabalhos de classificação e registro do Depósito Legal. Além disso, falta instalações físicas e tecnológicas para abrigar as equipes de funcionários de forma satisfatória, sendo que algumas áreas estão divididas em diferentes prédios, por falta de espaço físico no mesmo prédio.

As questões acima serão analisadas e estudadas para que a FGV juntamente com a FBN construam o Plano Diretor da BN 2013-2022, pensando uma infraestrutura adequada às necessidades de preservação e crescimento de seu acervo, ao atendimento do público usuário, bem como à adequação de suas instalações ao avanço tecnológico nas áreas de telemática, segurança predial e patrimonial, preservação, digitalização e reprodução. Um Plano Diretor que abranja as questões relativas à ocupação, restauro, conservação e modernização da infraestrutura com foco nas edificações que têm o papel de guarda do acervo, que são o prédio-sede e o novo prédio.

O Plano Diretor também deverá contemplar a preparação do novo prédio para sua transformação na Hemeroteca Brasileira, com espaços de armazenagem e consulta do acervo e áreas de laboratório, para que após essa adequação todo o acervo de periódicos, que hoje ocupa um armazém do prédio-sede, seja transferido.

Esse planejamento das intervenções no novo prédio deverá prever todas as ações de adequação às normas de segurança e incêndio e de atendimento às necessidades de uso final, preservação e guarda do acervo, com estanterias, telemática, segurança predial de patrimonial e espaços de consulta. Deve também contemplar a necessária inserção desse equipamento cultural na intervenção urbanística em andamento, de revitalização da zona Portuária do Rio de Janeiro, usualmente chamada de Porto Maravilha.

Quanto à estrutura tecnológica, conforme já mencionado, a parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) possibilitou, em 2012, a construção do *Data Center* da Fundação Biblioteca Nacional.

A reforma das instalações levou um período de oito meses e chegou ao final do exercício com 90% de conclusão. A Coordenação de Tecnologia e Comunicação passou a contar com uma estrutura mais adequada ao seu funcionamento, permitindo inclusive que novas medidas de segurança e prestação de serviços fossem adotadas por meio de novas contratações.

No entanto, está estrutura ainda está longe de ser a ideal, especialmente no que se refere à alta disponibilidade, isto é, à capacidade de resistência a falhas de hardware, software e energia do sistema, o que permite diminuir a sua inoperância. Apesar do grande avanço nos últimos meses, nosso crescimento está condicionado ao ambiente físico, que hoje já funciona em sua capacidade operacional máxima. Sendo assim, novos esforços já estão sendo realizados para a instalação de um novo *Data Center* no novo prédio, em 2013, o que permitirá além da alta disponibilidade, a alta capacidade de armazenagem de dados.

Dessa forma, a TIC passará a operar com um modelo de Contingência de Negócios mais eficaz, capaz de mitigar os riscos inerentes ao seu ambiente tecnológico, determinar soluções específicas para lidar com questões de trabalho e satisfazer as necessidades da FBN. Essas e outras ações fazem parte do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação FBN para o triênio 2013-2015.

2.3.Execução do Plano de Metas ou de Ações

Em conformidade com o PPA 2012-2015, seguem as informações sobre o monitoramento das metas, referentes aos objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Plurianual, lembrando que as metas estipuladas englobam o período de quatro anos do PPA, enquanto que o monitoramento apenas o ano de 2012.

Objetivo: 0781 - Promover a economia criativa contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável.

Meta: Realizar o circuito nacional de feiras de livros implantado em parceria com o setor produtivo do livro

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Foi realizado o Circuito Nacional de Feiras de Livro visando dar publicidade às ações de difusão do livro e do hábito da leitura e estimular a participação das Caravanas de Escritores, o que foi feito por meio da criação do Calendário Nacional de Feiras, Festivais e demais Eventos Literários, divulgado nos Estados e Municípios, contribuindo para um crescimento de 75 eventos, inicialmente cadastrados, para 204 eventos. Também foi criado um sítio na Internet para orientar e divulgar as ações do Circuito e foi lançado um Edital de Chamada Pública para incentivar novas feiras e colaborar com as que já ocorrem, atendendo 27 eventos de entidades públicas e privadas. O impedimento de repasse de recursos devido ao período eleitoral impossibilitou a participação de um número maior de municípios.

Meta: Realizar o registro de 160.000 obras intelectuais

Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração:
Fundação Biblioteca Nacional

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Embora funcionando com um sistema de registro e acompanhamento de processos de obras intelectuais e averbação de direitos patrimoniais obsoletos e de possibilidades limítrofes de expansão e manutenção, incluso à carência de pessoal qualificado para o desenvolvimento das atividades do Escritório, o EDA superou as expectativas que tinha para 2012, tendo efetuado 40.865 registros (entre obras intelectuais e averbação de direitos patrimoniais). Internamente, houve momentos em que se pensava não ser possível atingir a meta de 40 mil registros porque ela se mostrava superestimada, uma vez que o EDA nunca em sua história alcançou o número de 40 mil registros e não havia sofrido nenhuma mudança substancial interna (aumento de funcionários ou mudança tecnológica que pudessem justificar um aumento de 30% do

melhor resultado do EDA). Assim, ficava a expectativa se dentro do modelo atual seria possível alcançar o número previsto. Até meados do ano de 2012, o EDA apontava para a realização de 85% e 90% do previsto da meta de PPA, o que suscitou dúvidas adicionais quanto ao alcance da meta e exigiu novas mudanças gerenciais internas. Foram feitas trocas de servidores em funções registrais, ajustes nos postos de trabalho, racionalização dos processos e controles internos de qualidade e produção, medidas que levaram o EDA/FBN ao alcance da meta, superando-a em 865 registros. Quantidade alcançada: 40.865

Objetivo: 0782 - Promover o acesso ao livro e à leitura e a formação de mediadores, no âmbito da implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura e do fomento à criação de planos correlatos nos estados e municípios.

Meta: Apoiar 130 projetos sociais de leitura

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A meta prevista para o ano de 2012, relativa ao número de atividades culturais realizadas pelo PROLER foi ultrapassada. A previsão era a realização de 66 atividades. Através do Plano Interno Eventos na Casa da Leitura realizaram-se 73 atividades culturais e atingiu-se um público de 1839 pessoas. Por meio do Plano Interno Itinerância da exposição 20 anos do PROLER, realizaram-se 22 atividades culturais e atingiram-se 954 pessoas. Além disso, o PROLER apoiou atividades diversas realizadas nos comitês estaduais e municipais, atingindo cerca de 30.000 pessoas. Quantidade alcançada: 95 atividades culturais realizadas, com um público composto por 2.793 pessoas.

Meta: Apoiar 2000 pontos de leitura

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A meta de 2000 pontos foi instituída pela DLLL/SAI/MinC em 2011. A partir da nova gestão, em 2012, com a incorporação da DLLL à estrutura da FBN, compondo a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) definiu-se a necessidade de apoiar os pontos de leitura já existentes o que alterou a política de modernização feita até então, via distribuição de kit (acervo, mobiliário e computador) para o repasse de recursos destinados a realização de projetos de fomento aos 600 pontos de leitura já existentes. Sendo assim, em 2012, deu-se início à implementação do Projeto Piloto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil pela FBN, com a parceria com a SEPPIR e a SCDC/MinC, atendendo a 10 comunidades quilombolas ou de terreiro, conhecidos como pontos de leitura temáticos. A intenção é ampliar, a partir de 2013, este projeto piloto temático e implementar outros projetos similares com outras temáticas, tal como para comunidades indígenas, ciganas etc. Além disso em 2012 foram distribuídos 14 kits de pontos de leitura remanescentes do Edital Mais Cultura 2008.

Quantidade alcançada: 10 pontos de leitura

Meta: Apoio a formação de 12.000 agentes de leitura

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta:

Em 2012, foram acompanhados 19 convênios firmados pelo MinC para formação de 2.647 agentes de Leitura e 4 novos convênios foram firmados pela FBN em 2012, para formação de 486 agentes

de leitura. Aguardando recursos para apoio à formação de 4 mil novos agentes para atuação nas escolas e comunidades rurais, para 2013. Quanto ao Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER, a meta prevista para o ano de 2012, relativa ao aumento de mediadores de leitura formados foi ultrapassada porque o trabalho foi mais otimizado. A previsão era a capacitação de 1.936 mediadores de leitura. Através do Plano Interno Capacitação de Recursos Humanos na Área do Livro e da Leitura capacitaram-se 4.680 mediadores de leitura; e através do Projeto Formação de Mediadores de leitura realizado em parceria com a Fundação Miguel de Cervantes, capacitaram-se 101 mediadores de leitura, totalizando 4.781 mediadores de leitura capacitados.

Quantidade alcançada: 8.439 agentes

Meta: Apoiar 400 bibliotecas comunitárias

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: Foram apoiadas, com recursos para aquisição de acervo, 828 bibliotecas comunitárias, pontos de leitura e bibliotecas rurais (Arcas das Letras), o que possibilitou a solicitação de cerca de 370 mil exemplares de livros, o que corresponde a uma média superior a 400 livros por biblioteca. Trata-se de apoio à atualização de acervos de bibliotecas comunitárias. Além disso, iniciou-se o desenvolvimento do projeto Cidadania e Leitura, coordenado por comitês do PROLER, com vistas à formação de mediadores de leitura, contratados prioritariamente entre aposentados das áreas da educação e biblioteconomia, para atender especificamente bibliotecas comunitárias. As restrições eleitorais influenciaram o total atendimento de metas.

Quantidade alcançada: 828

Meta: Criação do Instituto Nacional do Livro e da Leitura

Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração:

Fundação Biblioteca Nacional

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Para preparar as condições necessárias à criação de uma instituição voltada especificamente à promoção das políticas públicas do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, foram feitas, por meio de decreto presidencial, a reorganização estatutária do Ministério da Cultura e da Fundação Biblioteca Nacional visando reagrupar em uma só instituição todas as diretorias e/ou coordenadorias gerais e coordenadorias com responsabilidades sobre esse tema. A nova área, que passou a ser denominada Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, dentro da estrutura da Fundação Biblioteca Nacional, incorporou as estruturas e cargos existentes no MinC (uma diretoria e duas coordenações gerais) e na própria FBN (Coordenação Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, Coordenação Geral de Leitura, também responsável pelo Programa Nacional de Leitura - Proler e Coordenação Geral da Economia do Livro), bem como assumiu institucionalmente as responsabilidades pela formulação, gestão e execução de todos os projetos e programas voltados para esta área no âmbito do MinC. O mesmo decreto também criou o Centro Internacional do Livro (CIL), que constitui, junto com a DLLL, o embrião para a criação da referida instituição. Também foram desenvolvidos internamente estudos para subsidiar o Ministério do Planejamento para criar a nova instituição. Essa meta não é uma meta quantificável.

Meta: Conceder 400 bolsas de incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O atingimento da meta está acima do esperado e previsto. O Programa de Apoio à Tradução foi relançado em julho de 2011 obtendo total êxito na área literária, faltando apenas cumprir a meta para a tradução de obras na área científica, técnica e profissional. No entanto, está em fase de elaboração o Termo de Cooperação entre a FBN e CNPQ, bem como do Edital para apoio à tradução de obras na área de ciência e tecnologia a fim de cumprir este desafio. Quantidade alcançada: 244 bolsas

Meta: Criação do programa Livro Popular

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A Rede Popular do Livro Acessível depende da conclusão da fase experimental do Programa do Livro Acessível. Nesta etapa foram realizadas algumas das atividades previstas, ficando para o próximo exercício a sua conclusão. Houve prorrogação do prazo junto ao SICONV. No exercício 2012 foi iniciado o cadastramento dos Pontos de Vendas de Livros, editores, e distribuidores de livros, e foi concluída a produção de Curso EAD voltado para o empreendedorismo livreiro. Em 2013, será disponibilizado o curso EAD e, com a execução da segunda fase do programa de aquisição de livros acessíveis, serão alcançados os demais itens desta meta. Essa meta não é passível de aferição quantitativa.

Meta: Modernizar ou implantar 241 bibliotecas públicas

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Houve um redimensionamento da metodologia de apoio a implantação/modernização de Bibliotecas Públicas que até então era feito via aquisição de kits (acervo, móveis etc), passando este ano para o estabelecimento de convênios junto aos Estados e/ou municípios para repasse orçamentário, a maior dificuldade foi pelo fato de ser ano eleitoral o que atrasou o processo de conveniamento. Em 2012 foram modernizadas, via repasse orçamentário para os estados, 82 bibliotecas públicas. Os recursos foram repassados e as bibliotecas serão modernizadas ao longo do ano de 2013. Esse é um problema recorrente na informação sobre as metas de instalação e modernização de bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura. Por exemplo, quando a ação era realizada mediante a entrega de kits ela era considerada atingida no momento da compra dos componentes dos kits. Mas na realidade, os referidos kits eram estocados e iam sendo distribuídos de acordo com o cumprimento do processo burocrático que envolvia o contrato de comodato. Hoje, estamos modernizando e instalando bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura via convênio, o que também significa que fazemos o repasse orçamentário, mas a ação efetiva é realizada pelo conveniente no ano subsequente.

Quantidade alcançada: 82

Objetivo: 0784 - Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivísticos e apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.

Meta: Ampliação do Acervo da Biblioteca Nacional Digital

Informações sobre o Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A FBN alcançou com êxito a meta de digitalização 279.938 documentos, atingindo, em 2012, níveis de crescimento nunca antes alcançados e provocando, em consequência, o aumento exponencial do número de acessos aos sites da Biblioteca Nacional Digital- BNDigital (<http://bndigital.bn.br>) e da Hemeroteca Digital -<http://hemerotecadigital.bn.br>). As maiores dificuldades para ampliar o alcance das metas propostas são: a falta de pessoal; a precariedade da estrutura física para hospedagem dos equipamentos; as limitações para armazenagem dos arquivos digitais e a discrepância entre o número de acessos remotos e capacidade de conectividade do link web da instituição.

Quantidade alcançada: 279.938 documentos digitalizados

Meta: Captação de acervos Bibliográficos:

Informações de Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A FBN alcançou com êxito a meta de 135.727 bens culturais captados. A meta foi superada face ao aumento da produção editorial brasileira com o conseqüente incremento captação por Depósito Legal. A captação de acervos, em cumprimento as Leis de Depósito Legal de Publicações e de Obras Musicais, tem tido um incremento expressivo com a participação da FBN nos principais eventos do mercado editorial brasileiro. A maior dificuldade para otimização das metas propostas advém da falta de pessoal (bibliotecários e técnicos de documentação) para desenvolvimento das atividades.

Quantidade alcançada: 135.727 bens culturais captados

Meta: Preservar 3 milhões de bens do patrimônio arquivístico e bibliográfico brasileiro.

Informações de Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A FBN alcançou com êxito a meta de 776.508 bens preservados. O percentual de execução está acima do programado visto que a FBN incrementou o inventário de publicações seriadas, em caráter de mutirão, visando controle para a futura transferência desta coleção para o novo prédio da FBN. A maior dificuldade para se otimizar as metas propostas advém da falta de pessoal (bibliotecários, restauradores e conservadores) para realização das atividades de preservação e processamento técnico do acervo, além da falta de espaço para a localização de novos acervos captados e processados tecnicamente e da falta de regimento interno dificultando o fluxo administrativo/gerencial da FBN.

Meta: Aumentar em 30% o público atendido no acesso aos acervos que compõem o patrimônio bibliográfico e arquivístico brasileiro.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A FBN alcançou com êxito a meta de atendimento de 36.493.820 usuários. Soma-se a este o total, o público atendido no local e o público atendido remotamente, por meio do Portal da FBN, onde são disponibilizados os catálogos do acervo, a BNDigital, dentre outros serviços. A despeito das condições adversas de climatização a execução foi superior à meta visto que a Biblioteca Nacional é referência nacional e internacional na qualidade e abrangência de sua Coleção Memória Nacional. As maiores dificuldades para realização das atividades são: falta de pessoal (bibliotecários e técnicos de documentação); falta de controle de acesso com o risco de

comprometer a segurança da coleção e rede elétrica precária. O aumento de público atendido se deveu ao incremento de itens da Biblioteca Nacional Digital e Hemeroteca Nacional e da ampliação de dias de visitação ao prédio-sede da FBN que passou a receber visitas também aos domingos.

META alcançada: 36.493.820 acessos o que significou o aumento de 100%

a) Resultado das ações planejadas, explicitando em que medida as ações foram executadas;

Em 2012, a Fundação Biblioteca Nacional continuou investindo em políticas públicas do livro, da leitura, literatura e biblioteca assim como em projetos de preservação e atualização de acervos.

Ao longo dos últimos 12 meses, a FBN contabiliza a modernização em 82 bibliotecas públicas e o apoio a 2.541 bibliotecas públicas e comunitárias, pontos de leitura e Bibliotecas Rurais com recursos para aquisição de acervo, por meio da Rede Popular de Livro Acessível, o que possibilitou a solicitação de cerca de 1,9 milhão de exemplares de livros, correspondendo a uma média superior a 745 livros por biblioteca.

Dentre as realizações, foram instalados 10 Pontos de Leitura de Ancestralidade Africana no Brasil e modernizados outros 14 Pontos de Leitura.

O PROLER superou a meta de ampliar o número de comitês, contando com mais 11, em diversos pontos do país.

A Rede Popular do Livro Acessível, criada em 2011, permitiu qualificar o atendimento aos seus públicos e conta com a participação de todos os elos da cadeia produtiva e distributiva do livro. O Portal do Livro FBN, criado para atender a Rede, mostra-se uma ferramenta eficaz nesse processo, podendo ser utilizado em diversas ações da FBN, dentre estas, o acesso ao Cadastro Nacional de Bibliotecas de Acesso Público, permitindo que as bibliotecas sejam responsáveis pela escolha dos títulos a serem adquiridos e contribuindo para a valorização das livrarias e pontos de venda – um projeto nacional com atendimento local. Em 2012, merecem destaque o lançamento de curso EAD para as livrarias e o lançamento do edital de aquisição do livro de baixo preço. Em 2013, pretende-se melhorar a comunicação com as bibliotecas e a capilarização da rede de distribuição de livros. Será lançado um edital complementar, de forma a permitir que as bibliotecas não atendidas, ou atendidas parcialmente no edital anterior, possam ter na sua totalidade os acervos escolhidos.

Atividade não programada para 2012 e executada quase exclusivamente pela DLLL B foi o recebimento, em decorrência da transferência da DLLL-SAI para a FBN, de mais de 300 processos oriundos da SAI-MINC, cujo objeto estava ligado à leitura, livro, literatura e bibliotecas. Não sem dificuldades, sobretudo em função da demora na definição de competências e procedimentos e da falta de pessoal, a avaliação e os encaminhamentos mais diversos estão sendo ultimados, com o envolvimento das equipes das três coordenações-gerais.

De forma geral, a digitalização de obras atingiu, em 2012, níveis de crescimento nunca antes alcançados, provocando o aumento exponencial do número de acessos aos sites da Biblioteca Nacional Digital - BNDigital (<http://bndigital.bn.br>) e da Hemeroteca Digital (<http://hemerotecadigital.bn.br>).

Além disso, em 2012, foram aprovados e apoiados projetos para formação de 486 mediadores e agentes de leitura, estão em acompanhamento 881 formados entre 2010 e 2012, e estão em formação outros 1.703 oriundos de convênios iniciados no Ministério da Cultura. Em 2012, todo o

projeto está sendo acompanhado cuidadosamente, por meio de questionários, de telefonemas e e-mails, e, quando possível, presencialmente, de modo a aperfeiçoar seus resultados.

Na área de atualização de acervos, instituído pela Lei Federal n. 10994 de 2004, o Depósito Legal é a principal forma de captação de obras para composição do acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Em janeiro de 2010, o âmbito da lei foi reforçado pela promulgação da Lei 12192, dispondo sobre o depósito legal de obras musicais. Em 2012, foram adquiridas 135.727 peças para o acervo, em sua maioria por meio das leis acima citadas, incluindo também peças adquiridas por intercâmbio e compra. Quanto à preservação do acervo, que compreende a conservação, higienização, restauração e acondicionamento das peças do acervo bibliográfico/documental de forma a garantir sua salvaguarda para a atual e as futuras gerações, foram restaurados e conservados 510.095 itens pertencentes a acervos raros de importantes coleções, e microfilmados 310.422 itens.

O Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da FBN criado em 2004, com o objetivo de estimular estudos e pesquisas nos acervos especiais da Fundação Biblioteca Nacional, contribuindo para a valorização e o conhecimento público desse patrimônio nacional, vem tendo, a cada ano, maior demanda de bolsas por parte de pesquisadores brasileiros. Em 2012, foram previstas 21 bolsas de pesquisas por meio de Edital de chamada pública, publicado em agosto de 2012. Entretanto, foram concedidas 23 bolsas, incluindo projetos de doutores e doutorandos, sendo um projeto internacional, projetos de mestres e mestrandos e projetos de graduados e recém-graduados.

Em 2012, O Programa de Edição e Coedição de Obras Literárias, destinado à publicação, através de edições ou coedições, de livros e periódicos de grande relevância para a cultura brasileira, teve suas coedições realizadas a partir da seleção, pelo Conselho Interdisciplinar de Pesquisa e Editoração (CIPE), dos projetos apresentados por editoras que atenderam ao Edital de chamada pública para coedições de livros. Foram publicadas as seguintes obras: *Revista Poesia Sempre*, sob a responsabilidade de Afonso Henrique Neto, *Biblioteca Nacional – Plano de Gerenciamento de Riscos*, de Jayme Spinelli, José Luiz Pedersoli Jr. e *Teatro Eclesiástico*, de Frei Domingos do Rosário, uma das raridades do acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Ainda sobre essa ação, foram selecionados pelo CIPE e Editoração dez projetos editoriais para estabelecimento de parcerias para co-edição de livros, através de Edital de Chamada Pública em agosto de 2012.

O ano de 2012 foi estratégico para o processo de internacionalização da literatura brasileira. A participação do Brasil na Feira do Livro de Bogotá de 2012 inaugurou a série de homenagens que o Brasil receberá em feiras e salões internacionais nos próximos anos (Frankfurt, Bolonha, Paris, Londres e, possivelmente, Nova Iorque). Foi também em 2012 que a FBN iniciou a execução das ações concretas – e algumas inéditas – que visam a promoção da literatura brasileira no exterior. São exemplos destas ações: os editais do Programa de Apoio à Tradução, como a residência temporária de tradutores estrangeiros no Brasil; a realização de seminários internacionais sobre tradução; o incentivo às viagens de autores brasileiros ao exterior com vistas à divulgação de suas obras, da literatura e da cultura brasileira; a publicação e difusão da Revista Machado de Assis, com textos de autores brasileiros traduzidos em outros idiomas, no intuito de divulgá-los ao mercado editorial internacional, entre outras. Devido à ampla divulgação e à presença constante de representantes da FBN e do mercado editorial brasileiro em feiras internacionais, o Programa de Apoio à Tradução da FBN/MinC recebeu um número significativamente maior de projetos de tradução no ano de 2012.

A divulgação e promoção do livro e da literatura brasileira também acontecem em eventos literários nacionais. Com um expressivo número de visitantes, as feiras literárias mobilizam as comunidades em torno da importância do livro e do papel social da leitura. A participação da FBN nesses eventos se insere nas políticas públicas de promoção da leitura e literatura no imaginário da população

brasileira e no fomento das cadeias criativa e produtiva do livro. Em 2012, a FBN teve participação com espaço próprio, em seis feiras nacionais (Minas Gerais, Paraty, São Paulo, Porto Alegre, Brasília e Ceará), apresentando ações culturais importantes, incluindo exposição de acervo, encontro com autores, seminários e debates com a cadeira produtiva do livro, bem como com o público em geral.

Ainda no campo dos eventos literários, o Circuito Nacional de Feiras de Livro criou o Calendário Nacional de Feiras, Festivais e demais Eventos Literários, com o intuito de estimular, promover e divulgar as ações literárias que ocorrem nos Estados e Municípios, contribuindo, em 2012, para que houvesse um crescimento dos 75 eventos inicialmente cadastrados para 204 eventos. Além disso, foi criado um site para orientar e divulgar as ações do Circuito. O lançamento de Edital, no início de 2012, com o objetivo de apoiar 27 eventos de entidades públicas e privadas incentivou novas feiras e colaborou com as que já ocorrem. O impedimento de repasse de recursos em virtude do período eleitoral impossibilitou atender um número ainda maior de municípios.

Complementar ou não às feiras de livros, o projeto Caravana de Escritores cumpriu 35 caravanas, promovendo mais de 90 autores, que fizeram variados trabalhos de mediação de leitura e discussão da criação literária. Sua expansão maior não ocorreu também em função do período eleitoral.

Em 2012, pelo segundo ano consecutivo da presente gestão, a Fundação Biblioteca Nacional deu continuidade a um extenso pacote de atrações como saraus, debates, colóquios, seminários e exposições oferecidos à população, tendo como novidade a ampliação do raio de atuação da Instituição no campo do livro e da leitura, transpondo as barreiras geográficas por meio da transmissão ao vivo de suas ações culturais.

A Agenda Cultural da FBN também estabeleceu importante canal de comunicação por meio da sua institucionalização, em edição mensal, do resumo de todos os eventos realizados pela Fundação, fazendo-se chegar, além da distribuição interna aos leitores, visitantes e servidores, a outros importantes centros culturais da cidade do Rio de Janeiro, incluindo o acesso do leitor por telefone celular, por meio de aplicativo especializado.

Foram realizadas três grandes exposições, integradas pelo acervo memória do qual é a legítima depositária, recebendo um público de 6.535 visitantes. Destaque-se as exposições realizadas no Espaço Cultural Eliseu Visconti da FBN: “Giorgio Vasari” - inaugurada em 2011 e exibida até 2012 - comemorativa aos 500 anos de artista italiano, primeiro historiador da arte e fundador da primeira academia de belas artes (1563); “Rio Cidade-Paisagem, uma homenagem à cidade maravilhosa” para homenagear o Rio de Janeiro, retratou, através dos séculos, a beleza cultural e paisagística da cidade; e a exposição “O Barão e a caricatura: Rio Branco no traço dos caricaturistas” exibida no âmbito das comemorações do centenário de morte do Barão do Rio Branco e abordou um aspecto pouco conhecido do patrono da diplomacia brasileira: seu gosto pela arte do desenho humorístico. Ademais, foram realizadas 18 mostras setoriais, visitadas por 14.587 pessoas.

b) Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de metas, se for o caso;

A execução financeira ficou aquém da programada, face às diversas dificuldades logísticas relacionadas à carência de pessoal, dificuldades técnicas na definição dos serviços e equipamentos a serem contratados, dificuldades logísticas de gestão dos procedimentos licitatórios, além de dificuldades operacionais em várias áreas finalísticas e administrativas.

No caso do prêmio VivaLeitura, inserido no PNLL pelo decreto presidencial de criação do Plano, não se viabilizou em 2012 o termo de cooperação entre a Fundação Biblioteca Nacional e a Universidade de Brasília, o que não impediu o planejamento, organização, lançamento de edital e análise, em duas etapas, dos 2038 projetos de mediação da leitura inscritos neste ano, mas impediu a realização da cerimônia de premiação e entrega de prêmios, que se realizará em 03 de abril de 2013, quando já será lançado o edital 2013.

Da mesma forma, os editais de Bolsa de Criação, de Circulação Literária e do Prêmio Literário Fundação Biblioteca Nacional foram rigorosamente cumpridos em todas as suas etapas, faltando, apenas, a entrega de certificados e prêmios, em função de dificuldades operacionais para análise dos candidatos às bolsas e de ampliação do leque de jurados, que tiveram de ser escolhidos entre profissionais apenas do Rio de Janeiro, conforme já relatado.

O Centro de Pesquisa e Editoração (CPE) não conseguiu viabilizar plenamente em 2012 o seu programa editorial em decorrência de dificuldades operacionais, na área de produção técnica e na contratação de serviços gráficos. O programa, atualizado, foi reapresentado para realização em 2013.

Em 2012, o Escritório de Direitos Autorais (EDA) conquistou um orçamento de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais) a serem utilizados na aquisição de um novo sistema de registro de obras intelectuais e averbação de direitos autorais. Esses valores foram devolvidos à União uma vez que o processo licitatório, iniciado em junho de 2012, com o envio de termo de referência e abertura do processo (Processo nº. 523/2012), não foi concluído com êxito, face aos problemas administrativos internos, que impediram a concretização do processo.

No que concerne à DLLLB, seria fundamental:

- 1- Na impossibilidade de à curto prazo se poder contar com um quadro qualificado e em número adequado de servidores, é fundamental contar com instrumentos de cooperação entre instituições e entidades com objetivos afins, para se garantir a consecução dos objetivos da diretoria. Nesse sentido, parece-nos que o mais adequado seria haver um setor que tratasse exclusivamente dessas parcerias, ficando cada setor encarregado das definições das necessidades participando de discussões de formatação e de conceito.
- 2- A instalação imediata de toda a DLLLB no 15º. andar do Edifício Capanema será uma medida em tudo extremamente favorável à sua atuação: diminui o tempo perdido em deslocamentos, diminuem os operacionais, com telefones e veículos, por exemplo, e, sobretudo, permite um diálogo constante e a discussão ao vivo e a tempo certo das questões fundamentais relativas à atuação de cada setor ou equipe.
- 3- No caso específico da DLLLB, a revisão da política de cotas de viagens e diárias é determinante para o acompanhamento de programas como os que implementamos.
- 4- Reuniões periódicas e mais constantes de todos os diretores e coordenadores da FBN seriam importantes para uma integração maior das equipes e ações da Instituição.

Para atingir seus objetivos no contexto da difusão cultural, democratização e acesso, a FBN promoveu as seguintes estratégias:

- Ampliação do raio de atuação da FBN no campo do livro e da leitura, transpondo as barreiras geográficas por meio da transmissão ao vivo de suas ações culturais e, desta forma, compartilhando conhecimento produzido pela instituição.

- Ampliação do Programa de Visita Guiada quando então a FBN passou abrir suas portas também aos domingos e feriados. Desta forma aumentamos consideravelmente o número de visitantes em relação aos anos anteriores.

- Um importante canal de comunicação – interna e externa - foi lançado, institucionalizando a Agenda Cultural FBN, em edição mensal, incluindo o resumo de todos os eventos realizados pela instituição. Este produto além de ser distribuído internamente para nossos leitores/visitantes e servidores, chega até outros importantes centros culturais da cidade do Rio de Janeiro, entre outros. Em nossa agenda, utilizamos o aplicativo QR Code que permite ao leitor conferir nossa programação completa do seu aparelho celular, ampliando ainda mais o número de leitores da nossa programação. E é assim, aliando tecnologia e tradição, que a equipe da FBN vem pautando suas atividades. Nossa missão é abrir cada vez mais as portas da nossa Instituição para que o público aproveite, ao máximo, este patrimônio cultural: a maior biblioteca da América Latina, a oitava maior do mundo em acervo.

- Ampliação do perfil participativo da FBN nas feiras literárias, mediante a realização em seu estande de exposição, produtos editoriais institucionais e outras ações culturais como encontro com autores, seminários etc, além da apresentação de seus serviços disponíveis ao público.

2.4. INDICADORES

(Parte A, item 2 - Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 119/2012)

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Preservação de Acervos Bibliográficos e Documentais da FBN		
Objetivo do Indicador	Medir o número de acervos preservados, procurando alcançar, pelo menos, o correspondente a 5% da estimativa de peças existentes no acervo da FBN (em 2012 a estimativa de peças existentes no acervo da FBN foi de 9 milhões, correspondendo 5% a 450.000 peças).		
Tipo	Indicador de Desempenho		
Área responsável	Centro de Processos Técnicos - CPT		
Fórmula de cálculo e método de medição	(Total de acervos literários preservados no exercício atual / 5% da estimativa de peças existentes no acervo da FBN) x 100		
Fonte dos dados	FBN / CPT		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2012		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2011	2010
145,22 %	172,56 %	107,33 %	95,13 %
Análise crítica do Resultado do indicador em 2011			
Foi possível atingir a meta prevista para o exercício.			

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Captação de Acervos Bibliográficos e Documentais na BN		
Objetivo do Indicador	Medir o número de acervos captados, procurando alcançar, pelo menos, o correspondente a 1% da estimativa de peças existentes no acervo da FBN (em 2012 a estimativa de peças existentes no acervo da FBN foi de 9 milhões, correspondendo 1% a 90.000 peças).		
Tipo	Indicador de Desempenho		
Área responsável	Centro de Processos Técnicos - CPT		
Fórmula de cálculo e método de medição	(Soma do acervo captado (através de compra, depósito legal, doação e permuta) no exercício atual / 1% da estimativa de peças existentes no acervo da FBN) x 100		
Fonte dos dados	FBN / CPT		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2012		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2011	2010
105,56 %	150,81 %	97,64 %	101,93 %
Análise crítica do Resultado do indicador em 2011			
Foi possível atingir a meta prevista para o exercício.			

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Digitalização de Acervos Culturais da FBN		
Objetivo do Indicador	Medir a evolução dos trabalhos de digitalização realizados na BN dentro do exercício, em comparação com os últimos anos, no intuito de ampliar a consulta ao acervo digital.		
Tipo	Indicador de Desempenho		
Área responsável	Centro de Processos Técnicos - CPT		
Fórmula de cálculo e método de medição	(Número de documentos digitalizados no exercício atual / média dos documentos digitalizados nos últimos 2 anos) x 100		
Fonte dos dados	FBN / CPT		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2012		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2011	2010
207,41 %	241,93 %	151,97 %	116,57 %
Análise crítica do Resultado do indicador em 2011			
Foi possível superar a meta prevista para o exercício, pelo fato de a FBN dispor de novos equipamentos que têm contribuído para melhorar a qualidade e a eficiência na execução dos serviços.			

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Fomento à Criação e Difusão Literária e Científica da FBN		
Objetivo do Indicador	Medir o número de projetos voltados para o processo de criação e difusão literária.		
Tipo	Indicador de Desempenho		
Área responsável	Centro Internacional do Livro - CIL		
Fórmula de cálculo e método de medição	(estimativa de projetos previstos na LOA da FBN / projetos alcançados no exercício) x 100		
Fonte dos dados	FBN / CIL		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2012		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2011	2010
100,00 %	166,67 %	-	-
Análise crítica do Resultado do indicador em 2011			
Foi possível atingir a meta prevista para o exercício.			

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/01/2012

3.1 Estrutura de Governança

A Fundação Biblioteca Nacional – FBN é responsável pela execução da política governamental de recolhimento, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do País e pela execução da política de livro, leitura, literatura e bibliotecas. A instituição é dirigida por uma Diretoria Colegiada, formada pela Presidência, pela Diretoria executiva, pela Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, pela Coordenação Geral de Planejamento e Administração, pelo Centro de Processamentos Técnicos e pelo Centro de Referência e Difusão.

A FBN conta com uma Procuradoria Federal com competência para representar judicial e extrajudicialmente a Fundação, e exerce atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, entre outros.

A Auditoria Interna da FBN verifica a conformidade às normas vigentes dos atos de gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos e operacionais da Fundação, além de acompanhar a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos, bem como examina e emite parecer sobre a prestação de contas anual.

À Coordenação-Geral de Planejamento e Administração compete coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas aos sistemas federais de administração de recursos humanos, de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de serviços gerais e de organização e inovação institucional.

A atuação da FBN está em conformidade com seu estatuto, com Plano Nacional de Cultura - PNC, com o Plano Plurianual – PPA e com sua LOA, sempre observando a legislação pertinente à gestão pública.

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	

8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica:					

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.4. Sistema de Correição

A Fundação Biblioteca Nacional não possui em sua estrutura funcional uma Unidade de Correição, ou seja, não tendo um setor específico que tratem das competências correcionais. Porém, tal situação, não impede a instauração dos procedimentos correcionais.

A FBN, em não tendo o setor específico de correição, a instauração dos procedimentos correcionais ocorre a partir do conhecimento de fatos dessa natureza, seja por ação interna ou demanda externa, aplicando-se o permissivo no Estatuto dos Servidores Públicos, estabelecido pela Lei nº 8.112/90.

A instauração dos procedimentos – Sindicância ou PAD - ocorre por meio de Decisão Executiva, ocasião em que os servidores julgados capacitados para o desempenho dessas atividades são nomeados, preferencialmente aqueles servidores que participaram de cursos de capacitação nessa área. Uma vez instaurados os procedimentos necessários, o julgamento e aplicação de penalidades recaem ao Presidente da Instituição, tendo o apoio da Procuradoria Federal, que emite manifestação quanto ao correto procedimento. No caso de proposta de demissão de servidor, o processo é encaminhado ao Ministério da Cultura, a quem compete o julgamento e aplicação da penalidade.

Na posição de 31/12/2012, os processos de sindicâncias e de procedimentos administrativos disciplinares instaurados e/ou a instaurar no âmbito desta Fundação se afigura, conforme o seguinte quadro:

Informações	Quantit.	nº processo
PADs instaurados em 2012	0	
Sindicâncias Punitivas instauradas em 2012	0	
Sindicâncias Investigativas instauradas em 2012	0	
PADs julgados em 2012	0	
Sindicâncias Investigativas julgadas em 2012	0	
Sindicâncias Punitivas julgadas em 2012	0	
Quantidade de advertências aplicadas em 2012	0	
Quantidade de suspensões aplicadas em 2012	0	
Quantidade de demissões aplicadas em 2012	0	
Quantidade de destituições de cargo em comissão aplicadas em 2012	0	
Quantidade de Procedimentos pendentes de julgamento em dezembro/2012	0	
Quantidade de Procedimentos pendentes de instauração em dezembro/2012 (especificar o tipo de procedimento, se PAD, Sindicância Punitiva ou Sindicância Investigativa)	1	01430.001426/2010-63 (*)

No que tange ao processo identificado no quadro acima (*), informamos que em dezembro de 2010 foi constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, mediante a Decisão Executiva nº 56, de 17 de dezembro de 2010, para apurar possíveis ilícitos cometidos pelo servidor Francisco de Assis Brito, à época em exercício e em atividade na Biblioteca Demonstrativa de Brasília/DF, Unidade desta Fundação.

A Comissão, ao final do trabalho (em 11 de março de 2011), concluiu pela penalização de demissão do servidor. Entretanto, quando em análise pela Consultoria Jurídica do Ministério da Cultura (em 16 de maio de 2011), esta sugeriu a recondução da comissão para dar continuidade aos trabalhos, argumentando que se deva dar maior oportunidade e ampla defesa do servidor, ocasião em que o servidor já estava aposentado compulsoriamente.

O Presidente da FBN reconduziu a comissão (em 24 de outubro de 2011), a qual não prosseguiu com os trabalhos, tendo em vista que o Presidente da Comissão, o Procurador Federal o Senhor José Gonçalves Filho, aposentou-se, compulsoriamente e encaminhou o processo à auditoria interna. Esta Auditoria Interna enviou o processo, em 22/02/2012, ao Gabinete, sugerindo gestões junto à Presidência no sentido de constituição de nova comissão para a continuidade do apuratório, estando parado o processo naquele setor.

3.5. Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria N.º 1,043/2007 DA CGU

Cumpre informar que Fundação Biblioteca Nacional ainda não designou servidor para a utilização do Sistema CGUPAD, tendo em vista que não tem em seu quadro funcional pessoal capacitado para o desempenho de tal atividade. Assim sendo, necessita-se de treinamento e capacitação pela CGU-PR.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

(Parte A - Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 119/2012)

Análise Crítica:

Importante ressaltar que os Itens 4.1.1 e 4.1.2 mencionados e solicitados ao TCU são relativos à Programas Temáticos e aos Objetivos sendo esses de inteira responsabilidade do MinC. Portanto esse item em questão não se aplica para essa UJ.

4.1.3 Informações sobre Iniciativas vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

033M- Implementação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

034A - Incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário

034 - Instalação e modernização de bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura e fortalecimento de sistemas e redes de bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura

034D - Levantamento, organização e disponibilização de pesquisas socioeconômicas e informações sobre livro, leitura, literatura e biblioteca

034F - Promoção, formação e incentivo ao Hábito e as práticas da leitura e da literatura. Fomento à realização de eventos na área do livro, da leitura e da literatura

034M - Ampliação do acervo da Biblioteca Nacional Digital

034Q - Instalação e funcionamento da Hemeroteca Nacional

034R - Promoção do acesso e difusão aos acervos bibliográficos e arquivísticos

035K - Fomento e produção de estudos e pesquisas no campo da cultura

035M - Produção e difusão do conhecimento científico e cultural

0340 - Captação, identificação e preservação de acervos, documentos e arquivos

0346 - Registro de Obras Intelectuais

Análise Crítica:

Importante ressaltar que não existem Metas para todas as Iniciativas acima mencionadas.

4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2027.20KL				
Descrição		Fomento a Criação e Difusão Literária e Científica				
Iniciativa		034A - Incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário				
Unidade Responsável		Centro Internacional do Livro				
Unidade Orçamentária		42202 – Fundação Biblioteca Nacional				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.298.000	1.410.000	1.137.870	72.500	7.300	710.168	420.402
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	- Projeto Apoiado	Unidade	03	05	1.410.000	1.137.870

Identificação da Ação						
Código		2027.20KM				
Descrição		Fomento a Projetos Culturais na área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário				
Iniciativa		034F – Promoção, formação e incentivo ao Hábito e as práticas da leitura e da literatura. Fomento à realização de eventos na área do livro, da leitura e da literatura				
Unidade Responsável		DLLLLB - Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas				
Unidade Orçamentária		42202 – Fundação Biblioteca Nacional				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.275.900	2.859.900	576.177	338.790	0	237.387	338.790
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	- Projeto Apoiado	Unidade	10	05	2.859.900	576.177

Identificação da Ação						
Código		2027.20KM - FNC				
Descrição		Fomento a Projetos Culturais na área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário				
Iniciativa		034F – Promoção, formação e incentivo ao Hábito e as práticas da leitura e da literatura. Fomento à realização de eventos na área do livro, da leitura e da literatura				
Unidade Responsável		DLLLLB - Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas				
Unidade Orçamentária		42202 – Fundação Biblioteca Nacional				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.394.469	3.394.469	3.394.469	3.120.263	0	274.206	3.120.263
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	- Projeto Apoiado	Unidade	03	03	3.394.469	3.394.469

Identificação da Ação						
Código	2027.20KM - Emendas Parlamentares					
Descrição	Fomento a Projetos Culturais na área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário					
Iniciativa	034F – Promoção, formação e incentivo ao Hábito e as práticas da leitura e da literatura. Fomento à realização de eventos na área do livro, da leitura e da literatura					
Unidade Responsável	DLLLLB - Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas					
Unidade Orçamentária	42202 – Fundação Biblioteca Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
600.000	600.000	200.000	0	0	200.000	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	EP 22570015 – Ângelo Vanhoni				300.000	100.000
	EP 28650003 – José Stédile				100.000	100.000
	EP 29160013 – Rodrigo Rollemberg				200.000	0

Identificação da Ação						
Código	2027.20KN					
Descrição	Preservação, Identificação e Inventário de Acervos Culturais					
Iniciativa	0340 – Captação, identificação e preservação de acervos, documentos e arquivos					
Unidade Responsável	CPT – Centro de Processos Técnicos e CRD – Centro de Referência e Difusão					
Unidade Orçamentária	42202 – Fundação Biblioteca Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.160.000	1.160.000	603.899	77.981	0	525.918	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	- Bem Preservado	Unidade	653.500	776.508	1.160.000	603.899

Identificação da Ação						
Código	2027.20KQ					
Descrição	Captação de Acervos Bibliográficos e Documentais					
Iniciativa	0340 – Captação, identificação e preservação de acervos, documentos e arquivos					
Unidade Responsável	CPT – Centro de Processos Técnicos					
Unidade Orçamentária	42202 – Fundação Biblioteca Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
400.000	60.000	9.882	1.293	0	8.590	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	- Bem cultural captado	Unidade	95.000	135.727	60.000	9.882

Identificação da Ação						
Código	2027.20KR					
Descrição	Instalação e Modernização de Bibliotecas Públicas					
Iniciativa	034C – Instalação e modernização de bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura e fortalecimento de sistemas e redes de bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura					
Unidade Responsável	DLLLLB – Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca					
Unidade Orçamentária	42202 – Fundação Biblioteca Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.533.260	4.481.260	3.846.704	2.526.284	0	1.320.420	2.526.284
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	- Biblioteca instalada/modernizada	Unidade	100	82	4.481.260	3.846.704

Identificação da Ação						
Código	2027.20KR – Emendas Parlamentares					
Descrição	Instalação e Modernização de Bibliotecas Públicas					
Iniciativa	034C – Instalação e modernização de bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura e fortalecimento de sistemas e redes de bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura					
Unidade Responsável	DLLLLB – Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca					
Unidade Orçamentária	42202 – Fundação Biblioteca Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.940.000	5.940.000	5.940.000	0	0	5.940.000	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	EP 11460008 – Zequinha Marinho				200.000	200.000
	EP 26950004 – Edivaldo Holanda Junior				500.000	500.000
	EP 31790003 – Domingos Dutra				1.400.000	1.400.000
	EP 27850008 – Liliam Sá				1.050.000	1.050.000
	EP 25450003 – Walter Ihoshi				600.000	600.000
	EP 13340007 – Miro Teixeira				940.000	940.000
	EP 21820003 – José Sarney				1.000.000	1.000.000
	EP 32600007 – José Priante				250.000	250.000

Identificação da Ação						
Código	2027.20KS					
Descrição	Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais na Área do Livro e da Leitura					
Iniciativa	034F – Promoção, formação e incentivo ao Hábito e as práticas da leitura e da literatura. Fomento à realização de eventos na área do livro, da leitura e da literatura					
Unidade Responsável	Centro Internacional do Livro					
Unidade Orçamentária	42202 – Fundação Biblioteca Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.590.000	3.108.000	2.331.593	2.208.518	0	123.075	2.208.518
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	- Evento realizado	Unidade	40	31	3.108.000	2.331.593

Identificação da Ação						
Código	2027.20KT					
Descrição	Pesquisas Socioeconômicas na Área do Livro e Leitura					
Iniciativa	034D – Levantamento, organização e disponibilização de pesquisas socioeconômicas e informações sobre livro, leitura, literatura e biblioteca					
Unidade Responsável	DLLL B – Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca					
Unidade Orçamentária	42202 – Fundação Biblioteca Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
200.000	200.000	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	- Pesquisa realizada	Unidade	4	0	200.000	0

Identificação da Ação						
Código	2027.2639					
Descrição	Registro de Obras Intelectuais					
Iniciativa	0346 – Registro de Obras Intelectuais					
Unidade Responsável	EDA – escritório de Direitos Autorais					
Unidade Orçamentária	42202 – Fundação Biblioteca Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
170.000	170.000	12.365	11.595	0	770	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	- Direito Autoral Registrado	Unidade	40.000	40.865	170.000	12.365

Identificação da Ação						
Código	2027.2650					
Descrição	Funcionamento de Bibliotecas da União					
Iniciativa	034R – Promoção do Acesso e Difusão aos Acervos Bibliográficos e Arquivísticos					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Planejamento e Administração					
Unidade Orçamentária	42202 – Fundação Biblioteca Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
19.961.525	24.516.525	17.548.561	14.888.652	0	2.659.909	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	- Público atendido	Unidade	20.000.000	36.961.960	24.516.525	17.548.561

Identificação da Ação						
Código	2027.4796 - FNC					
Descrição	Fomento e Promoção a Projetos em Arte e Cultura					
Iniciativa	035B – Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividade e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público					
Unidade Responsável	Centro Internacional do Livro					
Unidade Orçamentária	42202 – Fundação Biblioteca Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.998.679	1.998.679	1.998.679	1.998.679	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	- Projeto Apoiado	Unidade	01	01	1.998.679	1.998.679

Identificação da Ação						
Código	2027.4797					
Descrição	Produção de Obras Científicas, Artísticas e Literárias					
Iniciativa	035M – Produção e difusão do conhecimento científico e cultural					
Unidade Responsável	Centro de Pesquisa e Editoração					
Unidade Orçamentária	42202 – Fundação Biblioteca Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.440.000	1.287.200	678.809	132.943	0	545.866	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Obra Publicada	Unidade	56	24	1.287.200	678.809

Identificação da Ação						
Código	2027.6619					
Descrição	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais					
Iniciativa	033M – Implementação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais					
Unidade Responsável	Centro de Processos Técnicos					
Unidade Orçamentária	42202 – Fundação Biblioteca Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.332.000	1.822.566	1.623.852	859.673	0	764.179	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	-Sistema implantado	Unidade	01	01	1.22.566	1.623.852

Identificação da Ação						
Código	2027.8208					
Descrição	Digitalização de Acervos Culturais – Biblioteca Digital					
Iniciativa	034M – Ampliação do Acervo da Biblioteca Digital					
Unidade Responsável	Centro de Processos Técnicos					
Unidade Orçamentária	42202 – Fundação Biblioteca Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
400.000	249.434	248.763	40.340	0	208.423	40.340
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	- Documento Digitalizado	Unidade	240.000	279.938	249.434	248.763

Identificação da Ação						
Código	2027.1A79					
Descrição	Instalação da Hemeroteca Nacional					
Iniciativa	Instalação e Funcionamento da Hemeroteca Nacional					
Unidade Responsável	Centro de Referência e Difusão					
Unidade Orçamentária	42202 – Fundação Biblioteca Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
500.000	500.000	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Hemeroteca implantada	% Exec física	1	0	500.000	0

Identificação da Ação						
Código	2027.00HK					
Descrição	Fomento e Promoção de Estudos, Pesquisas e Concessão de Bolsas na Área do Conhecimento Literário, Científico e Cultural.					
Iniciativa	035K – Fomento e produção de estudos e pesquisas no campo da cultura					
Unidade Responsável	Centro de Pesquisa e Editoração					
Unidade Orçamentária	42202 – Fundação Biblioteca Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
516.000	556.800	556.800	69.900		486.900	69.900
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Estudo/Pesquisa realizada	Unidade	20	23	556.800	556.800

Identificação da Ação						
Código	2034.6440					
Descrição	Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e outras Comunidades Tradicionais					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Coordenação Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas					
Unidade Orçamentária	42202 – Fundação Biblioteca Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
124.319	124.319	124.319	124.319	0	0	124.319
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Projeto apoiado	Unidade	01	01	124.319	124.319

Análise Crítica:

Importante destacar nesse item que referente à ação de fomento a Criação e Difusão, Literária e Científica forma cinco (5) o total de Projetos Apoiados sobre a iniciativa de Centro Internacional do Livro:

- 69 Bolsas de tradução;
- 01 Prêmio;
- 15 bolsas p/Colégio de Tradutores;
- 01 Colóquio de tradutores;
- 11 bolsas de Intercâmbio de Autores.

Por sua vez, o Item Fomento a Projetos culturais na área SDO Livro, Leitura, e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário também apoiou um total de cinco (5) projetos conforme melhor caracterizados abaixo sobre a iniciativa de promoção, formação e incentivo ao hábito de leitura e da literatura, fomento à literatura, fomento à realização de eventos na área do livro, da leitura e da literatura:

- Formação de Pessoal;
- Encontros Nacionais de SNBP;
- Cursos na Casa de Leitura;
- Itinerância da Exposição 20 anos de PROER;
- Monitoramento e Avaliação dos Comitês do PROLER.

Referente ao Fomento a Projetos Culturais na área do Livro, Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário três (03) projetos foram apoiados na promoção, formação e incentivo ao hábito de leitura e da literatura, fomento à literatura, fomento à realização de eventos na área do livro, da leitura e da literatura. Quais sejam:

- Feira de Bogotá;
- Bolsas de Tradução de autores brasileiros;
- Circuito Nacional de Feiras de Livro.

Referente ao Fomento a Projetos Culturais na área do Livro, Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário três (03) projetos foram apoiados na promoção, formação e incentivo ao hábito de leitura e da literatura, fomento à literatura, fomento à realização de eventos na área do livro, da leitura e da literatura 11 recursos foram garantidos através de Emendas Parlamentares através de ambas as casas. Câmara dos Deputados e Senado.

Por fim, relativo ao item fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividade e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público 1 Projeto recebeu apoio. A Feira de Frankfurt.

4.1.6 Informações sobre Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Não se aplica.

4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2000				
Descrição		Administração da Unidade				
Unidade Responsável		Coordenadoria Geral de Planejamento e Administração				
Unidade Orçamentária		Fundação Biblioteca Nacional - FBN				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.951.920	9.846.920	7.884.851	6.766.391	0	1.118.460	6.766.391
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Identificação da Ação						
Código		2004				
Descrição		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes				
Unidade Responsável		Coordenadoria Geral de Planejamento e Administração				
Unidade Orçamentária		Fundação Biblioteca Nacional - FBN				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
732.000	732.000	673.319	673.319	0	0	673.319
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Pessoa Beneficiada	Unidade	642	729	732.000	673.319

Identificação da Ação						
Código	2010					
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Coordenadoria Geral de Planejamento e Administração					
Unidade Orçamentária	Fundação Biblioteca Nacional - FBN					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
24.000	30.290	27.682	27.682	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Criança atendida	Unidade	22	29	30.290	27.682

Identificação da Ação						
Código	2011					
Descrição	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Coordenadoria Geral de Planejamento e Administração					
Unidade Orçamentária	Fundação Biblioteca Nacional - FBN					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
600.000	630.000	620.244	620.244	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Servidor beneficiado	Unidade	325	305	630.000	620.244

Identificação da Ação						
Código	2012					
Descrição	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Coordenadoria Geral de Planejamento e Administração					
Unidade Orçamentária	Fundação Biblioteca Nacional - FBN					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.500.000	1.490.000	1.403.571	1.403.571	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Servidor beneficiado	Unidade	411	386	1.490.000	1.403.571

Identificação da Ação						
Código	20CW					
Descrição	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos					
Unidade Responsável	Coordenadoria Geral de Planejamento e Administração					
Unidade Orçamentária	Fundação Biblioteca Nacional - FBN					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
78.480	78.480	0	00	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Servidor beneficiado	Unidade	436	0	78.480	0

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável	Coordenadoria Geral de Planejamento e Administração					
Unidade Orçamentária	Fundação Biblioteca Nacional - FBN					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
300.000	300.000	90.874	60.450	0	30.424	60.450
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Servidor capacitado	Unidade	150	107	300.000	90.874

Análise Crítica:

As ações do Programa de Gestão e Manutenção do MINC foram executadas a contento apesar das dificuldades logísticas devido à carência de pessoal. Outro fator fundamental para que a execução ficasse aquém da programada deu-se pela não concretização da parceria com a CEF e a não liberação da cota limite orçamentária a executar.

Os valores inscritos em Restos a Pagar devem-se às despesas fixas que são pagas nos meses subsequentes.

As ações de benefícios aos servidores foram cumpridas exceto a ação de Exames Periódicos que ficou pendente por não ter sido possível concretizar a licitação.

Recursos Concedidos

Os recursos concedidos ao Condomínio Palácio Gustavo Capanema, refere-se ao compartilhamento do uso das dependências do edifício.

4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da uj

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
FBN	42202	344042

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	54.222.603	44.106.796	-	-	40.031.345	32.680.000	
	PLOA	55.468.934	44.091.845	-	-	42.965.825	43.199.784	
	LOA	55.468.934	44.091.845	-	-	42.847.085	43.199.784	
CRÉDITOS	Suplementares	2.130.582	4.590.000	-	-	14.994.557	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	(4.304.800)	(1.000.000)	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		57.599.516	48.681.845	-	-	53.536.842	42.199.784	

Fonte: SIAFI e SIOP

OBS: A dotação proposta pela UO é elaborada de acordo com o teto estipulado pelo MinC.

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	4.416.000	3.720.000	-	-	-	-	
	PLOA	9.416.000	3.270.000	-	-	-	-	
	LOA	9.416.000	3.270.000	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	5.800.566	1.000.000	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	(1.206.566)	-	-	-	-	-	
	Outras Operações	-	-	-	-	-	-	
Total		14.010.000	4.270.000	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI e SIOP

OBS: A dotação proposta pela UO é elaborada de acordo com o teto estipulado pelo MinC.

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		40.031.345	32.680.000	4.416.000	3.720.000		
	PLOA		42.965.825	43.199.784	9.416.000	3.270.000		
	LOA		42.847.085	43.199.784	9.416.000	3.270.000		
CRÉDITOS	Suplementares		14.994.557	-	5.800.566	1.000.000		
	Especiais	Abertos		-		-		
		Reabertos		-		-		
	Extraordinários	Abertos		-		-		
		Reabertos		-		-		
	Créditos Cancelados		(4.304.800)	(1.000.000)	(1.206.566)	-		
Outras Operações		-	-		-			
Total		53.536.842	42.199.784	14.010.000	4.270.000			

Fonte: SIAFI e SIOP

OBS: A dotação proposta pela UO é elaborada de acordo com o teto estipulado pelo MinC.

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	-	-	-	-	-	-
	Concedidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	344042	080009	28.846.0901.0005.0001	839.981		
	Concedidos	344042	090032	28.846.0901.0005.0001	219.495		
	Concedidos	344042	090034	28.846.0901.0005.0001	46.256		
	Concedidos	344042	090032	28.846.0901.00G5.0001	118.749		
	Concedidos	344042	090034	28.846.0901.00G5.0001	4.761		
	Concedidos	344042	424001	13.122.2107.2000.0033			561.766
	Concedidos	344042	403101	13.122.2107.2000.0033			691.585
	Concedidos	344042	153056	13.392.2027.20KL.0001			95.000
	Concedidos	344042	240005	13.392.2027.20KS.0001			261.000
	Recebidos	238012	344042	14.422.2034.6440.0001			124.318
	Recebidos	340035	344042	13.392.2027.20KM.0001			3.394.469
	Recebidos	340035	344042	13.392.2027.4796.0001			1.998.679
	Recebidos	340035	344042	13.392.2027.20KM.0043			100.000
	Recebidos	340035	344042	13.392.2027.20KM0053			200.000
	Recebidos	340035	344042	13.392.2027.20KR.0021			1.600.000
	Recebidos	340035	344042	13.392.2027.20KR.0033			1.050.000
Recebidos	340035	344042	13.392.2027.20KR.0035			400.000	
Recebidos	340035	344042	13.392.2027.20KR.0058			940.000	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Recebidos	-	-	-	-		
	Concedidos	-	-	-	-		
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	340035	344042	13.392.2027.20KR.0015	200.000		
	Recebidos	340035	344042	13.392.2027.20KR.0021	300.000		
	Recebidos	340035	344042	13.392.2027.20KR.0035	200.000		
	Recebidos	340035	344042	13.392.2027.20KR.0062	1.000.000		
	Recebidos	340035	344042	13.392.2027.20KR.0072	250.000		

Fonte: SIAFI

4.2.2.4 Análise Crítica:

As ações do Programa de Gestão e Manutenção do MINC foram executadas a contento apesar das dificuldades logísticas devido à carência de pessoal. Outro fator fundamental para que a execução ficasse aquém da programada deu-se pela não concretização da parceria com a CEF e a não liberação da cota limite orçamentária a executar.

Os valores inscritos em Restos a Pagar devem-se às despesas fixas que são pagas nos meses subsequentes.

As ações de benefícios aos servidores foram cumpridas exceto a ação de Exames Periódicos que ficou pendente por não ter sido possível concretizar a licitação.

Recursos Concedidos

Os recursos concedidos ao Condomínio Palácio Gustavo Capanema, refere-se ao compartilhamento do uso das dependências do edifício.

4.2.3. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Não se aplica.

4.2.4. Execução Orçamentária de Despesa

4.2.4.1. Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação –
Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	24.636.558,69	19.128.799,71	19.482.785,68	15.881.874,80
a) Convite	0	0	0	
b) Tomada de Preços	447.423,24	403.411,06	378.218,88	378.218,88
c) Concorrência	0	0	0	
d) Pregão	24.189.135,45	18.725.388,65	19.104.566,80	15.503.655,92
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (g+h)	6.401.203,59	3.819.567,49	5.056.115,87	3.102.275,29
g) Dispensa	2.280.142,03	1.255.925,58	1.826.567,12	1.031.657,61
h) Inexigibilidade	4.121.061,56	2.563.641,91	3.229.548,75	2.070.617,68
3. Regime de Execução Especial	0	0	0	0
i) Suprimento de Fundos	0	0	0	0
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	187.829,16	115.610,59	2.887.165,03	115.610,59
j) Pagamento em Folha *		0		0
k) Diárias	187.829,16	115.610,59	187.829,16	115.610,59
5. Outros **	5.071.542,73	2.201.276,93	2.699.335,87	1.425.275,52
6. Total (1+2+3+4+5)	36.297.134,17	25.265.254,72	27.426.066,58	20.525.036,20

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

* Não houve contratação de pessoal com pagamento em folha diferente da informada no quadro de Despesas Correntes.

** Na modalidade Outros (Despesa Liquidada), subtraiu-se o valor das Diárias, pois as mesmas se encontravam em duplicidade (R\$ 2.316.887,52 - R\$ 115.610,59 = R\$ 2.201.276,93). Exercício 2011.

**Na modalidade Outros (Despesa Paga), subtraiu-se o valor da Diárias, pois as mesmas se encontravam em duplicidade (R\$ 1.540.886,11 - R\$ 115.610,59 = R\$ 1.425.275,52). Exercício 2011.

** Na modalidade Outros (Despesa Liquidada), subtraiu-se o valor das Diárias, pois as mesmas se encontravam em duplicidade (R\$ 5.259.371,89 – R\$ 187.829,16 = R\$ 5.071.542,73). Exercício 2012.

** Na modalidade Outros (Despesa Paga), subtraiu-se o valor das Diárias, pois as mesmas se encontravam em duplicidade (R\$ 2.887.165,03 – R\$ 187.829,16 = R\$ 2.699.335,87). Exercício 2012.

4.2.4.1.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários								Valores em R\$ 1,00	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
1. Despesas de Pessoal	0	0	55.335.279,69	48.358.811,18	0	0	55.335.279,69	48.358.811,18	
11 – vencimentos e vantagens fixas – p. civil	0	0	29.136.482,90	27.437.306,01	0	0	29.136.482,90	27.437.306,01	
01 – aposent. rpps, reser. rem. refor. militar	0	0	13.527.092,70	12.370.729,64	0	0	13.527.092,70	12.370.729,64	
13 – obrigações patronais	0	0	6.484.346,40	5.651.684,07	0	0	6.484.346,40	5.651.684,07	
Demais elementos do grupo	0	0	6.187.357,69	2.899.090,89	0	0	6.187.357,69	2.899.090,89	
2. Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0	
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0	
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0	
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0	
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0	
3. Outras Despesas Correntes	32.752.439,18	24.512.581,58	32.752.439,18	24.512.581,58	0	0	26.510.068,79	20.039.753,62	
37 – locação de mão-de-obra	17.115.005,11	14.067.111,36	17.115.005,11	14.067.111,36	0	0	16.186.339,59	13.250.153,66	
39 – outros serviços terceiros - pessoa jurídica	9.963.009,70	5.572.894,11	9.963.009,70	5.572.894,11	0	0	7.101.230,70	4.744.457,57	
32 – material, bem ou serviços p/dist. gratuita	0	2.274.872,48		2.274.872,48	0	0		0	
41 – contribuições – fundo a fundo	2.395.712,94	0	2.395.712,94	0	0	0	1.382.152,94	0	
Demais elementos do grupo	3.278.711,43	2.597.703,63	3.278.711,43	2.597.703,63	0	0	1.840.345,56	2.045.142,39	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
4. Investimentos	3.544.694,99	1.846.989,11	3.544.694,99	1.846.989,11	0	0	915.997,79	1.249.328,88	
52 – equip. e material permanente – op. int..orc	2.347.135,36	614.452,80	2.347.135,36	614.452,80	0	0	571.752,79	174.146,83	
51 – obras e instalações – op. int. orc.	818.865,00	1.232.536,31	818.865,00	1.232.536,31	0	0	310.685,00	1.075.182,85	
39 – outros serviços terceiros – pessoa jurídica	378.694,63	0	378.694,63	0	0	0	33.560,00	0	
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0	

5. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida	0							
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
FONTE: SIAFI OPERACIONAL								

4.2.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos em Movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
5. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	153.625,10	4.862.576,98	29.306,71	542.885,61
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	153.625,10	4.862.576,98	29.306,71	542.885,61
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
6. Contratações Diretas (g+h)	205.160,00	37.116.375,00	200.000,00	0
g) Dispensa	5.160,00	7.950,00	0	0
h) Inexigibilidade	200.000,00	37.108.425,00	200.000,00	0
7. Regime de Execução Especial	0	0	0	0
i) Suprimento de Fundos	0	0	0	0
8. Pagamento de Pessoal (j+k)	42.572,24	0	42.572,24	0
j) Pagamento em Folha *	0	0	0	0
k) Diárias	42.572,24	0	42.572,24	0
9. Outros **	9.829.777,68	0	3.520.731,67	0
10. Total (5+6+7+8+9)	10.231.135,02	0	3.792.610,62	0

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2.4.2.2. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Crédito de Movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0
Nome 1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3 – Outras Despesas Correntes	8.281.135,02	62.441.149,98	8.281.134,92	62.441.149,98	0	0	3.792.610,62	1.454.803,61
32 – material de distribuição gratuita	0	39.691.013,38	0	39.691.149,89	0	0	0	0
41 – contribuições – fundo a fundo	6.940.000,00	20.221.913,00	6.940.000,00	20.221.913,00	0	0	3.250.000,00	911.918,00
39 – outros serviços terceiros – pessoa jurídica	508.198,93	2.402.263,00	508.198,83	2.402.263,60	0	0	233.992,92	542.885,61
30 – material consumo	400.000,00	0	400.000,00	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	432.936,09	125.960,00	432.936,09	125.960,00	0	0	308.617,70	0
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	1.950.000,00	129.000,00	1.950.000,00	129.000,00	0	0	0	0
41 – contribuições – fundo a fundo	1.950.000,00	129.000,00	1.950.000,00	129.000,00	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
5 – Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6 – Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0

2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
FONTE: SIAFI OPERACIONAL								

4.2.4.2.3. Análise Crítica

A proposta orçamentária da FBN para o exercício de 2012 foi elaborada de acordo com o teto estipulado pelo Ministério da Cultura.

A alteração de crédito por Projeto de Lei, aprovada no final de dezembro de 2012, inviabilizou o fomento a projetos culturais na área do livro e da leitura.

Além das dificuldades logísticas devido à carência de pessoal e a aprovação das alterações de crédito por Projeto de Lei no final do exercício, outro fator fundamental para que a execução ficasse aquém da programada foi a não concretização de grandes parcerias como: com a CEF; Universidade de Brasília; Fundação Getúlio Vargas; e PRODOC.

Recursos Recebidos

Os recursos descentralizados pelo MinC, através da Secretaria Executiva – SE e do Fundo Nacional de Cultura – FNC, fortaleceram algumas ações finalísticas, inclusive com o apoio ao Programa de Tradução de Autores Brasileiros em outros idiomas, foi possível dar início a outros projetos de igual importância como “Colégio e Colóquio de Tradutores” e “Intercâmbio de Autores”, inclusive recursos destinados à atender as emendas parlamentares.

Recursos Concedidos

Recursos recebidos na LOA referentes a Precatórios, foram repassados automaticamente para o TRT.

Os recursos concedidos ao Condomínio Palácio Gustavo Capanema, deve-se ao referencial de compartilhamento do uso das dependências do edifício.

Foram repassados recursos ao Ministério das Relações Exteriores – MRE, visando a participação do Brasil no Salão do Livro de Paris e nas Feiras de Livros de Frankfurt, Guadalajara e Londres.

Foram atendidas, também, 11 emendas parlamentares.

Restos a Pagar

O montante de recursos inscritos em RP deve-se a diversos fatores como:

- Dificuldades na logística de gestão dos procedimentos licitatórios realizados ao final do exercício condicionados a entrega de material para efeito de liquidação das despesas;
- Faturas de serviços de despesas fixas terem seus vencimentos no mês subsequente a prestação dos mesmos.
- Bolsas de tradução serem pagas em duas parcelas, sendo a segunda mediante entrega do livro conforme editais do Programa de Apoio a Tradução da FBN.
- O programa de seleção de bolsas de pesquisa só ter sido definido no final do exercício sendo que as mesmas tem duração de 12 meses com pagamento mensal.
- Em função de liberação tardia dos limites orçamentários, convênios firmados, incluindo as Emendas Parlamentares, foram inscritos em restos a pagar, face não ter havido tempo hábil para o processamento/liquidação das despesas.

PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

5.1. Reconhecimento de Passivos

5.1.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE
18/1/2012
Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por
Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
21211.11.00		FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
344042	40.176.679/0001-99	-	-	-	-
Razões e Justificativas: Não foram efetuados registros nesta conta contábil.					
Fonte: SIAFI OPERACIONAL					

5.1.2. Análise Crítica

DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO e MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.

a) Se a UJ está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

R: Não.

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;

R: ,Em relação à NBC T 16.9 que trata da depreciação, amortização e exaustão, a FBN até o presente momento não realizou as orientações contidas na MACROFUNÇÃO nº 020330, do manual do SIAFI (Sistema Integrado da Administração Financeira), a respeito deste assunto. Em que pese a FBN já ter providenciado um software para realizar os procedimentos cabíveis, todavia o Setor de Patrimônio que é encarregado do emplaquetamento dos bens, e consequentemente depreciá-los se for o caso, que entram no imobilizado desta Fundação, tem se deparado com enorme dificuldade de como operacionalizar o programa a contento e satisfatoriamente no que tange às normas vigentes. Devido ao exposto a Divisão de Contabilidade e Finanças responsável pelo lançamento no Balanço da FBN do somatório dos bens depreciados mês a mês, somatório este que deveria ser enviado pelo Setor Patrimônio, termina por fim não realizando os procedimentos contábeis necessários. Em relação à NBC T 16.10, sobre o ativo imobilizado o que já foi discorrido em boa parte aplica-se aqui. Para maiores esclarecimentos vide Processo FBN 01430.000867/2011-29 autuado para este fim.

5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	105.419,93	-	105.419,93	-
2010	682.846,13	11.863,81	7.264,00	663.718,32
2007	3.143,50	3.143,50	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	65.751.590,29	3.459.690,91	57.997.412,39	4.294.486,99
2010	4.286.183,66	3.855.176,37	430.859,30	147,99
...				
Fonte:				

5.2.2 - ANÁLISE CRÍTICA

A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ;

É solicitada à unidade descentralizadora de recursos do MINC, liberação de recursos financeiros conforme a demanda de pagamento de RP.

Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes de pagamento de RP de exercícios anteriores;

Do total inscrito em RP, os recursos financeiros estão sendo liberados conforme a demanda dos compromissos.

As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro;

A permanência de RP Processados há mais de um exercício financeiro deu-se pelo fato de as despesas do Programa de Bolsas de tradução encontrarem-se em fase de conclusão, aguardando a entrega do livro publicado, conforme previsto em contrato.

A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2012 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto;

Todos os valores registrados no SIAFI, referente a restos a Pagar anteriores ao exercício de 2012, tiveram sua vigência prorrogada por Decreto.

Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP.

Consideramos ser um ponto positivo na gestão de RP, a liberação dos recursos financeiros pelo MINC sempre que solicitado.

5.3. Transferência de Recursos

5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício



Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – FBN									
CNPJ: 40.176.679/0001-99					UG/GESTÃO: 344042/34209				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	626191/2008	42.498.600/0001-71	16.500.000,00	3.300.000,00	-	13.200.000,00	26/06/2008	30/03/2013	1
1	701184/2008	10.572.071/0001-12	233.578,75	46.715,75	-	186.863,00	31/12/2008	31/12/2013	1
1	701186/2008	10.572.071/0001-12	2.891.421,25	578.284,25	-	2.313.137,00	31/12/2008	31/12/2013	1
1	701251/2008	08.629.503/0001-32	1.100.997,19	279.543,19	-	821.454,00	12/01/2009	14/12/2013	1
1	701255/2008	08.629.503/0001-32	2.138.331,92	542.930,92	-	1.595.401,00	12/01/2009	14/12/2013	1
1	701591/2008	51.531.051/0001-80	1.756.116,39	561.479,39	-	1.194.637,00	31/12/2008	31/12/2013	1
1	701593/2008	51.531.051/0001-80	1.918.883,61	613.520,61	-	1.305.363,00	31/12/2008	31/12/2013	1
1	755908/2011	05.214.413/0001-92	911.918,00	0	-	911.918,00	27/07/2011	31/03/2012	4
1	759476/2011	60.792.942/0001-81	1.250.000,00	0	1.250.000,00	1.250.000,00	05/12/2011	15/02/2013	1
1	761208/2011	03.042.751/0001-69	2.000.000,00	0	2.000.000,00	2.000.000,00	06/12/2011	25/12/2013	1

1	761282/2011	03.042.751/0001-69	1.500.000,00	0	1.500.000,00	1.500.000,00	07/12/2011	31/12/2013	1
1	761574/2011	06.025.208/0001-41	36.000,00	0	-	36.000,00	12/12/2011	17/02/2012	4
1	764780/2011	06.025.208/0001-41	375.000,00	0	300.000,00	300.000,00	24/02/2012	19/05/2013	1
1	763465/2011	94.235.330/0001-00	3.375.000,00	1.012.500,00	2.362.500,00	2.362.500,00	19/06/2012	19/05/2013	1
1	764868/2011	60.792.942/0001-81	1.600.000,00	0	1.600.000,00	1.600.000,00	30/04/2012	26/02/2013	1
1	765196/2011	05.508.362/0001-01	544.745,50	125.710,50	-	-	16/12/2011	01/12/2013	1
1	765092/2011	88.577.416/0001-18	271.128,00	62.568,00	-	-	16/12/2011	30/11/2013	1
1	765254/2011	22.936.439/0001-63	278.947,50	64.372,50	-	-	16/12/2011	20/11/2013	1
1	765128/2011	13.069.489/0001-08	911.825,00	182.500,00	-	-	15/12/2011	15/12/2013	1
1	765224/2011	02.585.324/0001-22	600.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	30/04/2012	06/12/2012	4
1	765272/2011	25.053.083/0001-08	2.200.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	10/04/2012	28/10/2012	4
1	765342/2011	03.658.028/0001-09	1.270.000,00	270.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	30/12/2011	31/10/2013	1
1	765330/2011	51.816.247/0001-11	200.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	03/05/2012	13/12/2012	4
1	765306/2011	50.387.844/0001-05	200.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	01/05/2012	20/12/2012	4
1	765331/2011	45.511.847/0001-79	200.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	07/05/2012	31/12/2012	4
1	767996/2011	03.658.028/0001-09	930.000,00	310.000,00	-	-	31/10/2012	31/10/2013	1
1	763512/2011	07.598.634/0001-37	352.000,00	102.000,00	250.000,00	250.000,00	01/07/2012	30/06/2013	1
1	763508/2011	94.235.330/0001-00	1.785.714,28	535.714,28	1.250.000,00	1.250.000,00	26/06/2012	26/06/2013	1
1	763489/2011	46.319.000/0001-50	900.000,00	180.000,00	-	-	07/12/2012	07/12/2013	1
1	766334/2011	10.572.071/0001-12	1.666.700,00	166.700,00	1.500.000,00	1.500.000,00	03/04/2012	07/03/2013	1
1	767067/2011	14.109.763/0001-80	143.750,00	28.750,00	-	-	05/12/2011	05/12/2012	1
1	767073/2011	07.589.369/0001-20	143.750,00	28.750,00	-	-	30/06/2012	30/06/2013	1
1	767068/2011	27.150.556/0001-10	143.750,00	28.750,00	-	-	05/12/2011	31/12/2012	1
1	767072/2011	24.772.246/0001-40	166.787,63	51.787,63	-	-	30/06/2012	30/06/2013	1
1	766908/2011	15.359.201/0001-57	145.000,00	30.000,00	-	-	05/12/2011	31/12/2012	1
1	767159/2011	11.350.659/0001-94	143.750,00	28.750,00	-	-	05/12/2011	05/12/2012	1
1	767069/2011	10.264.406/0001-35	145.000,00	30.000,00	-	-	05/12/2011	05/07/2013	1
1	767085/2011	90.738.196/0001-09	143.750,00	28.750,00	-	-	05/12/2011	31/12/2012	1
1	766314/2011	88.577.416/0001-18	143.750,00	28.750,00	-	-	30/06/2012	30/06/2013	1
1	767087/2011	01.613.360/0001-21	143.750,00	28.750,00	-	-	30/06/2012	30/06/2013	1
1	767009/2011	83.102.335/0001-48	153.400,00	38.400,00	-	-	30/06/2012	30/06/2013	1
1	767137/2011	46.588.950/0001-80	143.850,00	28.850,00	-	-	05/12/2011	05/12/2012	1
1	767161/2011	45.122.603/0001-02	143.750,00	28.750,00	-	-	05/12/2011	05/12/2012	1
1	767064/2011	46.634.291/0001-70	143.750,00	28.750,00	-	-	30/06/2012	30/12/2013	1
1	766333/2011	46.482.865/0001-32	145.797,50	30.797,50	-	-	30/06/2012	30/12/2013	1
1	767080/2011	01.067.479/0001-46	106.250,00	21.250,00	-	-	30/06/2012	30/06/2013	1
1	767075/2011	02.385.839/0001-10	106.250,00	21.250,00	-	-	30/06/2012	30/06/2013	1
1	767076/2011	73.357.469/0001-56	106.250,00	21.250,00	-	-	30/06/2012	30/06/2013	1

1	767092/2011	83.102.749/0001-77	106.250,00	21.250,00	-	-	30/06/2012	30/06/2013	1
1	772934/2012	05.241.493/0001-75	204.200,00	104.200,00	-	-	02/07/2012	30/12/2012	1
1	773590/2012	08.943.633/0001-45	200.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	03/08/2012	03/08/2013	1
1	773675/2012	06.273.253/0001-15	200.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	10/08/2012	10/08/2013	1
1	773693/2012	11.245.652/0001-02	110.000,00	60.000,00	50.000,00	50.000,00	15/08/2012	15/08/2013	1
1	773769/2012	59.833.673/0001-75	1.600.000,00	800.000,00	800.000,00	800.000,00	23/12/2012	23/08/2013	1
1	773994/2012	05.244.417/0001-13	299.302,00	199.302,00	100.000,00	100.000,00	20/09/2012	20/09/2013	1
1	777073/2012	11.290.496/0001-00	100.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	05/12/2012	05/12/2013	1
1	777217/2012	17.391.590/0001-23	200.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	06/12/2012	06/12/2013	1
1	774431/2012	05.244.417/0001-13	200.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	26/10/2012	26/10/2013	1
1	774275/2012	08.943.633/0001-45	200.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	19/10/2012	19/10/2013	1
1	774199/2012	08.586.839/0001-65	100.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	09/12/2012	09/10/2013	1
1	777156/2012	88.185.020/0001-25	100.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	05/12/2012	05/12/2013	1
1	778788/2012	18.314.609/0001-09	100.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	07/12/2012	07/12/2013	1
1	777451/2012	51.885.242/0001-40	100.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	07/12/2012	06/12/2013	1
1	774613/2012	88.594.999/0001-95	100.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	05/11/2012	05/11/2013	1
1	778793/2012	18.295.295/0001-36	200.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	07/12/2012	07/12/2013	1
1	774681/2012	27.167.477/0001-12	100.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	06/11/2012	06/11/2013	1
1	773860/2012	03.507.415/0026-00	250.000,00	50.000,00	200.000,00	200.000,00	05/12/2012	05/12/2013	1
1	773861/2012	10.572.071/0001-12	244.288,00	55.728,00	-	-	07/12/2012	07/12/2013	1
1	773862/2012	19.138.890/0001-20	300.440,00	100.440,00	200.000,00	200.000,00	27/11/2012	30/11/2013	1
1	773856/2012	07.954.555/0001-11	240.000,00	48.000,00	192.000,00	192.000,00	04/12/2012	04/12/2013	1
1	773857/2012	15.579.196/0001-98	200.000,00	40.000,00	160.000,00	160.000,00	29/11/2012	29/11/2013	1
1	773864/2012	07.252.975/0001-56	200.000,00	40.000,00	160.000,00	160.000,00	26/12/2012	26/12/2013	1
1	773863/2012	03.658.028/0001-09	312.000,00	62.400,00	249.600,00	249.600,00	06/12/2012	06/12/2013	1
1	778093/2012	03.970.166/0001-29	500.000,00	0	-	-	07/12/2012	07/12/2013	1
1	777756/2012	60.792.942/0001-81	5.000.000,00	0	1.100.000,00	1.100.000,00	07/12/2012	31/12/2013	1
1	780601/2012	04.402.728/0001-09	143.751,00	0	-	-	26/12/2012	26/12/2013	1
1	781097/2012	14.662.886/0001-43	374.886,00	74.886,00	-	-	27/12/2012	27/12/2013	1
1	777552/2012	14.662.886/0001-43	300.000,00	50.000,00	-	-	27/12/2012	27/12/2013	1
1	781438/2012	28.001.394/0001-11	1.175.000,00	235.000,00	-	-	28/12/2012	28/12/2013	1
1	780943/2012	46.379.400/0001-50	750.000,00	150.000,00	-	-	27/12/2012	27/12/2013	1
1	781599/2012	95.423.000/0001-00	108.000,00	8.000,00	-	-	28/12/2012	28/12/2013	1
1	782124/2012	06.208.946/0001-24	412.000,00	12.000,00	-	-	11/12/2012	29/12/2013	1
1	782122/2012	01.612.337/0001-12	1.025.000,00	25.000,00	-	-	31/12/2012	30/12/2013	1
1	782125/2012	06.307.102/0001-30	520.840,00	20.840,00	-	-	31/12/2012	31/12/2013	1
1	781709/2012	28.741.098/0001-57	1.076.250,00	26.250,00	-	-	29/12/2012	16/12/2013	1
1	782006/2012	00.394.577/0001-25	1.500.000,00	500.000,00	-	-	31/12/2012	01/12/2013	1

1	781256/2012	87.990.800/0001-85	110.000,00	10.000,00	-	-	29/12/2012	28/12/2013	1
---	-------------	--------------------	------------	-----------	---	---	------------	------------	---

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI: Convênio N° 626191/2008 / SICONV: Demais convênios

5.3.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – FBN					
CNPJ:	40.176.679/0001-99					
UG/GESTÃO:	344042/34209					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	38	42	03	18.874.100,00	947.918,00	11.458.960,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	38	42	03	18.874.100,00	947.918,00	11.458.960,00

Fonte: SIAFI: Convênio Nº 626191/2008 / SICONV: Demais convênios

5.3.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferência que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – FBN					
CNPJ: 40.176.679/0001-99			UG/GESTÃO: 344042/34209		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	75	50.014.761,00	37.790.955,00	12.223.806,00	75,56%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	75	50.014.761,00	37.790.955,00	12.223.806,00	75,56%

Fonte: SIAFI: Convênio Nº 626191/2008 / SICONV: Demais convênios

5.3.4. Informações sobre Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – FBN					
CNPJ: 40.176.679/0001-99			UG/GESTÃO: 344042/34209		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	02	-	-
		Montante Repassado	947.918,00	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	03	-	-
		Montante Repassado	758.960,00	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: SICONV * Valores em Reais R\$1,00

5.3.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e dos Contratos de Repasse

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – FBN					
CNPJ: 40.176.679/0001-99			UG/GESTÃO: 344042/34209		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			02	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	-	-
			Contas Não Analisadas	-	-
		Montante Repassado (R\$)		-	-
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
Contas NÃO Analisadas		Quantidade	02	-	
Montante Repassado (R\$)		947.918,00	-		
2011	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado (R\$)		-	-		
2010	Quantidade de Contas Prestadas			03	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		03	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
Montante Repassado		-	-		
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado		-	-

Fonte: SICONV * Valores em Reais R\$1,00

5.3.6 ANÁLISE CRÍTICA

A gestão das transferências financeiras mediante a modalidade de Convênios, realizadas por esta Unidade Jurisdicionada – UJ/FBN, ocorridas no exercício de Referência, efetivou-se calcada nas diretrizes do pertinente normativo régio que disciplina a matéria – Portaria Interministerial (MP/MF/CGU) n° 507, de 24/11/2011, materializada através do acompanhamento pelo Partícipe Concedente dos Ajustes relativo às Fases de Execução e Prestação de Contas pelos convenientes, com a precípua finalidade de certificação do integral cumprimento dos objetos das avenças.

É oportuno salientar a mudança de foco da UJ na realização das ações de sua competência onde até o exercício de 2010 predominava a utilização de execução direta, na transferência de recursos, tendo havido apenas a realização de 03 (três) transferências financeiras, por execução indireta, mediante a modalidade de convênio.

À partir do exercício de 2011 o atendimento às volumosas e diversificadas demandas/requisições da UJ passaram a se dar, através de editais, utilizando-se assim a transferência de recursos financeiros, mediante execução indireta, onde a ferramenta do convênio passou a ser um segmento-chave para a UJ. Foram firmados 42 (quarenta e dois) convênios no exercício de 2011.

Com essa iniciativa foi gerado um acréscimo de 700% nessa modalidade, em relação ao exercício de 2010, o que trouxe dificuldades no processo de gestão. A área de convênios da UJ até 2010 era vinculada a CGPA e composta por 2 (dois) servidores e, a partir de 2011, foi criado pela Presidência, um Grupo de Trabalho para administrar os convênios da UJ. Esse grupo, encontra-se lotado na CGSNBP e apesar do grande aumento dessa demanda, conta com apenas 3 (três) servidores no atendimento dessas demandas.

Dessa forma foi possível se verificar ao longo do exercício de 2011 um alto grau de criticidade no tocante à consecução das atividades bem como projetar seus efeitos no médio e longo prazo.

Sem qualquer medida saneadora adotada para estas dificuldades, apontadas em diferentes momentos aos gestores da UJ, em 2012 foram firmados mais de 38 convênios, com um acréscimo da ordem de 78%, em relação a 2011, prejudicando, como já era esperado sobremaneira o gerenciamento/acompanhamento das transferências financeiras realizadas.

hoje a UJ tem a responsabilidade pela gestão de 87 (oitenta e sete) convênios, conforme demonstrado no Quadro A.5.3.

A consequência da consecução da citada gestão, a médio e longo prazos, como se traduz nesse momento, por tudo que foi exposto, deixa claro a crítica situação por que passa a área de convênios da UJ, tendo como reais reflexos negativos, o tardio/intempestivo atendimento de determinadas demandas, podendo ocorrer o não atendimento de outras, sendo esta provável e futura inoperância, somente, questão de tempo, em virtude da explícita e já mencionada sobrecarga de trabalho existente nesta área, infimamente constituída por apenas 03 (três) servidores.

O estado de criticidade por que passa esta área da UJ já foi apontada aos gestores da Unidade, solicitando-se como medida de solução, a urgente arregimentação/inclusão de mais servidores da UJ, neste segmento, com o objetivo único de um melhor atendimento às atribuições que lhe são demandadas, uma vez que, conforme demonstrado pelos acréscimos percentuais, as transferências de recursos, pela modalidade de convênios, tornou-se a principal linha de ação da UJ.

Assim, a gestão, a médio e longo prazos, apresenta dificuldades para a consolidação e atingimento das finalidades a que os instrumentos convencionais se propuseram.

Apesar das dificuldades de gestão ora apresentadas, esta Unidade Jurisdicionada – UJ/FBN não possui transferências financeiras – modalidade convênio, em situação de inadimplência.

A situação das transferências realizadas encontra-se consoante ao preconizado nos Decretos nº 93872/86, nº 6170/07, nº 7468/11 e nº 7680/2012 no que for pertinente e aplicável dessas legislações aos aspectos aqui abordados referentes à essas transferências.

Pela observação e análise do Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios, com relação à evolução das transferências (Convênios) realizadas por esta UJ, no período de tempo em consideração, quanto à quantidade de celebrações desses ajustes e volume de recursos transferidos, pode-se aferir que:

- a) 2010 – Disponibilização de uma maior quantidade de projetos de escopo cultural de incumbência desta Fundação, havendo também, a ocorrência de um grande volume de transferências financeiras, principalmente, devido ao repasse de nova parcela de recursos efetivado por esta UJ/FBN – Partícipe Concedente dos Ajustes, a Estado – Partícipe Conveniente, contemplado pelo programa: Biblioteca de Referência – Modernização de Bibliotecas Públicas Estaduais, em cumprimento aos objetivos de um Programa Governamental.
- b) 2011 – Para os convênios provenientes de 2010 que tiveram extensão de suas vigências mediante termos aditivos, não houve novas transferências financeiras em 2011. Foram firmados 42 (quarenta e dois) novos convênios, em 2011, com transferência de recursos de R\$ 947.918,00, com aumento percentual significativo, no número de convênios a serem acompanhados, na ordem de 700%.
- c) 2012 – Para os convênios provenientes de 2010 que tiveram extensão de suas vigências mediante termos aditivos, não houve novas transferências financeiras, em 2012. Foram firmados 38 (trinta e oito) novos convênios em 2012, representando um acréscimo percentual de ordem de 78% em relação a 2011, com transferência de recursos financeiros de R\$ 18.874.100,00, significando assim o maior volume de transferência de recursos, no período, face vários convênios de 2011, terem sido firmados ao final do exercício, sendo portanto, inscritos em restos a pagar para 2012, tendo assim, essas transferências sido realizadas no exercício em referência.

Para o exercício de 2013, a previsão de transferências financeiras é da ordem de R\$ 12.223.806,00, face alguns convênios firmados no final de 2012, terem sido inscritos em restos a pagar.

A UJ, portando, atingiu o percentual de 75,56% de recursos repassados até o final do exercício de 2012, dos convênios firmados pela UJ, no período, conforme demonstrado no Quadro A.5.5.

No que concerne ao acompanhamento por este concedente acerca da utilização, pelos convenientes, das transferências financeiras já realizadas, apesar de todas as dificuldades já apontadas de infraestrutura logística e principalmente da deficiência no número de recursos humanos voltados para esse fim, as ações com muita dificuldade vem sendo efetivadas através do monitoramento pelos pertinentes sistemas (SIAFI – 01 convênio e SICONV – demais convênios), além de contatos periódicos com elementos responsáveis pelas avenças, de parte dos convenientes, assim como,

requisição de documentos/comprovações referentes às despesas, ainda, na fase de execução dos ajustes, em caso de necessidade.

A situação das Prestações de Contas dos Convênios pertinentes ao Exercício de Referência (2012), e, em conformidade com o consignado no Quadro A.5.6 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, está assim configurada:

- 02 Instrumentos Conveniais cujas Prestações de Contas foram entregues tempestivamente, encontrando-se, entretanto, com prazos da análise expirados.

A título de esclarecimento, há de se informar que a apresentação física de toda a documentação que constitui a Prestação de Contas, efetivada pelos Convenientes ao Concedente, considerando a totalidade do prazo regulamentar previsto no Normativo Régio da matéria (Portaria nº 507/11), ocorreu com tempestividade, a documentação referente as mesmas foram devidamente apresentadas, dentro do prazo determinado, não tendo entretanto, ocorrido até a presente data a análise e aprovação pelo Concedente pela situação de criticidade que se encontra, nesse momento, a Área de Convênios da UJ, que além de só contar com 03 servidores, não possui em seus quadros profissional especializado na área contábil, o que muito facilitaria a análise desses procedimentos.

Hoje esses 03 servidores são responsáveis pelo estabelecimento dos procedimentos para assinatura dos instrumentos, acompanhamento de gestão pelo Sistema SICONV e quando a situação ensejar, por via documental, com fins de monitoramento, ao menos, em âmbito administrativo, acerca de sua correta execução. Realização obrigatória de “Prorrogações de Ofício” de vigência para os convênios que receberam recursos financeiros de forma extemporânea e consequente monitoramento na alteração dos respectivos Planos de Trabalho.

É cabido ainda à essa equipe, quando necessário, atuação na qualidade de “Setor Cadastrador de Proponentes” no Sistema de Gestão de Convênios, atendendo, com isso, diversas demandas de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos e Entes Públicos com a finalidade de seu cadastramento/atualização cadastral no Sistema.

Por fim e como resultado final do trabalho iniciado à partir do estabelecimento de um convênio, a incumbência da realização da análise das Prestações de Contas dos convênios cuja execução já foi concluída.

Nesse contexto, até a presente data esta UJ possui 02 (duas) Prestações de Contas por analisar, não realizadas ainda, face a explícita sobrecarga de trabalho da Área de Convênios da UJ, até aqui evidenciada.

No tocante as estruturas de controle para o gerenciamento das transferências à partir da capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados, consideramos de baixa eficiência os resultados alcançados, tendo sido monitorados, in loco, apenas 02 (dois) convênios face a total deficiência de recursos humanos e materiais.

Dessa forma à partir das dificuldades e do cenário de criticidade apresentado pela Área responsável pelos Convênios da UJ/FBN, consideramos que a gestão das transferências financeiras ocorridas em 2012 se deu com eficiência, do ponto de vista do atingimento das finalidades a que os Instrumentos Conveniais se propuseram, tendo os respectivos instrumentos sido firmados com êxito nos prazos estabelecidos.

Do ponto de vista da eficácia, faz-se necessário, de forma urgente, a adoção de medidas saneadoras para a Área responsável pelo tema na UJ, com a disponibilidade de um maior quantitativo de recursos humanos, focado em algumas especificidades, como por exemplo, a necessidade de engenheiros e/ou arquitetos para o acompanhamento, in loco, dos convênios que tem por objeto obras de engenharia, de forma a poder verificar de fato se a execução vem atendendo ao proposto nos Planos de Trabalho, contador para a efetivação de adequadas e tempestivas avaliações das Prestações de Contas, bem como servidores que possam atuar no acompanhamento da gestão administrativa, via Sistema SICONV, dos convênios em execução.

A efetividade desse processo que traz como já referendado uma mudança na gestão das políticas públicas a cargo da UJ/FBN, que na avaliação dos três últimos exercícios demonstra uma alteração no seu foco de atuação, saindo de ações de execução direta, para apoiar o desenvolvimento de suas políticas à partir da transferência de recursos financeiros, por execução indireta, através da modalidade de convênios, só poderá ser de fato avaliada, como instrumento de gestão efetivo, se corrigidas e sanadas as deficiências de estrutura logística, de recursos humanos e materiais.

5.4. Suprimentos de Fundo

5.4.1.1.Suprimentos de Fundos – Visão Geral

5.4.1.2.Suprimentos de Fundos – Conta Tipo “B”

5.4.1.3.Suprimentos de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

5.4.1.4.Utilização de Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

5.4.1.5.Prestação de Contas de Suprimentos de Fundos

5.4.1.6.Análise Crítica

Referente à questão dos Suprimentos de Fundo, esses estão disponíveis para a UJ, entretanto vale ressaltar que nos últimos 4 anos essa UJ não têm se utilizado desses recursos. Portanto os itens acima mencionados não são cabíveis para maiores detalhamentos e descrição nesse relatório.

5.5. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

5.5.1. Renúncias Tributárias Sob Gestão da UJ

5.5.2. Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

5.5.3. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

5.5.4. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Física e Jurídica

5.5.5. Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

5.5.6. Prestação de contas e Renúncias de Receitas

5.5.7. Comunicações à RFB

5.5.8. Indicadores de Gestão de Renúncias de Receitas

5.5.9. Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

5.5.10. REALIZAÇÕES FISCALIZADAS PELA RFB

Referente aos itens mencionados acima, esses estão disponíveis para a UJ, que, entretanto, tem optado pela não utilização desses recursos. Portanto os itens acima mencionados não são cabíveis para maiores detalhamentos e descrição nesse relatório

5.6.GESTÃO DE PRECATÓRIOS

5.6.1. Requisições e Precatórios da Administração Direta

5.6.2. Requisições e Precatórios da Administração Indireta

5.6.3. Análise Crítica

A UJ não se utiliza desse tipo de recurso, portanto esse item não se aplica.

6.PARTE A, ITEM 6, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

6.1. Composição do Quadro dos Servidores Ativos

6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da UJ

QUADRO A.6.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos	Não há	407	1	13
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	Não há	407	1	13
1.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	Não há	378*	1	13
1.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	Não há	2	-	-
1.2.3. Servidor de carreira em exercício provisório	Não há	-	-	-
1.2.4. Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	Não há	27	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	-	-	-
3. Total de Servidores	Não há	407	1	13
Obs. * Menos 21 cedidos			21/2/2013	
Fonte: Siape				

6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva

QUADRO A.6.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12	
Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos	21
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	12
1.2. Exercício de Função de Confiança	6
1.3. Outras situações previstas em leis específicas	3*
2. Afastamentos	2
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	1
3. Removidos	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada	3
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	3
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	26
Obs. Art. 47 da Lei Complementar Nº 73/1993, Art. 5º da Lei Nº 8.682/1993, Art. 4º da Lei	
Fonte: Siape	22/fev/13

6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.4 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12					
Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	11	41	83	143	61
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	11	41	83	143	61
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	2	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão*	1	-	29	39	10
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	27	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	6	11	23	8
2.3. Funções gratificadas	0	8	18	16	2
3. Totais (1+2)	12	55	112	182	71
Obs.* 17 Sevidores nomeados e requisitados que não fazem parte do Quadro de Pessoal da FBN - 22/Fev/2012 Fonte: Siape 22/2/2013					

6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12					
Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	11	41	83	143	61
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	11	41	83	143	61
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	2	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão*	1	-	29	39	10
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	27	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	6	11	23	8
2.3. Funções gratificadas	0	8	18	16	2
3. Totais (1+2)	12	55	112	182	71
Obs.* 17 Sevidores nomeados e requisitados que não fazem parte do Quadro de Pessoal da FBN - 22/Fev/2012 Fonte: Siape 22/2/2013					

6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12									
Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	12	11	77	152	56	22	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	5	11	77	152	56	22	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	9	47	35	4	4
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	2	23	21	4	4
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	7	24	14	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	5	11	86	199	91	26	6
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1- Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização /Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada									
Fonte: Siape : 22/fev2013									

6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2012	16.551.773	422.855	1.669.233	530.336	1.109.619	1.160.630	567.968	2.546.323	929	24.559.666
2011	17.670.389	1.865.751	1.364.654	424.277	1.093.841	1.069.843	457.028	651.633	26.425	24.623.841
2010	12.483.386	102.810	1.374.377	1.566.019	719.558	1.076.999	55.438	1.677	71.778	17.452.042
Servidores com Contratos Temporários										
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
2012	1.764.529	-	125.288	40.819	52.904	56.592	19.273	68.266	2.485	2.130.156
2011	759.295	-	88.580	24.758	36.209	33.821	13.456	-	7.427	963.546
2010	1.389.418	-	115.784	154.640	22.462	60.801	-	-	-	1.743.105
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2012	2.265.852	1.486.402	285.939	73.860	138.950	153.950	189.949	-	-	4.594.902
2011	1.735.598	1.459.475	364.503	118.171	179.938	194.010	92.560	-	-	4.144.255
2010	3.095.903	1.621.014	323.535	292.911	52.720	146.765	15.818	-	-	5.548.666
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
2012	2.390.357	143.557	238.622	65.956	129.780	119.756	186.257	264.090	-	3.538.375
2011	1.840.345	167.076	255.464	84	167.549	122.482	101.611	-	226	2.654.837
2010	2.657.013	167.868	221.417	259.375	-	106.344	-	-	-	3.412.017

Fonte: Siape/Siafi

22/2/2013

6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO		
Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	116	14
1.1. Voluntária	106	13
1.2. Compulsório	0	1
1.3. Invalidez Permanente	10	2
1.4. Outras	0	-
2. Proporcional	86	27
2.1. Voluntária	66	1
2.2. Compulsória	10	0
2.3. Invalidez Permanente	10	0
2.4. Outras	0	0
3. Totais (1+2)	202	15
Fonte: Siape		22/2/2013

**6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada
Segundo o Regime de Proventos e Aposentadorias**

QUADRO A.6.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12		
Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumuladas até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	30	2
1.1. Integral	25	1
1.2. Proporcional	5	1
2. Em Atividade	28	3
3. Total (1+2)	58	2
Fonte: Siape		22/3/2013

6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.9 - ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	1	-	-	-
Concessão de aposentadoria	11	15	9	12
Concessão de pensão civil	5	5	7	3
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	11	-
Totais	17	20	27	15
Fonte: Siape				22/2/2013

6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Esse Item não se aplica.

6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Emprego Público

Esse Item não se aplica .

6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

QUADRO A.6.10 - ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos a comunicação no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	1	3	2	2
Cancelamento de concessão	-	3	1	2
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Totais	1	6	3	4
Fonte: Siape				22/2/2013

6.1.7.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

QUADRO A.6.11 - REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC				
Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	-	8	3	-
Concessão e pensão civil	-	2	3	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	1	10		-
Total	1	20	6	-
Atos Sujeitos à Comunicação do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	-	1	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	-	-	-	-
Fonte: Siape				22/2/2013

6.1.7.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

QUADRO A.6.12 - ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)				
Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	-	-	-	-
Outros atos fora do SISAC (especificar)	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-
Fonte: Siape			22/2/2013	

6.1.7.3. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

QUADRO A.6.13 - ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO				
Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	2	1		
Concessão de pensão civil	-	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	2	1	-	-

Fonte: Siape 22/2/2013

6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Este Item não se aplica.

6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	72	76	81	86	583.197
1.1. Área Fim	70	75	80	85	570.995
1.2. Área Meio	2	1	1	1	12.202
2. Nível médio	0	0	0	3	4.398
2.1. Área Fim	0	2	0	3	4.398
2.2. Área Meio	0	-	0	0	-
3. Total (1+2)	72	27	81	88	587.595
Fonte: Siape					22/2/2013

6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades de Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.3 - DETALHAMENTO ESTRUTURAL DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)				
Tipologias dos Cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	57	54	15	8
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	57	54	15	8
1.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	2	2	4
1.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	1	-
1.2.3. Servidor de outros órgãos e esferas	-	27	3	1
1.2.4. Sem vínculo	-	13	8	3
1.2.5. Aposentados	-	4	1	-
2. Funções Gratificadas	46	45	9	5
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	46	45	9	5
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em cargo e em função (1+2)	103	99	24	13
Fonte: Siape			22/2/2013	

6.2.2. Informações sobre Substituição de Terceirizados em Decorrência da realização de Concurso Público

6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.

6.2.4. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome:FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL													
UG/Gestão: 344042/34209						CNPJ: 40.176.679/0001-99							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	04-2010	33.584.665/0001-49	01/07/10	30/06/13	44	44					P
2010	L	O	05-2010	33.584.665/0001-49	01/07/10	30/06/13	9	9					P
2010	V	O	07-2010	02.060.306/0001-69	06/09/10	30/08/13	57	57					P
2010	V	O	25-2010	07.332.978/0001-33	30/12/10	30/12/13	8	8					P

Observação: Contratos 04-2010 e 07-2010 referem-se a prestação de serviços realizados no Rio de Janeiro-RJ. Contratos 05-2010 e 25-2010 referem-se a prestação de serviços realizados em Brasília-DF.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: CGPA/Contratos e Licitações

6.2.5. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL													
UG/Gestão: 344042/34209							CNPJ: 40.176.679/0001-99						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	2	O	05-2009	08.157.523/0001-58	01/09/09	31/08/13			6	6			P
2009	9	O	06-2009	68.565.530/0001-10	01/09/09	31/08/13			6	6	1	1	P
2009	4	O	07-2009	68.565.530/0001-10	01/09/09	31/08/13	3	3					P
2009	5	O	07-2009	68.565.530/0001-10	01/09/09	31/08/13			12	12			P
2009	7	O	07-2009	68.565.530/0001-10	01/09/09	31/08/13			2	2			P
2009	11	O	07-2009	68.565.530/0001-10	01/09/09	31/08/13	9	9	170	170	26	26	P
2009	11	O	08-2009	08.157.523/0001-58	01/09/09	31/08/13			14	14	3	3	P
2009	3	O	09-2009	68.565.530/0001-10	01/09/09	31/08/13					16	16	P
2010	10	O	24-2010	04.075.374/0001-27	30/12/10	30/12/13			12	12			P

Observação: Contrato 05-2009 refere-se a prestação de serviços terceirizados na condução de veículos da FBN (Motoristas). Contrato 06-2009 refere-se a prestação de serviços terceirizados de manutenção predial (Engenheiro, Técnicos em Eletricidade, Hidráulica e Refrigeração) Contrato 07-2009 refere-se a prestação de serviços terceirizados de Apoio Administrativo, Copeiragem, Recepção, Telefonia, Jardinagem e Mensageiro. Contrato 08-2009 refere-se a prestação de serviço terceirizado de Secretariado. Contrato 09-2009 refere-se a prestação de serviço de digitalização (Analista de Sistema). Contrato 24-2010 refere-se a prestação de serviço de brigada de incêndio.

LEGENDA

Área:

2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem
5. Recepção
7. Telecomunicações
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: CGPA/Contratos e Licitações

6.2.6. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	72	76	81	86	583.197
1.1. Área Fim	70	75	80	85	570.995
1.2. Área Meio	2	1	1	1	12.202
2. Nível médio	0	0	0	3	4.398
2.1. Área Fim	0	2	0	3	4.398
2.2. Área Meio	0	-	0	0	-
3. Total (1+2)	72	27	81	88	587.595
Fonte: Siape					22/2/2013

7 Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.

7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

(a) Instrução Normativa n.3 de 15 de maio de 2008.

(b) A frota de veículos pertencentes a esta Fundação Biblioteca Nacional tem como impacto e importância atender a Presidência, Diretoria, Servidores (em representação a Instituição) e transporte de materiais.

(c) A frota de veículos desta Fundação Biblioteca Nacional é constituída de 7 viaturas e divididas em 3 grupos: 2 carros à disposição da Presidência e Diretoria, 4 carros para atender Servidores e transportes de materiais e 1 carro pertencente a Biblioteca Demonstrativa de Brasília.

(d) Média de quilômetros rodados em 2012 por grupo:

-Presidência e Diretoria: 36.737 KM rodados -Servidores e transporte de materiais: 25.18 KM rodados

(e) Idade média por grupo de veículos:

-Presidência e Diretoria: 12 anos

-Servidores e transporte de materiais: 18 anos

(f) Gastos associados a manutenção da frota em 2012:

-Seguro: 7.676,67 reais (incluso carro de Brasília) -Oficina (manutenção preventiva e corretiva): 27.195,72 reais

-Combustível: 23.810,02 reais

(g) Inexistente

(h) Inexistente

(i) A estrutura de controle é feita em cima das requisições de viaturas, controle de quilometragem e contrato de manutenção preventiva e corretiva para as viaturas desta Fundação Biblioteca Nacional.

7.2. Gestão de Patrimônio Imobiliário

7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADROS ENVIADOS PELA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL/FBN EM RESPOSTA:

Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Distrito Federal	1	1
	Brasília	1	1
	município 2		
	município “n”		
	Rio de Janeiro	4	4
	Rio de Janeiro	4	4
	município 2		
município “n”			
Subtotal Brasil		5	5
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
cidade “n”			
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		5	5

Fonte: Núcleo de Patrimônio da Fundação Biblioteca Nacional/FBN.

7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Locados de Terceiros

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte: Núcleo de Patrimônio da Fundação Biblioteca Nacional/FBN.

7.2.3. Distribuição dos Bens Imóveis

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
34404 2	6001.01174.500.3	21	5	35.177.517,90	26/09/2011	46.971.079,47	28.176,02	-
34404 2	6001.01170.500.1	21	5	2.709.535,29	26/09/2011	10.898.891,99	103.152,71	167.609,27
34404 2	6001.01171.500.7	21	4	178.400,00	26/09/2011	985.008,13	11.620,00	-
34404 2	6001.01194.500.2	21	3	29.815,06	26/09/2011	514.885,08	-	-
34404 2	6001.01254.500.8	21	3	3.533,64	26/09/2011	63.321,59	-	-
34404 2	6001.01255.500.3	21	3	5.529,10	26/09/2011	88.985,60	-	-
34404 2	6001.01256.500.9	21	3	5.932,80	26/09/2011	96.851,77	-	-
34404 2	6001.01257.500.4	21	3	2.824,20	26/09/2011	51.137,04	-	-
34404 2	6001.01258.500.0	21	3	52.315,64	26/09/2012	136.447,35	-	-
34404 2	9701.01430.500.5	21	5	183.543,92	26/09/2011	628.888,65	-	-
Total							142.948,73	167.609,27

Fonte: Núcleo de Patrimônio da Fundação Biblioteca Nacional/FBN.

OBS.: OS BENS IMÓVEIS DE RESPONSABILIDADE DESTA UJ, ENCONTRAM-SE DEVIDAMENTE REGISTRADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO – SPIUNET.

8. PARTE 8, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012
 QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.

	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
<p>Para o item 6 a instituição não implementou formalmente a gestão da Segurança da Informação;</p> <p>Para o item 7 a instituição não possui processo de <i>software</i> definido;</p> <p>Para o item 8 a instituição ainda não definiu sua Carta de Serviços ao Cidadão para posterior publicação;</p> <p>A área Tecnologia da Informação e Comunicação não está contemplada na estrutura regimental vigente da FBN;</p>	

8.2 ANÁLISE CRÍTICA

Muitos dos objetivos definidos para 2012 foram alcançados, porém o impacto maior dessas atividades será no exercício de 2013, com a operacionalização do *Data Center* e implementação das melhores práticas de Governança de TI baseadas no ITIL e Cobit. Em 2012 foram realizados diversos investimentos que permitiram melhorar a infraestrutura e a capacidade de atendimento, entretanto em 2013 há necessidade de focar os novos investimentos, na qualificação de servidores e na aquisição de produtos e serviços relacionados às soluções de software. No ano de 2012 muitas responsabilidades foram incorporadas à Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação, e estas tendem a aumentar cada vez mais, dado o cenário de crescimento e importância da TI, no entanto o quadro de funcionários é insuficiente para atender as demandas da Instituição além da área não estar contemplada na estrutura regimental vigente. Todo esse crescimento não foi seguido de qualificação e aumento do número de servidores, devendo essa carência ser sanada de forma a evitar que esta impacte na qualidade dos serviços e no ritmo de crescimento.

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 		X			
PAPEL					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	X				
		Sim ()		Não ()	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 		X			
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p><i>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
Considerações Gerais:					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	2.999	2.217	2.729	24.261,91	20.817,63	25.625,31
Água	11098,3	14907,9	11527,3	151.865,43	180.247,54	130.939,06
Energia Elétrica	2.123.192	2.386.152	2.517.270	1.071.125,86	1.124.011,62	1.184.106,74
			Total	1.247.253,20	1.325.076,79	1.340.671,11

Fonte: CGPA

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

10.1.1. Deliberações da TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa: Fundação Biblioteca Nacional – FBN					Código SIORG 000984
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	011.022/2012-4	3757/2012-1ª Câmara	1.7		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Fundação Biblioteca Nacional – FBN					Código SIORG 000984
Descrição da Deliberação: 1.7. Determinar à Fundação Biblioteca Nacional que no prazo de 60 dias, providencie o encaminhamento, por meio do Sistema Sisac, de novo ato concessório devidamente corrigido.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação Coordenação-Geral de Planejamento e Administração da FBN					Código SIORG 000984
Síntese da providência adotada: A Fundação Biblioteca Nacional adotou as providências, cumprindo a determinação do TCU.					
Síntese dos resultados obtidos: Com essas providências, foram cumpridas as exigências do controle externo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor Positivamente, visto que foram realizadas gestões no sentido de cumprimento da determinação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	011.022/2012-4	3757/2012-1ª Câmara	1.8		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Descrição da Deliberação:					
<p>1.8. Orientar o Órgão de Pessoal da Fundação Biblioteca Nacional que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração da FBN					000984
Síntese da providência adotada:					
A Fundação Biblioteca Nacional observou a orientação.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Com essas providências, foram cumpridas as exigências do controle externo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Positivamente, visto que foram realizadas gestões no sentido de cumprimento da orientação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	009.902/2005-6	6692/2012-2ª Câmara	9.4		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Descrição da Deliberação:					
<p>9.4. determinar à Fundação Biblioteca Nacional - FBN que:</p> <p>9.4.1. realize o levantamento dos valores percebidos pela FMC com a venda dos livros "Catálogo dos Quinhentistas Portugueses" e "Poesia Sempre - Ferreira Gullar - nº 18", tomando as providências necessárias para ressarcir os cofres públicos, caso seja configurada a apropriação desses valores pela Fundação Miguel de Cervantes, e, ainda, encaminhe informações a respeito do assunto nas próximas contas;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração da FBN					000984
Síntese da providência adotada:					
A Fundação Biblioteca Nacional, em 2005, realizou o levantamento, ocasião em que verificada a regularidade dos procedimentos.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Com essas providências, foram cumpridas as exigências do controle externo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Positivamente, visto que foram realizadas gestões no sentido de cumprimento da determinação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	009.902/2005-6	6692/2012-2ª Câmara	9.4		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Descrição da Deliberação:					
<p>9.4. determinar à Fundação Biblioteca Nacional - FBN que:</p> <p>9.4.2. tome providências cabíveis, observando a necessidade de oportunizar defesa à empresa, para reaver o valor de R\$ 7.800,00 pago em duplicidade (2003NE902439 e 2004NE900289), referente aos serviços prestados pela Fundação Palavra Mágica (processos 01430.001952/2003-11 e 01430.00184/2004-42), uma vez que os processos de contratação cuidam do mesmo objeto e, ainda, encaminhe informações a respeito do assunto nas próximas contas;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração da FBN					000984
Síntese da providência adotada:					
A Fundação Biblioteca Nacional, já em 2005 providenciou o ressarcimento do citado valor.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Com essas providências, foram cumpridas as exigências do controle externo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Positivamente, visto que foram realizadas gestões no sentido de cumprimento da determinação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	009.902/2005-6	6692/2012-2ª Câmara	9.4		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Descrição da Deliberação:					
<p>9.4. determinar à Fundação Biblioteca Nacional - FBN que:</p> <p>9.4.3. avalie o quantitativo de servidores necessário para o desempenho das suas competências e encaminhe, se for o caso, solicitação para criação de vagas e realização de concurso público aos órgãos competentes;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração da FBN					000984
Síntese da providência adotada:					
A Fundação Biblioteca Nacional observou a orientação.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Com essas providências, foram cumpridas as exigências do controle externo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Positivamente, visto que foram realizadas gestões no sentido de cumprimento da determinação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	009.902/2005-6	6692/2012-2ª Câmara	9.5		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Descrição da Deliberação:					
<p>9.5. alertar à Fundação Biblioteca Nacional para que, em cumprimento a dispositivos legais e normativos, e com vistas a evitar falhas semelhantes às verificadas em sua gestão do exercício de 2004:</p> <p>9.5.1. ausência de identificação dos veículos de propriedade da fundação, em desacordo com o disposto na IN/SLTI/MP/03/2008;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração da FBN					000984
Síntese da providência adotada:					
A Fundação Biblioteca Nacional, já em 2005 providenciou o cumprimento da determinação.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Com essas providências, foram cumpridas as exigências do controle externo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Positivamente, visto que foram realizadas gestões no sentido de cumprimento da determinação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	009.902/2005-6	6692/2012-2ª Câmara	9.5		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Descrição da Deliberação:					
<p>9.5. alertar à Fundação Biblioteca Nacional para que, em cumprimento a dispositivos legais e normativos, e com vistas a evitar falhas semelhantes às verificadas em sua gestão do exercício de 2004:</p> <p>9.5.2. impropriedades em processos de concessão de diárias, relacionadas à ausência de canhotos dos cartões de embarque, em desacordo com o disposto no art. 3º da Portaria MPOG 98/2003;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração da FBN					000984
Síntese da providência adotada:					
A Fundação Biblioteca Nacional observou ao alerta desde 2005.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Com essas providências, foram cumpridas as exigências do controle externo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Positivamente, visto que foram realizadas gestões no sentido de cumprimento do alerta.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	009.902/2005-6	6692/2012-2ª Câmara	9.5		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Descrição da Deliberação:					
<p>9.5. alertar à Fundação Biblioteca Nacional para que, em cumprimento a dispositivos legais e normativos, e com vistas a evitar falhas semelhantes às verificadas em sua gestão do exercício de 2004:</p> <p>9.5.3. ausência de justificativas para a realização de cursos de capacitação e treinamentos que implicaram despesas de diárias e passagens, em desatenção aos princípios da economicidade e da motivação;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração da FBN					000984
Síntese da providência adotada:					
A Fundação Biblioteca Nacional observou ao alerta já desde 2005.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Com essas providências, foram cumpridas as exigências do controle externo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Positivamente, visto que foram realizadas gestões no sentido de cumprimento do alerta.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	009.902/2005-6	6692/2012-2ª Câmara	9.5		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Descrição da Deliberação:					
<p>9.5. alertar à Fundação Biblioteca Nacional para que, em cumprimento a dispositivos legais e normativos, e com vistas a evitar falhas semelhantes às verificadas em sua gestão do exercício de 2004:</p> <p>9.5.4. falhas nos processos administrativos de sindicância e disciplinares, em especial, aos prazos estabelecidos nos arts. 145, parágrafo único, e 152, ambos da Lei 8.112/90;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração da FBN					000984
Síntese da providência adotada:					
A Fundação Biblioteca Nacional observou ao alerta desde 2010.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Com essas providências, foram cumpridas as exigências do controle externo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Positivamente, visto que foram realizadas gestões no sentido de cumprimento do alerta.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	009.902/2005-6	6692/2012-2ª Câmara	9.5		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Descrição da Deliberação:					
<p>9.5. alertar à Fundação Biblioteca Nacional para que, em cumprimento a dispositivos legais e normativos, e com vistas a evitar falhas semelhantes às verificadas em sua gestão do exercício de 2004:</p> <p>9.5.5. não repetição do convite, após ausência de número mínimo de três propostas válidas para o prosseguimento do certame, em desacordo com art. 22, § 3º, da Lei Licitações, e Súmula TCU 248, sendo ressalvadas as hipóteses previstas no § 7º, do art. 22, da Lei de Licitações;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração da FBN					000984
Síntese da providência adotada:					
A Fundação Biblioteca Nacional observou ao alerta do controle externo já desde 2005.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Com essas providências, foram cumpridas as exigências do controle externo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Positivamente, visto que foram realizadas gestões no sentido de cumprimento do alerta.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	009.902/2005-6	6692/2012-2ª Câmara	9.5		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Descrição da Deliberação:					
<p>9.5. alertar à Fundação Biblioteca Nacional para que, em cumprimento a dispositivos legais e normativos, e com vistas a evitar falhas semelhantes às verificadas em sua gestão do exercício de 2004:</p> <p>9.5.6. limitação de competitividade devido à indicação de marca em carta-convite, em desobediência ao art. 15, § 7º, I, da Lei 8.666/1993;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração da FBN					000984
Síntese da providência adotada:					
A Fundação Biblioteca Nacional observou ao alerta do controle externo já desde 2005..					
Síntese dos resultados obtidos:					
Com essas providências, foram cumpridas as exigências do controle externo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Positivamente, visto que foram realizadas gestões no sentido de cumprimento do alerta.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	009.902/2005-6	6692/2012-2ª Câmara	9.5		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Descrição da Deliberação:					
<p>9.5. alertar à Fundação Biblioteca Nacional para que, em cumprimento a dispositivos legais e normativos, e com vistas a evitar falhas semelhantes às verificadas em sua gestão do exercício de 2004:</p> <p>9.5.7. ausência, no termo de referência das licitações na modalidade Pregão, de orçamento estimativo em planilhas de quantitativos e preços unitários, em desacordo com o previsto no art. 40, § 2º da Lei de Licitações e arts. 8º, inciso II, c/c 21, inciso II, do Decreto 3.555/2000;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração da FBN					000984
Síntese da providência adotada:					
A Fundação Biblioteca Nacional observou ao alerta do controle externo já desde 2005.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Com essas providências, foram cumpridas as exigências do controle externo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Positivamente, visto que foram realizadas gestões no sentido de cumprimento do alerta.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	009.902/2005-6	6692/2012-2ª Câmara	9.5		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Descrição da Deliberação:					
<p>9.5. alertar à Fundação Biblioteca Nacional para que, em cumprimento a dispositivos legais e normativos, e com vistas a evitar falhas semelhantes às verificadas em sua gestão do exercício de 2004:</p> <p>9.5.8. utilização indevida de contrato [para a prestação de serviços técnico-operacionais (Pregão 12/2004)] de promoção, organização e coordenação de eventos institucionais e culturais, em desacordo com o § 1º do art. 54 c/c art. 66 da Lei de Licitações;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração da FBN					000984
Síntese da providência adotada:					
A Fundação Biblioteca Nacional observou ao alerta do controle externo já desde 2005.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Com essas providências, foram cumpridas as exigências do controle externo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Positivamente, visto que foram realizadas gestões no sentido de cumprimento do alerta.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	009.902/2005-6	6692/2012-2ª Câmara	9.5		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Descrição da Deliberação:					
<p>9.5. alertar à Fundação Biblioteca Nacional para que, em cumprimento a dispositivos legais e normativos, e com vistas a evitar falhas semelhantes às verificadas em sua gestão do exercício de 2004:</p> <p>9.5.9. contratação emergencial da Empresa Gabriel Gabino Engenharia Ltda., para execução de serviços na rede elétrica do edifício sede da fundação, em consequência da não realização de avaliação periódica das condições de manutenção das instalações prediais da entidade;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração da FBN					000984
Síntese da providência adotada:					
A Fundação Biblioteca Nacional observou ao alerta do controle externo já desde 2005.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Com essas providências, foram cumpridas as exigências do controle externo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Positivamente, visto que foram realizadas gestões no sentido de cumprimento do alerta.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	009.902/2005-6	6692/2012-2ª Câmara	9.5		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Descrição da Deliberação:					
<p>9.5. alertar à Fundação Biblioteca Nacional para que, em cumprimento a dispositivos legais e normativos, e com vistas a evitar falhas semelhantes às verificadas em sua gestão do exercício de 2004:</p> <p>9.5.10. ausência de justificativas de preços em processo de contratação direta, em desacordo com o disposto no parágrafo único do art. 26 da Lei de Licitações;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração da FBN					000984
Síntese da providência adotada:					
A Fundação Biblioteca Nacional observou ao alerta do controle externo já desde 2005.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Com essas providências, foram cumpridas as exigências do controle externo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Positivamente, visto que foram realizadas gestões no sentido de cumprimento do alerta.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	009.902/2005-6	6692/2012-2ª Câmara	9.5		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Descrição da Deliberação:					
<p>9.5. alertar à Fundação Biblioteca Nacional para que, em cumprimento a dispositivos legais e normativos, e com vistas a evitar falhas semelhantes às verificadas em sua gestão do exercício de 2004:</p> <p>9.5.11. fracionamento de despesas, em desobediência ao art. 23, § 5º, da Lei 8.666/1993;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração da FBN					000984
Síntese da providência adotada:					
A Fundação Biblioteca Nacional observou ao alerta do controle externo já desde 2005.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Com essas providências, foram cumpridas as exigências do controle externo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Positivamente, visto que foram realizadas gestões no sentido de cumprimento do alerta.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	009.902/2005-6	6692/2012-2ª Câmara	9.5		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Descrição da Deliberação:					
<p>9.5. alertar à Fundação Biblioteca Nacional para que, em cumprimento a dispositivos legais e normativos, e com vistas a evitar falhas semelhantes às verificadas em sua gestão do exercício de 2004:</p> <p>9.5.12. ausência de justificativas nos processos, em casos de pernoite de veículos da fundação fora de suas dependências;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração da FBN					000984
Síntese da providência adotada:					
A Fundação Biblioteca Nacional observou ao alerta do controle externo já desde 2005.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Com essas providências, foram cumpridas as exigências do controle externo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Positivamente, visto que foram realizadas gestões no sentido de cumprimento do alerta.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	009.902/2005-6	6692/2012-2ª Câmara	9.5		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN					000984
Descrição da Deliberação:					
<p>9.5. alertar à Fundação Biblioteca Nacional para que, em cumprimento a dispositivos legais e normativos, e com vistas a evitar falhas semelhantes às verificadas em sua gestão do exercício de 2004:</p> <p>9.5.13. responsáveis arrolados nas contas com natureza de responsabilidade diversa das definidas nos normativos do TCU que tratam do assunto;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração da FBN					000984
Síntese da providência adotada:					
A Fundação Biblioteca Nacional observou ao alerta do controle externo já desde 2005.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Com essas providências, foram cumpridas as exigências do controle externo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Positivamente, visto que foram realizadas gestões no sentido de cumprimento do alerta.					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.10.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

QUADRO A.10.2 - Todas as recomendações, deliberações e determinações do Tribunal de Contas da União, relativas ao exercício de 2012, foram atendidas.

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.6.13 - ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO				
Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	2	1		
Concessão de pensão civil	-	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	2	1	-	-
Fonte: Siape			22/2/2013	

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.10.4 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN			000984
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria nº 201109318	1.1.1.1	Ofício nº 25.391 DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN			000984
Descrição da Recomendação:			
<p>Proceder aos registros referentes ao cadastramento, acompanhamento, cronogramas físico-financeiro, liberação de recursos, pagamentos, dentre outros pertinentes, no SICONV, em conformidade com o que prevêm os arts. 3º, 50º, §2º e §3º, 53º, §1º e §3º, e outros pertinentes da Portaria Interministerial nº 127/2008, efetuando gestões junto ao MPOG com vistas à regularização.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Convênios da FBN			000984
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>Conforme já explanado em resposta à Solicitação de Auditoria da CGU/RJ quanto a este ponto, quando em trabalho de campo nesta Fundação (FBN) ao longo do corrente ano, existe uma inviabilidade operacional no SICONV referente à consecução dos procedimentos aqui elencados. Para o saneamento de tais inconsistências operacionais, serão promovidas gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) com o intuito de se alcançar a solução da citada inoperabilidade.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>Negativamente, visto que há uma inviabilidade operacional. Neste caso, depende do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Gestões já foram feitas junto ao citado ministério com o intuito de se alcançar a solução de implementação da recomendação.</p>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN			000984
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria nº 201109318	2.1.1.1	Ofício nº 25.391 DRCUT/DR/SFC/CGU- PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN			000984
Descrição da Recomendação:			
<p>Analisar a prestação de contas parcial relativa à 2ª parcela dos recursos transferidos em 29/06/2010, no valor total de R\$ 4,7 milhões, solicitada por esta CGU-Regional/RJ e não remetida tempestivamente pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, adotando as providências cabíveis previstas nos arts. 56 a 60 da Portaria Interministerial n.º 127/2008, como condição para a utilização da terceira parcela liberada à conta específica do convênio, no valor de R\$ 6 milhões.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Convênios da FBN			000984
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>A referenciada prestação de contas parcial está sob análise. Registre-se que o convênio está vigente até dezembro de 2013.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>Positivamente, visto que gestões estão sendo realizadas no sentido de implementação da recomendação.</p>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN			000984
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria nº 201109318	2.2.2.3.	Ofício nº 25.391 DRCUT/DR/SFC/CGU- PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional – FBN			000984
Descrição da Recomendação:			
Realizar novo processo licitatório, tendo em vista o término da vigência do contrato nº 07/2010, em 31/08/2011, na modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para a contratação de serviços de vigilância, com ampla divulgação pelos meios de comunicação pertinentes, sem prejuízo dos serviços de vigilância necessários ao desempenho das atividades e necessidades da FBN.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração - CGPA			000984
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>O contrato foi prorrogado, enquanto que a Coordenação de Administração e Divisão de Manutenção Administrativa estão definindo os tipos e quantidades de postos a serem contratados na futura licitação. Uma vez que a FBN passará a ter novo horário de funcionamento (abertura aos domingos e feriados para o público freqüentador, exposições e vistas guiadas etc), providências estão sendo adotadas para elaboração de Termo de Referência e Edital para a realização de um novo procedimento licitatório.</p> <p>A minuta do Edital foi encaminhado para a CGU/RJ para análise prévia, em atendimento à recomendação proposta. Aguarda-se, então, a manifestação da CGU/RJ sobre a matéria (Comunicado Interno CGPA nº 05, de 10/01/2012 – CI-Contratos nº 10, de 7/1/2013 – Doc. 4).</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Positivamente, visto que gestões estão sendo realizadas no sentido de implementação da recomendação.			

10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna da entidade, bem como sobre o tratamento de recomendações por ela expedidas.

a) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada; como é feita a escolha do titular; qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da Unidade Jurisdicionada - UJ;

- *A Unidade de Auditoria Interna é diretamente ligada à Presidência da Fundação, que tem a prerrogativa de escolha do Auditor-Chefe e a efetivação da nomeação é mediante a concordância da Controladoria Geral da União, conforme definido em legislação própria e, ainda, constante do Estatuto da Fundação Biblioteca Nacional.*
- *A estrutura administrativa da Auditoria Interna é, atualmente, composta pelo Auditor-Chefe, um (01) servidor, uma (01) Secretária e um (01) apoio, sendo estes dois terceirizados.*
- *A Auditoria Interna, visando garantir a observância aos princípios de dignidade e moralidade da gestão pública, realiza os seus trabalhos com o empenho de melhor cumprimento ao objetivo maior – assessoramento à Administração no alcance dos objetivos e metas propostos – dando-se ênfase em:*
 - Assessorar a Administração Superior;
 - Assistir aos órgãos de Controle Interno e Externo;
 - Aferir a eficiência e eficácia dos controles internos;
 - Elaborar o Plano de Auditoria para o exercício seguinte;
 - Executar o PAINT, entre outros.

b) Avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da unidade identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos inerentes aos processos relevantes da unidade;

Os trabalhos realizados pela Auditoria Interna privilegiam o assessoramento da gestão, em especial a orientação na implantação de mecanismos de controle interno com vistas a garantir a observância da legalidade e o incremento da eficiência, eficácia e economicidade dos atos praticados.

Em decorrência dos trabalhos realizados, verificou-se que os controles internos são satisfatórios, mas carecem de aprimoramento e, ainda, de instrumentalização em diversas áreas.

Evidencia-se a necessidade de o desenvolvimento e a implantação do Regimento Interno, bem como de Manual de Controles Internos, de forma que sejam detalhados os processos, as rotinas e os procedimentos. O primeiro, em atendimento à legislação e o segundo, em razão do ingresso de novos funcionários e do volume e complexidade das atividades desta Fundação.

Execução Orçamentária - Apresenta níveis de controle bons, mesmo porque são realizados mediante o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Os procedimentos estão coerentes com relação aos controles internos no que diz respeito à responsabilidade de execução das tarefas, à responsabilidade de aprovações e alterações compatíveis com a segregação de tarefas, aos meios para monitorar, identificar e minimizar conflitos potenciais.

Recursos Humanos - Os procedimentos utilizados na área de recursos humanos estão compreendidos dentro de razoável adequabilidade de controle, especialmente da folha de pagamento e do cadastro de pessoal.

Processos licitatórios - Os trabalhos realizados pela Auditoria Interna, em consonância com o PAINT e Decisão Executiva/FBN nº 20, de 13 de agosto de 2007, que atribuiu à auditoria interna a “análise prévia, a emissão de opinião e/ou orientações que possam subsidiar a Direção da Fundação Biblioteca Nacional nas homologações de processos”, bem como recomendações e determinações dos Órgãos de Controle Interno e Externo, embora não permitam expressar opinião na plenitude requerida pelos normativos dos órgãos de Controle Interno e Externo, possibilitou verificar a regularidade dos procedimentos adotados.

Todavia, identificaram-se oportunidades de melhorias na instrução processual, especialmente nas justificativas dos orçamentos que servem de base aos processos de licitação. A instrução dos processos de contratação decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação necessita ser aprimorada com vistas a incorporar todos os elementos exigidos em lei, tais como: pesquisa de mercado que suporta a estimativa de custos, planilhas de formação de preços, adequada caracterização da situação de dispensa ou de inexigibilidade de licitação; há necessidade de acréscimo e capacitação dos recursos humanos com vistas a permitir a segregação de funções nas áreas de contratação e gestão de contratos; bem como na desconcentração do processo decisório.

Convênios - A Fundação Biblioteca Nacional, conforme se verifica, inclusive pela análise do Relatório de Gestão, no exercício de 2012, realizou convênios como concedente de recursos. Foram verificados a formalização de instrumentos, a oportunidade, porém carecendo de maior acompanhamento e fiscalização por parte do concedente dos recursos.

c) Descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UJ, das recomendações da auditoria interna;

- *A Auditoria Interna busca identificar eventuais constatações pelos órgãos de controle interno e externo, normas, rotinas e procedimentos existentes, com vistas a avaliar a adequabilidade dos mecanismos de controle interno e oferecer subsídios para a implementação, quando inexistente, ou para sua melhoria.*
- *Assim, as atividades de auditoria são conduzidas de acordo com a seguinte metodologia:*
 - *Planejamento do trabalho;*
 - *Revisão de procedimento;*

- *Avaliação dos controles;*
- *Emissão de notas de auditoria; e*
- *Emissão de relatórios de auditoria.*

O acompanhamento das recomendações da Auditoria Interna é feito pela reanálise dos processos examinados. Ou seja, verificando se foram sanadas as falhas e impropriedades constantes dos mesmos e mencionados em relatórios de auditoria.

Em conformidade com os acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que as recomendações, sugestões e orientações exaradas por esta Auditoria Interna foram objeto de ações visando o cumprimento das mesmas. Cabe salientar que ainda estão em curso implementações de recomendações propostas.

Em decorrência e em conformidade com os acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que as recomendações exaradas pelo Órgão de Controle Interno do Poder Executivo foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas, conforme demonstrado no Relatório de Gestão desta Unidade. Cabe salientar que estão em curso implementações de recomendações propostas pelo Órgão de Controle Interno.

d) Informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

A metodologia adotada pela auditoria interna é a implementação do planejado no PAINTE. Mesmo com a carência de pessoal, busca-se atuar proativamente no assessoramento à Presidência. No que tange ao escopo do trabalho, quando definido o PAINTE neste já se menciona e define em que se vai atuar e selecionam-se os processos, quando é o caso, de forma aleatória, porém observando-se a sua materialidade e relevância ao que propõe quanto à aquisição de bens e serviços.

Ainda não temos um Sistema Específico de Auditoria para o desejado acompanhamento com procedimentos que possam contemplar técnicas, detalhamento e testes para atingimento dos objetivos. Buscamos aprimorar tal procedimento por meio de arquivo de planilha do word ou excel. Enquanto não se tem o desejável, trabalhe-se na forma elementar.

e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;

Todos os relatórios de auditoria são encaminhados à Presidência da Fundação e a setores específicos em que se esteja atuando – realizando auditoria. Dessa forma, cobra-se a implementação das recomendações elencadas dos setores auditados e, quando necessário, da Presidência. Portanto, a Presidência tem o conhecimento da realização e do resultado dos trabalhos. Assim, realiza-se, periodicamente, o acompanhamento das anotações e relatos sobre os fatos apontados, mediante a instrumentalização de follow-up.

f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;

A Fundação Biblioteca Nacional não possui Conselho Fiscal, Conselho de Administração ou Órgão Fiscalizador de Atividades. Entretanto, registra-se que, mediante os acompanhamentos realizados, verificou-se que as decisões e/ou recomendações exaradas pelo Ministério da Cultura – Órgão Supervisor -, bem como pela Assessoria Especial de Controle Interno naquela Pasta, foram objetos de ações com vistas ao devido cumprimento.

Registra-se que todas as recomendações, determinações e solicitações expedidas pelos Órgãos de Controle Interno – Controladoria Geral da União e Externo - Tribunal de Contas da União - são objeto de ações tempestivas com vistas ao seu cumprimento.

g) Informações gerenciais sobre a execução do plano de trabalho do exercício de referência das contas (trabalhos relevantes realizados no exercício e principais constatações).

Os trabalhos de auditoria interna foram focados no acompanhamento sistemático da gestão – áreas fim e meio – dando-se ênfase aos projetos executados sob a responsabilidade da Fundação, visando avaliar a utilização e aplicação dos recursos financeiros, alocados ao Órgão.

1) As atividades da unidade de auditoria interna, no exercício sob comento, foram, conforme visão atual, de assessoria/consultoria, com atuação compatível com a plataforma estabelecida pelo Governo, não se resumindo apenas na complementaridade da atuação da Secretaria Federal de Controle Interno e Tribunal de Contas da União.

- *A auditoria interna, com uma nova forma de atuar, além de focar os aspectos formais de cumprimento de regras e normas (controle formal), da ênfase na busca de erros (controle de erros), atuou também como consultoria e assessoria à Administração da Entidade.*

- *A Auditoria Interna, ao longo do exercício de 2012, procurou sempre atuar em observância às orientações emanadas pela CGU/PR – Instruções Normativas IN/SFC nº 01/2001, IN/CGU nº 01/2003, IN/CGU nº 07/2006 e IN/CGU nº 01/2007, que definem conceitos, diretrizes e estabelecem às Normas de Auditoria do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, bem como a obrigatoriedade de avaliação, por meio do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN, do desempenho das unidades de auditoria interna das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, além das determinações do Tribunal de Contas da União.*

Atividades diversas (assessoria e apoio) - Foram executadas as atividades, adiante descritas, mediante os trabalhos de auditoria realizados anteriormente pela Controladoria-Geral da União no Rio de Janeiro e os resultados alcançados pelas diversas áreas da Fundação, de acordo com os princípios da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, entre outras:

- Exame dos sistemas dos controles internos existentes, de forma a comprovar a legalidade e probidade dos atos de gestão praticados;
- Apoio à Assessoria Especial de Controle Interno no Ministério da Cultura na apuração de fatos específicos, fornecendo-lhe dados e elementos necessários para subsidiar o exercício das atribuições conferidas à Assessoria do Ministro;

- Apoio no atendimento às solicitações do TCU e CGU no exercício da função de auditoria/fiscalização, encaminhando às áreas as solicitações, acompanhando o seu atendimento em tempo hábil;
- Emissão do RAIN/2011;
- Acompanhamento sistemático das respostas às recomendações constantes nos Relatórios de Auditoria até que sejam satisfatoriamente atendidas;
- Emissão de Pareceres de Auditoria;
- Emissão de Notas de Auditoria;
- Emissão de Informes de Auditoria;
- Emissão de comunicado Interno;
- Emissão de Solicitação de Auditoria; e
- Preparação do PAINT para o exercício de 2013, entre outras atividades.

Auditorias realizadas (09)

Foram executadas as atividades de auditorias de Acompanhamentos e Auditorias Especiais, conforme previsto no PAINT/2012 e demandas internas e externas, resultando no se segue:

Relatório de Auditoria nº 01/2012 - Follow-up:

Foi realizada Ação de Controle denominada de Follow-up sobre os relatórios e notas de auditorias realizadas, no âmbito desta Fundação, que teve como objeto a verificação e certificação quanto à implementação das recomendações, observando-se quanto a sua efetividade. Foram realizados 8 trabalhos de auditoria no exercício de 2011. Ainda, sobre as contas de 2011 não houve realização de trabalho pela CGU/RJ, uma vez que a FBN foi dispensada pelo TCU de apresentar processo de prestação de contas.

Relatório de Auditoria nº 02/2012 – Auditoria de Acompanhamento em convênios:

Esta ação de controle teve por objetivo a verificação da consistência das transferências realizadas no período, os procedimentos adotados e, ainda, as ações de implementação das recomendações da Auditoria Interna, bem como dos Órgãos de Controle Interno e Externo.

Podemos verificar que os procedimentos adotados e a transferência dos recursos transcorreram com base na legislação vigente. Entretanto, em vista da resposta apresentada - pleito do Setor de Convênios – a verificação da implementação das recomendações do Controle ficou prejudicada, o que será verificado posteriormente.

Relatório de Auditoria nº 03/2012 – Auditoria de Acompanhamento em acervos:

O trabalho objetivou dar sequência na verificação da implementação de determinações do Tribunal de Contas da União – TCU e das recomendações da Controladoria-Geral da União – CGU.

A CGU/PR, em decorrência do resultado constante do relatório do Grupo de Trabalho, constituído pela Portaria Conjunta da CGU/MinC nº 329, de 28/09/2005 (DOU de 29/09/2005), que objetivou apurar o desaparecimento dos bens do acervo da FBN, detectado em julho de 2005, **RECOMENDOU À ADMINISTRAÇÃO DESTA FUNDAÇÃO, em seu relatório:**

3.1 Avaliar a legalidade, a conveniência e a oportunidade de implementar as seguintes medidas:

- a) providenciar a conclusão do inventário de todos os bens que compõem o seu acervo histórico;
- b) após a realização do inventário, providenciar perícia nos bens para atestar a autenticidade de seu acervo;
- c) enquanto as providências elencadas nos itens “a” e “b” não se concretizem, implementar medidas restritivas ao acesso ao acervo da FBN, com o propósito de agilizar o andamento dos trabalhos relativos ao inventário e perícia;
- d) Após o encerramento das medidas sugeridas nos itens “a” e “b”, atualizar o banco de dados de imagens do acervo da FBN, fazendo com que os registros do inventário e do banco de imagens sejam equivalentes;
- e) Efetuar levantamento de todos os bens que foram doados para FBN ou adquiridos pela Fundação Biblioteca Nacional a partir dos últimos registros confiáveis;
- f) Confrontar o levantamento com os registros do inventário realizado;
- g) **Determinar que a Auditoria Interna acompanhe as atividades relativas ao inventário, a perícia dos bens e ao levantamento dos bens doados ou adquiridos, produzindo relatórios mensais de situação** (gn);
- h) Enviar relatório da Auditoria Interna mensalmente à Controladoria Geral da União e ao Ministério da Cultura, contemplando a realização das providências sugeridas acima; e
- i) Juntamente com todos os servidores envolvidos no manuseio e preservação do acervo, revisar as normas de segurança e acesso ao acervo, bem como apurar as eventuais fragilidades no que se refere à segurança dos bens da FBN, inclusive as relacionadas no Comunicado Interno da Divisão de Iconografia da Fundação Biblioteca Nacional – FBN nº 034/04, de 31/05/2004.

Com base na recomendação constante da alínea “g” supracitada, a Auditoria Interna acrescentou, ainda, ao escopo do trabalho:

- i) a verificação da existência de cronograma de realização dos inventários;
- ii) a verificação de atingimento de metas, se houver;
- iii) a avaliação de controles internos existentes; e
- iv) possíveis correções de eventuais falhas de procedimentos administrativos adotados.

Registra-se que o inventário é o cotejo das peças existentes nos diversos acervos com os catálogos. Além de gerar um dado valioso para a biblioteca, por relacionar, com precisão, a quantidade de volumes existentes no acervo, o inventário tem também a vantagem de mostrar a situação em que se acham as publicações; se há danos, se houve extravios.

Informo que não há cronogramas individualizados O desenvolvimento do inventário do acervo é atividade de rotina do CRD; portanto, o número de inventários realizados é constante e contínuo. A realização da atividade de inventário sobre as coleções que compõem o acervo da Biblioteca Nacional é permanente e não cumulativa, somando mensalmente 12 inventários que correspondem aos tipos de acervos sob responsabilidade da equipe técnica.

Com o trabalho, verifica-se que, objetivando implementar as recomendações do Grupo de Trabalho da CGU-PR, a FBN vem realizando o inventário do acervo; que foram implementadas medidas

restritivas ao acesso ao acervo, com o propósito de agilizar o andamento dos trabalhos relativos ao inventário, buscando-se atualizar o banco de dados do acervo da FBN; que foram revisadas as normas de segurança e acesso ao acervo, porém cabe a implementação das recomendações propostas.

Relatório de Auditoria nº 04/2012 – Auditoria de Acompanhamento em dispensas de licitação:

Para o exercício de 2012, conforme previsto no PAINTE, propôs a realização deste trabalho para o mês de junho de 2012, quando seria escolhido, aleatoriamente, 15% dos processos realizados por Dispensa de Licitação, relativo ao período de janeiro a maio de 2012, porém sendo analisados 100% dos processos deste período.

O trabalho teve por objetivo verificar a regularidade dos procedimentos que deram origem às aquisições de bens e serviços por meio de dispensas de licitação, a consistência de pagamento realizado no âmbito da Fundação Biblioteca Nacional e, ainda, as ações de implementação das recomendações da Auditoria Interna, bem como dos Órgãos de Controle Interno (CGU) e Auditoria Interna; e Externo (TCU), emitindo o respectivo relatório.

Com o exame dos processos, verificamos a regularidade no procedimento de aquisição e pagamento, no que tange às dispensas de licitação. Foram detectadas falhas formais de processo e impropriedades de pagamento, sendo que referidas constatações estão tratadas na sequência do mesmo item.

Relatório de Auditoria nº 05/2012 – Auditoria de Acompanhamento em inexigibilidades de licitação:

Auditoria de Acompanhamento realizada sobre os atos e consequentes fatos da gestão praticados pelos responsáveis pelas aquisições de bens e serviços por meio de Inexigibilidade de Licitação, realizadas no âmbito da Fundação Biblioteca Nacional.

O trabalho teve por objetivo verificar a regularidade dos procedimentos que deram origem às aquisições de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação, a consistência de pagamento realizado no âmbito da Fundação Biblioteca Nacional e, ainda, as ações de implementação das recomendações da Auditoria Interna, bem como dos Órgãos de Controle Interno (CGU) e Auditoria Interna; e Externo (TCU), emitindo o respectivo relatório.

Analisados os processos, verificamos a regularidade no procedimento de aquisição e pagamento, que foram tratados com fulcro no art. 25 da Lei nº 8.666/1993, porém tendo se constatado falhas formais na instrução dos processos.

Relatório de Auditoria nº 06/2012 – Auditoria de Acompanhamento em diárias e passagens:

Ação de Controle sobre os atos e consequentes fatos da gestão praticados pelos responsáveis no que concerne às aquisições de passagens e as concessões de diárias nacionais e internacionais, realizadas no âmbito da Fundação Biblioteca Nacional.

O trabalho teve como objeto verificar os procedimentos que deram origem às concessões das diárias e passagens, bem como examinar a consistência dos respectivos pagamentos com os normativos vigentes, foi prevista a análise dos processos realizados no período de janeiro a julho de 2012 (PAINT), porém verificamos até agosto/2012, abrangendo as concessões de viagens nacionais e internacionais.

Pode-se constatar, em face do exame realizado, que às concessões das diárias e passagens e respectivos pagamentos, conforme realizados pelo Sistema SCDP, no escopo em análise, guardam sustentabilidade e consistência, bem como consonância com a legislação que discorre sobre a matéria e normativos internos, exceto o constante de itens/subitens específicos do relatório, agravado pelo item/subitem VI-2.6-constatação 06 (do Relatório de Auditoria).

Relatório de Auditoria nº 07/2012 – Auditoria Especial em auxílio transporte:

Auditoria Especial, extra-PAINT, realizada pela auditoria interna desta Fundação, sobre os atos e consequentes fatos da gestão praticada pelos responsáveis, relativamente à concessão do Auxílio Transporte e à utilização pelos servidores da Fundação Biblioteca Nacional.

O trabalho objetivou verificar e avaliar a legalidade nos procedimentos de concessões do Auxílio Transporte e a correta utilização pelos servidores desta Fundação.

Pode-se constatar, em face do exame realizado, que certificamos da veracidade das informações, as quais estão em consonância com a legislação vigente, exceto ao que expomos no item/subitem VI-2 (constatações).

Diante disso, verificou-se a necessidade de atualização de endereço domiciliar pelos servidores beneficiários do vale transporte. Diante dos fatos, acima disposto, recomendamos que seja dada ciência deste trabalho aos servidores desta Fundação Biblioteca Nacional, beneficiário de vale transporte, solicitando-lhes o recadastramento do endereço domiciliar de cada um (endereço completo), devendo ser informado o trajeto percorrido/itinerário (domicílio/trabalho e trabalho/domicílio) e valor tarifário.

O procedimento é condicionante para o recebimento do benefício, devendo-se dar um prazo máximo de 60 (sessenta) dias para o devido recadastramento.

Relatório de Auditoria nº 08/2012 – Auditoria Especial em recursos humanos:

Auditoria Especial, extra-PAINT, realizada pela auditoria interna desta Fundação, sobre os atos e consequentes fatos da gestão praticada pelos responsáveis em Gestão de Recursos Humanos, especificamente quanto ao recebimento e guarda das declarações de bens e rendimentos dos servidores desta Fundação Biblioteca Nacional.

O trabalho objetivou a verificação e avaliação quanto ao cumprimento da entrega à Divisão de Recursos Humanos das declarações de bens e rendimentos dos servidores da Fundação Biblioteca Nacional, relativa ao exercício de 2012, ano base 2011.

Pode-se constatar, em face do exame realizado, que os servidores cumprem com as exigências da legislação aplicável, no que concerne à entrega ou declaração de acesso às cópias de suas

Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, exceto ao que expomos no item/subitem V-2-constatações.

Relatório de Auditoria nº 09/2012 – Auditoria de Acompanhamento em execução de contratos:

Auditoria de Acompanhamento, em consonância com o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna para o exercício de 2012, realizada pela auditoria interna desta Fundação, sobre os atos e consequentes fatos da gestão praticada pelos responsáveis em Gestão de Patrimônio, especificamente quanto aos pagamentos efetuados no período de janeiro a setembro de 2012, no âmbito desta Fundação Biblioteca Nacional.

O trabalho tem como objetivo a certificação dos procedimentos instrucionais, bem como a verificação da conformidade dos pagamentos efetuados no período de 09 (nove) meses (janeiro a setembro de 2012), que se trata do Programa de Apoio Administrativo na Ação Administração da Unidade, envolvendo a Área Meio.

Com a consecução deste trabalho, conforme visto anteriormente, pudemos constatar, em face do exame realizado, que os processos do escopo em análise guardam sustentabilidade e consistência como também estão em consonância os respectivos pagamentos realizados, no que tange aos normativos sobre os quais discorre a matéria, exceto ao exposto no item/subitem V-2-constatações.

Neste caso específico, o resultado do trabalho ficou prejudicado em decorrência do que ficou evidenciado na CONSTATAÇÃO do item V. Este relatório é restritivo por falta de apresentação de informações e documentos solicitados pela auditoria interna aos responsáveis pela Coordenação-Geral de Planejamento e Administração.

h) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência

Em conformidade com os acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que as recomendações, sugestões e orientações exaradas por esta Auditoria Interna foram objeto de ações visando o cumprimento das mesmas. Cabe salientar que ainda estão em curso implementações de recomendações propostas.

10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI N° 8.730/93

Não se aplica.

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Não se aplica.

10.3.1.1. Análise Crítica

10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Não se aplica.

10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Não se aplica.

11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

a) Se a UJ está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

R: Não.

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;

R: Em relação à NBC T 16.9 que trata da depreciação, amortização e exaustão, a FBN até o presente momento não realizou as orientações contidas na MACROFUNÇÃO nº 020330, do manual do SIAFI (Sistema Integrado da Administração Financeira), a respeito deste assunto. Em que pese a FBN já ter providenciado um software para realizar os procedimentos cabíveis, todavia o Setor de Patrimônio que é encarregado no emplaquetamento dos bens, e conseqüentemente depreciá-los se for o caso, que entram no imobilizado desta Fundação, tem se deparado com enorme dificuldade de como operacionalizar o programa a contento e satisfatoriamente no que tange as normas vigentes. Devido ao exposto a Divisão de Contabilidade e Finanças responsável pelo lançamento no Balanço da FBN do somatório dos bens depreciados mês a mês, somatório este que deveria ser enviado pelo Setor Patrimônio, termina por fim não realizando os procedimentos contábeis necessários. Em relação à NBC T 16.10, sobre o ativo imobilizado o que já foi discorrido em boa parte aplica-se aqui. Para maiores esclarecimentos vide Processo FBN 01430.000867/2011-29, autuado para este fim.

11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

QUADRO A.11.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL		344042	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Falta de depreciação de ativos permanentes – (Processo FBN 0413.000867/2011-29).</p> <p>b).....</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro	Data	08 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	Vitor Alberto Teixeira de Novais	CRC n.º	084585-O-4

11.2.1 Declaração Plena

Comunico a Vossa Senhoria que esta Divisão de Contabilidade e Finanças – DCF, no término do exercício de 2012, procederá como de praxe, atualização do Rol de Responsáveis no sistema SIAFI, visando à composição desta peça na Prestação de Contas da FBN de 2012. O procedimento baseia-se num envio de um documento desta Divisão solicitando ao RH as devidas alterações que porventura possam ter ocorridas em 2012. Porém, ao recebermos as informações encaminhadas pela Divisão de Recursos Humanos da FBN, não logramos êxito na entrada dos dados no sistema SIAFI. Problemas no terminal da Rede Serpro, não nos possibilitaram, em tempo hábil, tal registro. Com a aproximação do final do ano e, conseqüentemente, na virada do exercício 2012 para o exercício de 2013, o sistema não aceitou mais os registros ocorridos em 2012.

Diante, disto Senhor Coordenador, informo que esta Divisão já está atualizando no sistema SIAFI, as informações que ocorreram em 2012, no exercício de 2013, conforme Anexo II, da Decisão Normativa n.º 124 – TCU, de 05/12/2012 e artigos 10 e 11, da Instrução Normativa, n.º 63 – TCU, de 01/09/2012.

Em tempo, informo também, que esta Divisão coloca-se à disposição para os esclarecimentos que se façam necessários.

11.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL		344042	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Falta de depreciação de ativos permanentes – (Processo FBN 0413.000867/2011-29).</p> <p>b).....</p> <p>.....</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro	Data	08 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	Vitor Alberto Teixeira de Novais	CRC nº	084585-O-4

11.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008

Não se aplica.

11.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976

Não se aplica.

11.5 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Não se aplica

11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

Não se aplica

11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

Não se aplica

11.6 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Não se aplica.